

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

MARIANA VIEIRA SARACHE

**UNIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA EM CANTIGAS DE D.
DINIS (SÉCULO XIV)**

MARIANA VIEIRA SARACHE

**MARINGÁ
2016**

2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA EM CANTIGAS DE D.
DINIS (SÉCULO XIV)**

MARIANA VIEIRA SARACHE

**MARINGÁ
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA EM CANTIGAS DE D.
DINIS (SÉCULO XIV)**

Dissertação apresentada por MARIANA VIEIRA SARACHE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2016

MARIANA VIEIRA SARACHE

**UNIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA EM CANTIGAS DE D.
DINIS (SÉCULO XIV)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Terezinha Oliveira-UEM

Prof. Dr. Meire Aparecida Lóde Nunes. UNESPAR- (Paranavaí)

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes- UEM

Prof. Dr. Conceição Solange Bution Perin. IES – UNESPAR-
(Paranavaí).

Dedico este trabalho à Miria, minha mãe, sempre sábia e compreensiva, ao meu pai Orlando, batalhador e sempre presente, à Gabriella, a irmã companheira e melhor amiga e ao Leonardo, pela serenidade e sinceridade ao me encorajar neste caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar pistas do melhor caminho a trilhar;

Aos meus pais, pois sempre me deram apoio para que conseguisse alcançar meus objetivos e, acima de tudo, por terem formado meu caráter e serem exemplo sempre do esforço e do recomeço diante das dificuldades;

À minha irmã devo o meu apreço e admiração eternos por se mostrar sempre companheira e madura, mesmo sendo a mais nova; e, muitas vezes, ser minha maior razão para não desistir;

Agradeço imensamente ao meu companheiro para todas as horas, Leonardo, que suportou os piores humores desse processo com calma e dedicação;

Ainda no âmbito familiar, e de uma forma única, devo meu sentimento de gratidão para sempre aos meus padrinhos de batismo, Valter e Sandra, que sempre fizeram e fazem o que o cargo os obriga sem nunca demonstrar peso, e com muita dedicação e ternura se constituíram meus pais nos momentos mais frágeis da minha vida;

Agradeço a uma amiga sem igual, Maria Laura Almirão, o porto seguro que eu precisei durante toda minha graduação e Deus me concedeu. Uma verdadeira irmã, até hoje continua sendo um anjo da guarda!

Agradeço a uma pessoa que se tornou uma amiga, Viviane (Vi!), por ter me provado que se pode mudar de opinião sobre uma pessoa. Brincadeiras à parte nossas conversas e situações de trabalho durante o Mestrado, me ajudaram a amadurecer pessoal e intelectualmente e, principalmente, admirá-la pela autenticidade e caráter;

À minha professora Terezinha Oliveira (sem a qual não teria chegado aonde cheguei e nem almejado o que desejo hoje) que muito me ensinou nas mais variadas matérias, mas, principalmente, a conhecer as pessoas, a natureza humana, por meio do aprimoramento intelectual e da firmeza da postura ética. Essa pessoa, da qual tenho imenso carinho e admiração, me ensinou a não subestimar a vida e sempre utilizar do passado como exemplo das ações dos homens; Além de acreditar em minha capacidade para aprender a tudo;

Ao professor Claudinei agradeço pela oportunidade de participar das aulas sobre temas tão relevantes e pouco levados a sério, como o faz de forma magistral. Além das conversas que se fizeram aulas em última instância por seu conhecimento consagrado de uma vida dedicada aos estudos. Sou imensamente grata pelas dicas de materiais e disponibilidade de livros sobre a História de Portugal de sua valiosa biblioteca;

Aos professores convidados para esta banca, meu agradecimento e minha sincera reverência. À professora Meire, tenho grande admiração profissional, pois, neste âmbito, sempre a vi como costuma-se dizer de uma personalidade forte: 'de fibra', que, não mede esforços para conseguir seu aprimoramento sem perder o equilíbrio. Sou grata

pela leitura minuciosa e detalhista do meu trabalho me deixou honrada e contribuiu para a reformulação de toda estrutura, o que certamente me fez crescer;

Ao professor Sezinando, com um trabalho consolidado na Universidade na área de História me deu a honra e a permissão para avaliar um trabalho que se insere em um campo que é mestre, e compreendeu de tal forma minha perspectiva ainda imatura que me auxiliou no que pretendia dizer, mas não estava escrito. Somente uma leitura atenciosa e experiente tem essa possibilidade de exprimir o conhecimento do aluno. Sem seguir o exemplo de objetividade do mestre (pela falta de destreza com as palavras), agradeço as contribuições que transformaram meu trabalho;

Meus agradecimentos à professora Conceição Solange que tal como a professora Meire, faz parte do Grupo de Pesquisa e acompanharam meu processo na vida acadêmica. A minha honra de tê-la em minha banca, e neste momento tão especial, é estendida ao fato de que jamais me esquecerei da primeira banca que assisti, da qual recebera seu título de doutora. Sempre exemplo de perseverança e dedicação ao seu trabalho, fez uma leitura atenta e pertinente do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à existência do Grupo Getseam¹, todas as pessoas que fazem e fizeram parte foram partes do que hoje me constituo pessoalmente e na minha profissão. As reuniões de grupo e as jornadas formularam uma equipe da qual poderia trabalhar a vida toda ao lado. Algumas dessas pessoas são especiais, como a primeira defesa de doutorado que assisti e o primeiro projeto que assumi, mas todas, cada uma a seu modo, foi importantíssima para minha formação; a elas meu muito obrigado;

Agradeço ao Hugo e à Marcia pela competência e presteza com que encaminharam as situações deste processo e pela paciência com a inexperiência alheia;

Agradeço a Capes, órgão fomentador que foi fundamental para que eu pudesse concluir esta etapa da minha formação;

Por fim, agradeço a todos os professores que passaram pela minha formação, aos que tomo como exemplo e aos que tenho como contra exemplo; pois, parafraseando alguém que para mim é exemplo: “é sempre possível aprender”!

¹ Grupo de Estudos Educacionais em História Antiga e Medieval coordenado pela Professora Terezinha Oliveira.

SARACHE, Mariana Vieira. **UNIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA EM CANTIGAS DE D. DINIS (SÉCULO XIV)**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Terezinha Oliveira. Maringá, 2016.

RESUMO

O objetivo nesse trabalho é analisar a formação da cultura portuguesa por meio da educação que D. Dinis recebeu e por ela instituiu a primeira Universidade de Portugal. Além disso, foi poeta e, por meio da poesia, divulgou e fez circular uma nova língua. Também se preocupou com a tradução de livros que circulavam em sua época para a língua portuguesa. A questão aqui abordada se baseia no fato de que as ações do rei só foram tão determinantes nesse processo de formação da cultura portuguesa porque o monarca recebeu, desde a infância, uma educação que o preparou para o 'bom' governo. A metodologia utilizada para essa análise é pautada na História Social, de Marc Bloch. Por fim, consideramos que a educação do governante é o espelho da sociedade que governa e a formação que recebe pode determinar o desenvolvimento de um povo para o bem ou para o mal.

Palavras-chave: Educação; História da Educação; Cultura Medieval de Portugal.

SARACHE, Mariana Vieira. **UNIVERSIDADE, POLÍTICA E CULTURA EM CANTIGAS DE D. DINIS (SÉCULO XIV)**. n° de folhas (ex. 127 f.).
Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Terezinha Oliveira. Maringá, 2016.

ABSTRACT

Abstract: In this work we aim to analyze the formation of Portuguese culture through the education that D. Dinis received and, because of it, established the first University of Portugal. Moreover, he was a poet, and through poetry published and circulated a new language. Also concerned with the translation of books that circulated in his period to Portuguese. The question addressed here is based on the fact that the actions of the King were just as crucial in the process of formation of the Portuguese culture, because the monarch received from childhood an education that prepared him for the 'good' rule. The methodology used for this analysis is guided by the Social History, based on Marc Bloch. Finally, we consider that the education of the ruler is the mirror of society that he governs and training received can determine the development of the people for good or for evil.

Keywords: Education; History of Education; Medieval culture of Portugal.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. AS CRÔNICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 17	
1.1 D. AFONSO III, PAI DE D. DINIS E PRECURSOR DE UM EMPREENHIMENTO CULTURAL	23
1.2 D. DINIS, O REI QUE ‘FEZ TUDO QUANTO QUIS’	31
1.3 QUESTÕES ECONÔMICAS E DE EXPANSÃO – COMÉRCIO E MARINHA..	33
1.4 CASAMENTO.....	37
1.5 O REI SE FAZ EDUCADOR.....	43
2. A UNIVERSIDADE DE PORTUGAL.....	54
3. O REI POETA	78
3.1 A CULTURA COMO ELEMENTO FORMADOR.....	78
3.2 A CULTURA JOGRALESCA EM PORTUGAL – CONSIDERAÇÕES	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	113
1. FONTES.....	113
2. ESTUDOS	114

INTRODUÇÃO

Nosso objeto de estudo é a formação da cultura de Portugal por meio das ações do rei D. Dinis (1261-1325). Ele se distribui em três partes: a primeira e relevante, a educação do rei D. Dinis; a segunda, a Universidade, e a terceira, as poesias que escreveu. Nosso objetivo, ao analisar esses três aspectos, é, a partir deles, defender a ideia de que a formação de uma identidade de caráter nacional principiou em Portugal com as iniciativas feitas no reinado deste monarca.

Isso se deu pelas ações do rei que se consolidaram por meio de instituições e com características que ainda hoje são expressivas na estrutura e na cultura portuguesa; inclusive, a admiração dos portugueses por este monarca ocorre ainda hoje desde a educação no nível fundamental.

Veremos, neste estudo, que o rei D. Dinis foi o monarca que incentivou e fomentou a criação da primeira universidade de Portugal; também criou a marinha portuguesa e animou o comércio como nenhum rei havia feito antes. Além desses aspectos estruturais, o monarca se importou com a formação cultural dos portugueses, sendo não apenas mecenas nas artes do trovadorismo como ele próprio escreveu inúmeras canções. Das poesias conhecidas, têm-se 138 em que se amalgamam os gêneros de ‘amor’, ‘amigo’ e de ‘mal dizer’².

Como veremos no decorrer do estudo, o rei foi um homem culto e conhecedor do saber mais valorizado para seu período, o saber da universidade, da cultura europeia, o saber erudito, e também o popular, presente nas poesias, enfim, o saber do conhecimento circundante do comércio e das trocas culturais.

² Esses são os três gêneros que aparecem na literatura das Cantigas Medievais. A Cantiga de amor, de caráter mais provençal, que, como veremos, trata de um poema mais elaborado metricamente e com linguagem mais rebuscada. Além de tratar dos famosos temas de amores impossíveis e platônicos. A Cantiga de Amigo tem um caráter mais jocoso, traz consigo tema bucólico e do amor da mulher que espera por seu amado voltar da guerra. Existem ainda mais dois estilos, a de escárnio, que não consta no Cancioneiro de D. Dinis que tenha escrito, e a de Mal-dizer, na qual se ridiculariza uma pessoa ou ação de uma pessoa apontando seus erros e a consequência deles.

Mais ainda: conhecia o Direito Romano; neto de Afonso, o Sábio, de Castela (1221-1284), criador das leis das Sete Partidas³, que D. Dinis mandou traduzir em seu tempo. Afinal, além de sua ascendência promissora, ele fora educado para governar, herdou uma estrutura já consolidada territorialmente e centralizada em sua figura como autoridade máxima. Assim, o rei pôde preparar-se para desenvolver aspectos ainda não investidos na Península Ibérica.

Nosso trabalho, portanto, que visa abordar todas essas questões, vem sendo feito paulatinamente, considerando que, desde a graduação foi realizado um levantamento de fontes e uma leitura da historiografia relativa à Universidade Portuguesa. Dentre os três projetos de Iniciação Científica, dois deles trataram de Portugal, sendo o primeiro sobre a Universidade e o segundo sobre a formação do rei.

Assim, esta pesquisa apresenta uma perspectiva que consolida aspectos suscitados nesses estudos realizados anteriormente. Pretende, igualmente, ser uma análise distinta das que já foram realizadas na educação referentes à história de Portugal e também do que já foi estudado sobre este rei. Trata-se aqui cotejar no meio educativo da Universidade e nas poesias escritas pelo rei o aspecto formador de uma identidade nacional que se expressa nos princípios e saberes (por meio da poesia e da universidade) propostos aos homens deste território neste período.

Nesse sentido, nossa trajetória é importante, pois expressa a permanência e o valor formativo que se atribui ao Grupo de Pesquisa e ao aluno que o compõe, já que este meio consolidado proporciona o acesso às pesquisas e condições de estudos e reflexões que contribuem significativamente com a área abordada, a da História da Educação.

O GETSEAM, portanto, ao tratar da Educação nas épocas Antiga e Medieval, possibilita descobrirmos a origem da nossa história, a história de como os homens se educaram e se formaram o meio em que viviam. Dentro desta perspectiva, uma das características que nos une como grupo de estudos, além da educação como assunto primordial, é nossa forma de olhar para um período tão remoto, mas que refletido nos percalços presentes da formação do homem, se tornam conceitos atuais, clássicos e persistentes na formação das pessoas.

³ As Sete Partidas é conhecida como uma espécie de legislação feita pelo rei espanhol Afonso X. Foi uma das primeiras obras que D. Dinis mandou traduzir para o português e se tornou uma base para as formulações de leis de seu território.

Essa forma de olhar para o passado, respeitar suas condições e analisar os homens que compuseram as sociedades anteriores como formadores de uma mesma natureza humana nos permite aprender, com esses mestres de seu tempo, como o homem se faz educador na sociedade em que vive e convive, ou seja, por meio do exemplo da história aprendemos a nos portar com mais clareza diante dos desafios e decisões do nosso presente.

Marc Bloch (2002), ao nos explicar esse princípio na teoria da História Social, nos ensina que o homem deve ser o objeto mais valioso do estudo da História, pois é nele e por meio dele que encontramos a história das instituições e da sociedade como um todo.

O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória (BLOCH, 2002, p. 60).

Ao definir o significado de ‘presente’, o autor nos dá uma aula de como ver a história sob a perspectiva da longa duração, atribuindo ao presente um significado tal e qual damos ao passado, muitas vezes efêmero, pois esse mesmo presente é tão curto e passageiro que será um dia também passado e só é possível compreendê-lo na leitura a validade da memória que fazemos da História.

Partindo desses pressupostos teóricos, nosso estudo sobre a formação do rei, a criação da universidade e da importância das poesias para a constituição de uma cultura nacional em Portugal se insere na necessidade de compreender mais a respeito do povo que primeiro colonizou nosso país, o Brasil.

Essas inquietações suscitaram, em nós, a necessidade de ampliar o conhecimento sobre as características que esse povo carrega sobre sua própria nação, se há, no seu orgulho de nacionalidade, uma consistência com a história conhecida e reconhecida de um passado que foi glorioso e se perdeu diante das vicissitudes da História.

Os portugueses aprendem desde a mais tenra infância como é possível verificar, em livros de literatura e didáticos, a história de sua nacionalidade; carregam consigo uma consideração dos seus primeiros governantes e entendem a memória de sua cultura como algo a ser preservado, mesmo que dia após dia possam, com as mudanças do tempo, se afastar das origens e, porque não dizer, para que não se distanciem das suas origens e percam, assim, o sentido da formação de uma sociedade.

Ao considerarmos essas questões nos veio à mente a importância efêmera que atribuímos à formação da história de nosso país e de nossa cultura, assim como a formação educacional que carregamos na universidade que muito deve a uma cultura medieval e nem mesmo se conhece.

Por fim, nosso estudo se alimenta da vontade ‘consciente’ de conhecer uma sociedade na qual o jocoso, o popular, o divertido que aparece nas cantigas fundamentaram a formação cultural. Alertamos, antecipadamente, que não trabalharemos na perspectiva da análise do discurso, nem mesmo da análise literária, pois esses dois encaminhamentos teóricos não mapeiam nosso objetivo. O que buscaremos explicitar são os aspectos educativos na fala, no ritmo, na música, na arte, na expressão cotidiana, nos costumes e na formação ética que aparecem nas cantigas do Rei Dom Dinis, o rei que a história portuguesa considerou ‘Lavrador’, ‘Trovador’ e nós consideraremos, ‘Educador’.

Para abordarmos estes aspectos, dividimos nossa dissertação em três partes.

No primeiro capítulo, tratamos do gênero que se atribui nossa fonte, as crônicas; em seguida, apresentamos a figura do rei que antecede D. Dinis, seu pai, D. Afonso III, que muito influenciou na sua educação; logo após, apresentamos nossa personagem principal, o rei D. Dinis e os feitos atribuídos a seu reinado (que entendemos, havia finalidade em uma formação cívica); e, por fim, o conceito de civilização que compreendemos ser de extrema relevância para nosso tema.

No segundo, tratamos da formação da universidade, em que circunstâncias ela fora fundada, qual a necessidade desse estudo, quais efeitos causaria sobre a sociedade que estava se transformando, tal como as suas características e os homens que nela eram formados.

No terceiro, tratamos das poesias de autoria do rei, ressaltando as peculiaridades de cada uma delas, o caráter educativo, da qual se baseia a análise pertinente ao trabalho. São elas: Amigo: “Ai flores do verde pinho “Ua pastor que se queixava”e “- Dizede, por Deus, amigo”. As cantigas de Amor: “Ai mia senhor que eu por mal de mi”; “ Se eu podess’ ora meu coraçõ”; “O que vos nunca cuydey a dizer”; “Quer eu em maneyra de Provençal”. E as de mal- dizer; “Tan é Melion pecador”; “U noutro dia Don Foan” e “U noutro dia seve Don Foan”.

Por fim, abordamos nossa ideia de formação humana e social e de como nosso objeto de estudo nos possibilitou maiores condições de pensarmos a função do educador

no seu meio e os frutos de uma educação para o futuro com raízes bem fundadas em um passado memorial.

Nossas fontes⁴ para a análise deste trabalho são as crônicas de Ruy de Pina (1912), Pimenta (1978) e o *Código de Cadaval* 965 (1947), as *Cantigas medievais galego - portuguesas* e, para dialogar com as fontes, as teorias da Historiografia francesa e portuguesa.

⁴ As fontes que utilizamos (inclusive o *Código de Cadaval*) são, em sua maioria, crônicas. Explicitaremos mais sobre elas no primeiro capítulo.

1. AS CRÔNICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O gênero *crônica* é muito frequente em Portugal e, por isso, não poderia deixar de ser utilizado em nosso estudo justamente por se tratar dos primeiros livros de referência histórica e que trataram do reinado de diferentes monarcas. São, por conseguinte, de extrema relevância já que os cronistas foram os primeiros que abordaram a história de Portugal.

Um dos documentos que utilizamos como fonte poderia ser visto como uma meta-crônica, já que apresenta a explicação do que é uma crônica e, em formato de crônica, mostra algumas passagens comentadas de crônicas portuguesas que foram escritas, segundo o autor, por muitas mãos e, em alguns casos, com informações pouco confiáveis.

Fontes Medievais da História de Portugal, seleção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta⁵, é uma obra comentada por Pimenta (1882-1950), que apresenta passagens e discussões sobre uma grande obra clássica medieval chamada *Portugaliae Monumenta Historica*. O autor, ao prefaciá-la, pretende por meio de uma coletânea de 4 volumes, da qual este é o primeiro, apresentar uma leitura mais explícita e mais clara dos acontecimentos relatados nas crônicas de várias edições. Vale-se, para tanto, de historiadores e comentadores para criticar as obras referenciadas.

Trata-se de uma divulgação deste documento *Portugaliae Monumenta Historica*, além de uma explicação sobre a origem da própria obra. E baseada em uma crônica muito anterior a ela, de origem germânica. Sobre isso, nas páginas VIII até a X do prefácio da obra, Pimenta aponta que foi feito um primeiro documento intitulado: *Monumenta Germaniae Historica* (tradução latina), em 1826, que foi publicado em *Annales et chronica Carolini*.

Este documento originou-se após a tomada de Napoleão, por um barão de *Alstenstein*, Carlos Steine, seu erudito colaborador Jorge Henrique Pertz, como uma forma de reconstituir a ‘imagem’ do povo germânico, criou um grupo de estudos nomeado *Societas Aperiends Fontibus rerum germanicarum medii aevi*, em 1819.

5

[...] em maio de 1852, Alexandre Herculano apresentou na academia a sua proposta para se publicar <<uma coleção de monumentos relativos à história social e política do nosso país desde o século VIII até os fins do século XV, seguindo o sistema que... entre os adoptados nos outros países se deve aproximar de Pertz na coleção intitulada *Monumenta Germaniae Historica*>>, já esta oferecida à consulta dos medievistas nove volumes dos *Scriptores* e três dos *Leges*.

Na intenção de Herculano, e na efectivação do seu plano, os *Monumenta Germaniae Historica* foram o modelo a seguir (PIMENTA, 1948, p. X).

Esse documento se diferenciou do documento alemão pelo seu conteúdo e por um tópico que lhe foi acrescentado, intitulado *Inquisitiones*, no qual foram tratadas as inquirições régias. Portanto, em última instancia, essa constitui uma análise crítica das crônicas que retratam a História Medieval de Portugal. Esse documento, portanto, se insere como fonte por apresentar, além dessa análise, conceitos como *cronicão*, *crônica*, *clássico* e *renascença* origem e edição da mesma e das obras citadas.

Pimenta tem uma preocupação e explica que devemos ser cuidadosos ao lermos um texto medieval, assim como precisamos estar atentos aos documentos que referimos como fontes, sendo as obras consideradas ‘clássicas’. Nesse sentido, a obra é extremamente útil por se tratar de uma fonte que explica as fontes utilizadas.

Sobre o conceito do termo ‘clássico’ não nos é possível reproduzir as palavras de Pimenta, pois em oito páginas o autor dá um tratamento digno de uma leitura integral. Se pudéssemos resumir a ideia tratada cuidadosamente por Pimenta, ao que nos parece na visão do autor, há um esvaziamento de sentido das palavras ao longo da história que cada vez menos delimita um significado objetivo para os termos. Afirma ainda que isso nem é possível, pois o que é clássico — considerado o melhor de sua categoria — para um tempo pode não ser clássico — o melhor e mais adequado para outro. Com isso o autor quer deixar claro que é necessário ter um cuidado minucioso ao definir uma obra como clássica, pois, caso se pretenda enobrecê-la, um dos critérios mais difíceis para isso é ter certeza quanto sua originalidade.

Essa discussão é importante para o autor, pois se diz serem clássicas determinadas crônicas que o mesmo comentou neste livro, porém, muitas delas, na sua análise, sofreram alterações ao longo do tempo que não foram devidamente explicitadas no texto. Segundo o autor, o que ocorreu com o processo de escrita e formulação dessas crônicas as tornou muitas vezes de conteúdos duvidosos. Assim, como nos baseamos

em fontes revisadas e já comentadas pelos cronistas, consideramos que as citações apresentadas correspondem ao que é contado sobre a história de Portugal.

Percebe-se, pois, que nos é válido da perspectiva do tratamento do trabalho apresentar o conceito que nos é cabível, de crônica e de cronicão, sendo que o primeiro não tem uma definição fechada, mas refere-se aos relatos de guerras e períodos específicos de uma determinada época. Enquanto que sobre os cronicões o autor se detém um pouco mais...

Dos mais modernos dicionários portugueses, um chega a definir o cronicão, como sendo <<volumosa crônica medieval>>, e outro define:<<crônica medieval volumosa>>. Herculano tinha-o por <<uma espécie de resumo da história geral do país>> (PIMENTA, 1948, p. XXXI).

O *Dicionário da Idade Média* (1997), organizado por Henry Leon, traz um conceito mais explícito de crônica que o supracitado. Sobre crônica a obra apresenta...

crônicas À semelhança dos anais, as crônicas desempenharam um importante papel no desenvolvimento da literatura histórica na Idade Média. Descrevem também acontecimentos, geralmente com mais detalhes do que os anais, chegando às vezes o cronista a produzir história aceitável, ainda que sua obra esteja, quase sempre, limitada a uma estrita seqüência cronológica. As primeiras crônicas eram as chamadas “crônicas universais” ou “crônicas do mundo”, que abrangiam a história desde a Criação até os próprios dias do cronista. A mais antiga delas é a crônica de Eusébio de Cesaréia, escrita no século III, à qual se seguiu, já no século IV, a crônica do mundo de Sulpício Severo. Embora crônicas mundiais continuassem sendo escritas até o século XI, quando Mariano Escoto (1028-83) escreveu sua História Universal, do século IX em diante tornaram-se mais populares as crônicas locais, descrevendo a história de um determinado reino ou abadia. Exemplos das primeiras incluem a *Crônica Anglo-Saxônica* em suas diferentes versões (reunidas inicialmente em forma de crônica durante o reinado de Alfredo, c. 891), a *História dos Reis da Saxônia* por Thietmar de Marseburgo no século X, a *Gesta Regum* de Guilherme de Malmesbury no século XII e o *Polychronicon* de Ranulfo Higden no século XIII, enquanto que famosas crônicas monásticas incluem a *Battle Abbey Chronicle* na Inglaterra e a *Histoire de l'Abbaye de St. Evroul* de Ordérico Vital, na França, ambas pertencentes ao século XII. No final da Idade Média, os cronistas ainda se orgulhavam, de maneira ostensiva e deliberada na Itália, de sua perícia em expor de forma apenas fatural, numa ordem cronológica apropriada, mesmo quando já

estavam avançando no sentido de uma nova concepção de história. [A primeira história universal conhecida em língua portuguesa é o chamado *Livro do Conde D. Pedro*, filho bastardo de D. Dinis⁶, que deu continuidade à tradição literária da corte de seu pai. A fonte principal dessa introdução historiográfica é a *Crônica Geral de Espanha*, de Afonso, o Sábio. O momento culminante da crônica em nossa língua ocorreria cerca de um século depois, na Crônica de D. João I, obra do maior escritor medieval português: Fernão Lopes. Outros cronistas medievais portugueses dignos de menção foram Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. NT] □ L. Green, *Chronicle into History* (1972). (Dicionário da Idade Média, 1997, p. 271).

Vemos, então, que este gênero se constituía, em última análise, como a forma de fazer a história da Idade Média. Relatar os fatos e, como aponta Michelan (2009), inserir juízo de valor, moral, nos acontecimentos narrados para que se pudesse consolidar o poder régio.

Considerando-se o contexto português, a forma cronística foi a grande responsável pela consolidação da história do reino. A produção cronística iniciou-se “devido, em grande parte, à influência castelhana neo-isidoriana, que teve na *Crônica Geral de Espanha* de Afonso X o seu modelo” (LANCIANI, 1993:173). Foi, principalmente, através do subsídio dos príncipes de Avis que se organizou, pela primeira vez, uma atividade literária mais ou menos regular e sistemática em Portugal e, sem dúvida, esta foi acompanhada de um plano de ação para o futuro (AMADO, 1997:13). Tanto que a dinastia de Avis construiu sua legitimidade através de crônicas encomendadas, por exemplo, a Fernão Lopes. Essas encomendas visavam registrar a história dos reis portugueses antepassados e, assim, confeccionar as bases históricas que justificassem a mudança de dinastia. A produção de crônicas em Portugal, no entanto, antecede a dinastia de Avis, sendo a *Crônica Geral de Espanha de 1344* a primeira amostra significativa em língua portuguesa desse tipo de fazer histórico (MICHELAN, 2009, p.7).

Dessa forma, é possível perceber que

⁶ Sobre isso ler: MATTOSO, José. **A primeira Crônica Portuguesa**. Revista Medievalista online. Ano 5 N° 6, 2009. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> ISSN: 1646-740X.

Sobre esse tema, ler também: MIRANDA, José Carlos. **Na Gênese da Primeira Crônica Portuguesa**. Revista Medievalista online. Ano 5 N° 6, 2009. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> ISSN: 1646-740X.

A preservação da memória régia é o fio condutor das narrativas cronísticas. As histórias são delimitadas a partir do tempo de reinado dos monarcas, o que é facilmente reconhecível nas primeiras crônicas laicas medievais portuguesas que relatam a dinastia afonsina: a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos; a *Crónica de 1419*, atribuída a Fernão Lopes; a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão; e as crônicas de *Sancho I*, *Afonso II*, *D. Sancho II*, *D. Afonso III*, *D. Denis* e *D. Afonso IV*, de Rui de Pina (MICHELAN, 2009, p.8).

Nesse sentido, Ribeiro (2014) aponta a importância das crônicas e, no caso do autor, a influência deste gênero textual acerca das crônicas de D. Afonso X, rei da Espanha e avô de D. Dinis. Nesta pesquisa, o autor faz menção ao fato de a História ter seu início nas produções das Crônicas Medievais que elas delimitam tempo e dão espaço para que sejam contados fatos e citados documentos referentes ao período ou, mais frequentemente, sobre os reis. Conclui Ribeiro, baseado em outros autores que estudaram esse gênero, que as crônicas constituem em fontes de pesquisa fundamentais para os Historiadores.

[...] podemos compreender aqueles que se propuseram a escrever as crônicas medievais como historiadores, no entanto, dentro de uma perspectiva mais ampla, que tem relação direta com o contexto histórico, social, econômico, político e cultural em que viviam. Esses elementos citados são de grande influência no trabalho do historiador até os dias atuais, além de que, as crônicas da Idade Média se propuseram, em sua maioria, a fazer uma história política de legitimação e reafirmação de poder.

A questão histórica na Idade Média se caracterizou pela busca dos relatos orais, dessa maneira, os homens que se propunham a narrar os fatos se baseavam em grande parte nas coisas que ouviam, ou que alguém relatava – grande problema para a necessidade, atual, de verossimilhança. É recorrente na Idade Média a preocupação com os documentos/fontes que eram utilizados e/ou produzidos, no entanto, não se encontrava outra forma de legitimar essas informações a não ser pela aprovação de reis ou príncipes, que garantiam a procedência (GUENÉE apud RIBEIRO, 2014, p. 5).

Aos historiadores cabe a tarefa de confirmarem os fatos que são anunciados nas crônicas, investigá-los a partir da leitura de documentos e cartas que foram mantidos e preservados. É essencial ao estudo deste intérprete da História, ou quem quer que seja que se aproxime da História Medieval, o conhecimento desse gênero literário como fonte.

Assim, a ideia filosófica que permanece de fundo na Idade Média, ao se preservar a História, está também considerada nas palavras de Michelan (2009) ao analisar esse conceito que nos remete à memória que a humanidade se esforça para preservar.

Para Cícero, a história é reveladora da verdade e por isso mestra da vida, o que significa que ela tem uma função pedagógica, já que o passado serve para ensinar o presente e o futuro. Esse aspecto educacional do passado pressupõe, em certo sentido, a possibilidade de repetitividade da história, no entanto, com a era das explorações (Descobrimientos) e o chamado progresso tecnológico, abre-se aos europeus um horizonte de diversidades culturais, ao lado da consolidação da possibilidade de mudança e da interferência do homem no mundo material, o que provoca o questionamento do modelo ciceroniano de conservação dos valores dos tempos idos (MICHELAN, 2009, p.2).

Mesmo que a história e a forma de preservar nossas memórias sofram mudanças desde a Idade Antiga, é possível ver a importância dessa memória a ser preservada pelos homens como garantia de sua aprendizagem. Isso nos faz imaginar que seria um retrocesso se todas as coisas apreendidas pelo homem desde sua origem e convivência social tivessem de ser aprendidas todos os dias. Guardamos, lembramos e memoramos o passado de cada feito, ação e aprendizagem para que não nos esqueçamos do que já está internalizado em sua prática.

Isso não quer dizer que saibamos o que irá ocorrer, mas podemos criar ou não expectativas quanto ao que virá. Assim comenta Michelan.

Assim, o passado pode servir como referência para o que virá, como ocorre no pensamento ciceriano, porém o futuro pode guardar surpresas, ou seja, não seria confiável da mesma forma que o que já ocorreu. A mesma ideia é recorrente nos ensinamentos do pensador cristão Santo Agostinho (354 d.C. – 430 d.C.), que considerava que o passado poderia ser apreendido através da memória, o presente poderia ser explicado contemplando-o, mas para o futuro restavam apenas a espera e a esperança (GUREVITCH, 1990:138) (MICHELAN, 2009, p.2).

A partir dessa reflexão sobre o conceito e importância do gênero crônica para o estudo da História da Educação, procuramos estabelecer uma justificativa do uso do tema para a compreensão da formação humana. Independente do contexto, tema ou período estudado, acreditamos que o que importa ao homem, em primeiro lugar, é a sua

própria história, a capacidade que a humanidade tem de preservar sua memória como fonte e condição de aprendizagem e desenvolvimento.

A maior parte das crônicas que utilizamos foi encontrada em sites, como o da Biblioteca Nacional de Portugal, e em www.books.google.com. Outros documentos são materiais impressos encontrados em circulação.

Dentro desse contexto de memória e da preservação da história que nos antecede, consideramos de extrema relevância apontar alguns dados sobre o rei que antecedeu a D. Dinis, seu pai, D. Afonso III, que, em nossa perspectiva, foi o grande responsável pela formação do rei e pela estrutura de paz que o reino estabeleceu territorialmente no reinado do filho. É o que veremos no item que segue.

1.1 D. AFONSO III, PAI DE D. DINIS E PRECURSOR DE UM EMPREENDIMENTO CULTURAL

D. Afonso III (1210- 1279) foi rei até quando abandonou o trono por conta de uma doença que o levou a morte. Seu sucessor e, portanto, filho, o nosso protagonista D. Dinis, teve seu nome diferente da dinastia afonsina por conta de um santo que era valorizado na França, São Dinis. Sabe-se que o seu nome foi uma homenagem que o rei Afonso III fizera ao período em que passou na França antes de assumir o lugar de seu irmão na corte portuguesa.

[...] Afonso III entregou o governo do reino a seu filho D. Dinis em meados de 1278. Desde 1275 que não voltava a sair de Lisboa, provavelmente porque a sua saúde ia declinando a pouco e pouco. Não se conhecem nenhuma das pontifícias de Nicolau III (1277- 1280) a urgir a submissão do velho rei. Pelo contrário, numa bula de Abril de 1278, tendo nomeado novo arcebispo para Braga, comunica-lho e pede proteção para ele, o que significa que não contestava a sua autoridade. Mas, em Janeiro de 1279, Afonso III, que continuava excomungado, manda redigir um documento na presença dos seus colaboradores mais íntimos, em que declara submeter-se ao papa, ordena a entrega de várias terras à Igreja e recebe a absolvição de frei Estevão, abade resignatário de Alcobaça. Pôde, por isso, ter exéquias litúrgicas depois de sua morte, em 16 de fevereiro.

A morte de Afonso III criava condições para imprimir uma nova orientação ao conflito entre o rei e os bispos, embora, como é óbvio, não pudesse solucioná-lo automaticamente. O reino continuou sujeito ao interdito, o que mantinha um problema que toda a gente, decerto, desejava resolver (MATTOSO, 1997, p. 126).

Autores como Almeida (1922) e Janotti (1992) defendem a ideia que Portugal teria recebido influência da cultura francesa em sua formulação. Segundo Almeida:

A influência exercida no espírito de D. Afonso III pelo contacto da civilização francesa veio a repercutir-se na côrte de Lisboa, onde aquele monarca e alguns nobres portugueses que o tinha acompanhado no estrangeiro introduziram e favoreceram a literatura do gôsto provençal, então cultivada com entusiasmo além dos Pirineus (ALMEIDA, 1922, p. 235).

Janotti, ao apresentar alguns fatos da formação do território português, aponta o Rei Afonso III como um elo entre a França e Portugal já que, quando o monarca voltou da França para o seu território de origem, trouxe consigo algumas pessoas ‘bem formadas’ e renomadas para que o auxiliassem no seu governo. De fato é perceptível a influência da formação francesa do rei. O fato é que D. Afonso III permaneceu por 12 anos na França e, quando voltou, trazendo alguns letrados da corte francesa, proporcionou uma mistura dessas culturas distintas em diversos aspectos.

Pois bem, na época do reinado de D. Diniz, e suas proximidades, Portugal realizou o esforço visando achar a Europa e assim integrar-se, se não no ritmo, pelo menos no quadro da evolução histórica europeia. Esse esforço pela “europeização” inicia-se com Afonso III (1248-1279). Foi ele um monarca diferente dos até então revelados pela história portuguesa: não foi um monarca tipicamente português, e, sim, um monarca português europeizado, a reinar em Portugal. Jovem ainda deixou o país, passando a viver a melhor parte da sua mocidade na França, onde, graças a uma demorada estadia na corte brilhante e culta e Luís IX, adquiriu “cultura geral, como hoje se diria, e uma larga experiência dos negócios públicos”.

Lá aprendeu a arte de reinar, transformando-se num político europeu. É nessa qualidade que o vemos: decidir na Europa dois destinos de Portugal, participando da célebre conferência de Paris (1245), e na qual habilmente, soube casar, numa reciprocidade provisória de interesses, a sua determinação de se apossar do trono português, ocupado pelo seu irmão Sancho II, e as ambições do clero mancomunado com a nobreza; dirigir-se a Portugal, com mais de uma idéia de progresso social; chefiar uma revolta vitoriosa, e fazer-se rei. Mas voltava francês, carregado de novidades, trazendo consigo um séquito de portugueses afrancesados ou europeizados, apaniguados, cujo interesse pela literatura está documentado, como é o caso de Rui Gomes Briteiros e João de Aboim- “que figuram nos Cancioneiros”- de, D. Afonso Lopes de Baião, autor de uma paródia da *Chanson de Roland*, de D. João Garcia Esgaravunha que, num dos seus cantares de amor, introduziu um refrão em francês, provando assim que sabia versejar nessa língua. Trazia também franceses, dentre os quais se deve destacar Aimeric d’Ebrard, preceptor de seu filho D. Diniz, “um provençal que não deixaria de apreciar a poesia do seu país e transmitir, portanto, ao real pupilo os seus gostos” (JANOTTI, 1992, p. 116).

Os homens que ocuparam lugares de mestres, uma expedição de proveniência portuguesa e francesa, estiveram em cargos importantes na corte. Além de Aimeric d'Ebrard, é mencionado pelo historiador Fortunato de Almeida, como aio de D. Dinis, Lourenço Gonçalves Magro.

Semelhantes circunstâncias, compreendidas pela sagaz inteligência de D. Afonso III, determinaram êste monarca a ministrar a seu filho educação esmerada, como a não tinha recebido ainda príncipes portugueses. Deu-lhe por aio Lourenço Gonsalves Magro, em que as qualidades pessoais concorriam com as tradições de família, como terceiro neto de Egas Monís⁷. Amissão educadora de Lourenço Gonsalves foi continuada por Nuno Martins de Chacim⁸, que teve o cargo de adeantado (fronteiro mor) na Beira e Entre Douro e Minho, e depois o de mordomo- mór de El-Rei D. Dinís (ALMEIDA, 1922, p. 235).

D. Afonso proporcionou, portanto, ao seu sucessor, a mais esmerada formação que poderia ter tido, sendo considerado, inclusive, o primeiro rei a ser alfabetizado e assinar seu próprio nome. Além disso, sendo neto de D. Afonso X, viu no exemplo do avô a afeição à poesia, a responsabilidade pela organização do seu reinado e um vívido interesse pelas artes do saber.

Alguns autores afirmam que nesse período não se via uma valorização nem do conhecimento chamado intelectual da Idade Média, nem mesmo da cultura das cantigas e jograis. Porém, é visível, ao se ler a história de Portugal, que muito foi feito nesse campo a partir do reinado de Afonso III e que, mesmo não tendo nesse território um centro cultural renomado, havia escolas monacais.

Afonso III se apoiou e pôs em prática a formação que recebeu na França, além dos indivíduos que trouxe consigo e suas novidades. Vamos então fazer uma referência

⁷ Egas Moniz foi um homem 'muito honrado', contado assim pela história e também pela literatura portuguesa infantil. Conta-se uma lenda que o aio foi se render e oferecer a vida pagando uma promessa que o rei Afonso Henriques, de quem foi aio, não cumpriu ao Afonso VII de Castela. Egas Moniz foi descalço e com uma corda no pescoço junto da família se apresentar ao rei e dizer que ali estava pra pagar a promessa e fazer cumprir por ele a palavra do rei. Porém, Afonso VII ao ver tamanha virtude em um homem o perdoou e mandou que voltasse em paz para Portugal. A linhagem de Lourenço Gonsalves Magro é, portanto, nobre e bem formada.

⁸ Nuno Martins Chacim foi um homem que ocupou um cargo importante no reinado de D. Afonso III e de D. Dinis. Foi Meirinho mor dos dois reinados e aio de D. Dinis [...] "Maior confiança depositou Afonso III ao entregar-lhe a educação do Infante D. Dinis, futuro rei de Portugal. A mesma confiança, simultaneamente com a devida gratidão, foi prestada pelo monarca que consolidou as fronteiras do país que hoje somos (Cadernos 07. Terras Quentes. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes". Disponível em <<www.terrasquentes.com.pt>>, 2010, p. 86. Acesso em: Jun. 2015)".

de um acordo que o rei firmou na França diante do rei e do papa, no qual este prometia defender os interesses que surgiram dessa aliança.

Em janeiro de 1245, quando convoca o concílio de Lyon, o Papa Inocêncio IV, expede uma epístola ao Conde de Bolonha pedindo-lhe que parta para a Terra Santa a fim de defendê-la contra os tártaros que a ameaçavam. Era, na opinião de Alexandre Herculano, um diploma solicitado pelo próprio Afonso, a fim de aparecer em Lisboa, acompanhado de forças militares, sem despertar suspeitas, com o pretexto da ida à Palestina. E isto porque as providências efetivas para o socorro dos cristãos na Palestina, só são tomadas em julho de 1245, durante o Concílio.

[...]

Esses dados servem para demonstrar a ligação direta mantida entre Afonso e o Papado. Trata-se de uma preparação para o futuro apoio dado à Afonso, que é visto como aquele que zela pelos interesses da Igreja, como aquele que lhe é fiel.

Em setembro de 1245, esta opção revela-se claramente. Um grupo de eclesiásticos e nobres portugueses procurou o Conde de Bolonha; comitiva presidida pelo Deão da Igreja de Chartres, capelão e representante do Papa, em Paris, onde Afonso residia.

O intuito era fazer o Conde jurar algumas cláusulas que deveria obedecer ao chegar ao reino. Neste “juramento de Paris”, como passou a ser denominado, o monarca jura defender os foros e direitos das ordens do reino. Jura também, sua obediência à Igreja. Enfim, uma normativa que visava garantir a manutenção e restituição dos direitos e privilégios do clero e nobreza até então ameaçados. Era a garantia de submissão aos interesses destas ordens. Afonso consegue, com este juramento, que lhe sejam abertas definitivamente as portas do reino (FERNANDES, 2000, p. 28).

Essas passagens citadas pela historiadora Fátima R. Fernandes explicitam que o reinado de D. Afonso III já se inicia com um aspecto distinto dos reis anteriores, por trazer estabelecida a influência política da cultura francesa e com acordos que visavam uma intervenção régia nas decisões do território português, algo que não foi bem recebido, por ser forte a atuação de uma parte da nobreza nos assuntos da corte.

Vemos assim que o processo de ascensão de Afonso III ao trono português é originado por uma crise social. Crise interna da nobreza que, gera elementos de agitação da ordem pública. Esta agitação, por sua vez, ameaça os interesses tanto da própria nobreza como do clero. E são estas duas ordens do reino que urdirão, junto ao Papa, as tramas da crise política que gerará a deposição de Sancho II. Afonso III, no entanto, ao assumir o trono português, irá se deparar com esta mesma crise social, e para solucioná-la e garantir a estabilidade de sua Coroa, orientará a política de seu reinado para a centralização (FERNANDES, 2000, p. 29).

Ao mesmo tempo em que o rei assume uma postura política para ascender ao trono e prometer fidelidade à igreja, também precisa ter mais possibilidade de dar à corte uma autoridade que esta ainda não possuía. Sempre apoiada e submetida às ordens clericais, a corte não estava isenta de censuras do papa ou da Igreja de modo geral.

Ao considerarmos o entorno de D. Dinis é possível perceber, portanto, a importância fundamental que teve o reinado anterior, o de seu pai, Afonso III.

A época que girou em torno do reinado de D. Diniz teve uma importância singular na evolução da história portuguesa. Essa singularidade é, especialmente, devida às tentativas que foram realizadas por esse monarca- mas que já são pressentidas no reinado anterior de seu pai D. Afonso III- visando uma finalidade específica, qual seja a de procurar integrar Portugal, cada vez mais, na órbita do movimento histórico europeu (JANOTTI, 1992, p. 115).

Desde o reinado Afonsino surge uma valorização que já era vista na Espanha e que se consolida, com D. Dinis, por influência da criação da Universidade e do apoio aos jograis.

O que Afonso III teve de mais árdua tarefa, o seu filho e sucessor não precisou enfrentar, no que diz respeito ao estabelecimento territorial de Portugal. Mesmo o reinado de D. Afonso III não teve como característica principal as guerras, pois já havia certa consolidação das fronteiras portuguesas.

Ajudado pelos cruzados, Sancho consegue em 1189 conquistar Silves, também por pouco tempo. O avanço para o sul só recomeça decididamente depois da grande batalha de Navas de Tolosa (1212) para a qual o Papa mandou pregar a cruzada, e onde a coligação dos príncipes cristãos da Península, ajudada por contingentes de senhores franceses, inflige aos árabes uma derrota calamitosa. A partir de então, os árabes perdem sucessivamente o Alentejo e o Algarve. Em 1250 pode dizer-se constituído, com pequenas diferenças, o actual território português, se bem que durante alguns anos ainda o rei de Castela e Leão disputasse ao de Portugal o domínio do Algarve (SARAIVA, 1950. p. 33).

A autonomia de Portugal foi definida apenas no século XIII, com a conquista do Algarve (1249). Assim, o rei Afonso III teve certa paz estabelecida para reorganizar determinados setores daquela sociedade. Foram empreendidos esforços, principalmente no que diz respeito às terras e à criação de leis.

A conquista ou a tomada de posse do Algarve não resolviam diretamente as questões internas do País, profundamente abalado com o anterior período de anarquia. Depois de quase dois anos de governo

pleno, mais firme no Poder e com mais informações sobre o país que tinha que governar, Afonso III reuniu cortes em Guimarães em Maio-Junho de 1250. Verifica-se através dos longos e numerosos capítulos dos agravos do clero que o banditismo e a desordem campeavam ainda em muitos lugares, mas que, por outro lado, os agentes do rei praticavam não poucas violências, de que o clero se queixava também, pelo menos nas dioceses de Braga, Porto, Coimbra e Guarda. O bispo do Porto reclamava já contra o desrespeito pela jurisdição senhorial que exercia na cidade revelando, assim, um conflito que haveria de se prolongar durante muitos anos, como veremos em breve. Existe também uma lei geral, datada de Janeiro de 1251, onde se preveem severas penas contra os malfeitores que invadiam as casas dos fidalgos, lhes cortavam as vinhas, roubavam gados e causavam toda a espécie de danos. É provável que seja a resposta do rei a agravamentos dos nobres feitos nas mesmas cortes e que pretenda não só reprimir o banditismo vilão e as malfeitorias dos nobres, mas também desencorajar violências dos funcionários régios, que, no seu esforço de reprimirem abusos, violavam algumas imunidades (MATTOSO, 1997. p. 117).

Desde a centúria anterior, Portugal tinha uma relação conflituosa com os reinos de Leão e Castela. Neste processo de independência e constituição de um estado que fosse, minimamente, independente já é possível perceber determinadas mudanças na estrutura social. Mas a maior preocupação dos reis, principalmente da dinastia Afonsina, foi a tentativa de unificação do território não só por meio das conquistas, como também da construção de regras que regulamentassem, especificassem e, até em certos casos, mudassem determinadas leis consideradas consuetudinárias⁹. É o que se vê no reinado de Afonso III.

Para isso Afonso III criou uma série de leis que regulamentavam o seu reino e o auxiliavam na fiscalização e manutenção da ordem, além de poder, com isso, desenvolver o que os historiadores chamam de um reinado centralizador.

O Papel do rei, nestas leis, é portanto, o de fixar os limites de exigência destes direitos, criando parâmetros que possibilitarão a coerção daqueles que extrapolarem estes limites. Se existiam abusos era porque não tinha se fixado ainda, por escrito e em lei, as regras do usufruto destes direitos. E ao fazer isto, ainda que a pedido daqueles que sofriam com estes abusos, o rei atinge o problema nas suas causas, ao invés de tentar conter apenas seus feitos. Há portanto, nessas leis, da parte do rei, uma boa dose de intenção sistematizadora de determinados tipos de relação social, que envolvem os beneficiários e os concessionários destes direitos (FERNANDES, 2000, p. 183).

⁹ “Estas leis visam a organização e fixação, por escrito, de práticas judiciais consuetudinárias da Corte” (FERNANDES, 2000, p. 183).

Direitos e deveres consuetudinários são aquelas ordens que são estabelecidas ‘naturalmente’ na sociedade, costumes que são sacramentados e tomados como aceito pelos homens de acordo com suas relações (Nota nossa).

Eram muitas as reclamações que chegavam ao rei, de toda a parte, sobre os abusos cometidos, inclusive pelos senhores de terras e nobres. É, pois, nesta estrutura que o rei atua; a ação governativa do rei, do modo mais justo possível, fazia com que nobres cavaleiros, senhores de terras e camponeses fossem justificados pelos prejuízos que tivessem. Em suma, basicamente, o rei deveria garantir, por meio de leis e homens comprometidos com a fiscalização e cumprimento dessas, para que os homens que infringissem a ordem estabelecida fossem severamente punidos. Além disso, tinha também pela frente situações adversas ocasionadas pela natureza, como o fato de a terra não estar favorável ao plantio, doenças graves circulando a Europa, como a Peste Negra, e todos os problemas eram, por fim, independente de ocasioná-los ou não, da responsabilidade do rei resolvê-los.

A tarefa de Afonso III não era fácil. Não se tratava só de reprimir abusos e desordens, mas também de fazer face a uma conjuntura económica desfavorável em toda a Península. Os maus anos agrícolas que se abateram sobre ela provocaram a fome e a carestia dos géneros pelo menos a partir de meados da década de 1250, o que explica vários fenómenos nesses anos ocorridos tanto em Portugal como em Castela, como descobriu recentemente S. Aguadé Nieto. Desconhecem-se até esse momento notícias concretas de anos maus em Portugal antes de 1270-1273. Mas elas registram-se em Castela durante o período de 1255-1259. É, por isso, muito provável que a crise tivesse também afectado Portugal. Ela é mencionada expressamente, de resto, num breve passo da *Crónica de 1419*, que até agora tem passado despercebido e que diz: << Em tempo deste rei foram alguns anos de grande fome , e ele se trabalhou com grande cuidado de acorrer aos proves, e livrou muitos da morte, com suas esmolas que lhes dava>> (MATTOSO, 1997. p. 117).

Essas tentativas contavam sempre com um equilíbrio entre o apoio da nobreza e da Igreja. Duas das principais características dos reinados de Afonso III e de D. Dinis foram a tentativa de centralização do reino e a tarefa de ‘governar com justiça’. Essa expressão é relacionada, segundo Saraiva¹⁰, com o fato de o rei saber bem equilibrar o

¹⁰ YOUTUBE. História de Portugal- De D. Dinis à Conquista de Ceuta- 2 (1248- 1415). Disponível em: << <https://www.youtube.com/watch?v=aHxCLNOFonQ> >> Acesso em: 29 jun. 2015. Documentário apresentado pelo professor: José Hermano Saraiva (1919-2012) Professor, Historiador e Militar, formado em Letras e Direito, atuou em áreas como a Televisão disseminando a cultura nacional por acreditar que este era o único veículo que poderia ser acessível a todos e principalmente às pessoas sem condições de acesso a cultura. Tem cerca de 36 trabalhos sendo distribuídos nas áreas de Educação, Jurídica, Histórico e da Televisão. Foi irmão do Professor José Antônio Saraiva, Historiador, também citado neste trabalho.

seu governo entre ‘grandes e pequenos’. No caso do primeiro rei, já foram mencionados as criações de leis e a tentativa de amenizar a crise que assolava o país pela fome.

A partir de 1265, no plano judicial, aperfeiçoa e desenvolve as suas atribuições, dotando o tribunal régio de um corpo de magistrados em quem delega a faculdade de decidir pelo menos os casos correntes. Além disso, cria um corpo de leis processuais que regulam os mecanismos da sua justiça. Só algumas destas leis estão datadas; situam-se entre 1266 e 1275, o que pode significar que pertencem também a este período as numerosas leis menores não datadas (que podem ser simples normas criadas pelos clérigos da corte e não leis propriamente ditas.).

Mencionemos ainda outras providências mais difíceis de datar: os seus almozarifos cobravam cuidadosamente os foros, rendas e colheitas recolhidas pelos mordomos e pelos arrendatários; controlava cuidadosamente as nomeações de clérigos das igrejas do padroado régio; reservou para si, pelo menos o Algarve, os rendimentos da pesca do sal, dos pisões, dos lagares, dos fornos e dos banhos públicos; passou a exigir de todos os alcaldes o juramento de homenagem directamente a ele e não ao rico-homem da terra nem ao seu prestameiro.

Afonso III montou assim, a pouco e pouco, com certa habilidade política, o aparelho burocrático em que apoiava a centralização régia. O cuidado administrativo permitiu-lhe aumentar os rendimentos da coroa e, por isso, sustentar um corpo de servidores cheios de zelo que assegurava a eficiência da máquina estatal por ele construída (MATTOSO, 1997, p. 123).

Essas medidas tomadas pelo rei Afonso III não poderiam deixar de aparecer neste texto, pois é visível o esforço empreendido anteriormente ao reinado de D. Dinis. É graças a essas leis processuais, as cobranças de impostos e seu envio para outros setores que precisavam ser investidos, e não apenas para o cofre do reino, que se cria uma confiança entre aqueles que auxiliavam o rei e o próprio monarca. Sua atitude é de devolução ao bem maior, o de desenvolver o reino em prol de uma conquista que poderia estar além do seu alcance, além do seu tempo de vida inclusive.

Para nós, é essencial apresentar algumas características que foram decisivas para a formação da nação portuguesa que nos primeiros reinados portugueses tinham como maior objetivo do rei conquistar terras que passariam a fazer parte de seu território. A partir do reinado de D. Afonso III começam a instituição de leis (FERNANDES, 2000), a regulamentação e fiscalização delas e essa “tranquilidade” que se acentua no reinado de D. Dinis possibilitou que o monarca se dedicasse a criar um centro cultural e intelectual.

1.2 D. DINIS, O REI QUE ‘FEZ TUDO QUANTO QUIS’

Nosso intuito, nesta sessão do trabalho, é indicar a importância da formação intelectual de D. Dinis que, a nosso ver, foi decisiva para as ações que proporcionaram a consolidação e o desenvolvimento do reino português, em especial para a construção de um centro com características que expressassem a identidade deste território.

Nesse sentido, apresentaremos sua biografia baseada nas fontes estudadas que retratam as passagens de sua vida.

D. Dinis nasceu na cidade de Santarém, no dia 9 de outubro de 1261. A data de sua morte é 7 de janeiro de 1325, tendo, então, vivido 64 anos e reinado durante os anos de 1279 até a data de seu falecimento, portanto, 46 anos.

O governo deste rei foi um dos mais promissores na História Medieval portuguesa. Até hoje, é unanimidade entre os historiadores e estudantes que se dedicam à compreensão desse período que este monarca foi decisivo para diversos setores que Portugal desenvolveu no seu reinado.

Uma das características sempre lembradas e memoradas é a iniciativa de criação da primeira universidade, que deu a Portugal caráter integral no que se refere à cultura e ao saber valorizado no Ocidente Europeu no século XIII. Além disso, o rei é lembrado por ter conseguido agradar, em certa medida, os vários setores da sociedade, tendo nomeado para cargos importantes os indivíduos mais bem formados de seu tempo, por ter ajudado os mais pobres, auxiliado no desenvolvimento do comércio, criado ordens religiosas e feito acordos que amenizaram muito as punições clericais sobre o reino.

Além dessas características que se desenvolveram em seu reinado, o rei ainda dava apoio aos lavradores da terra, tendo, assim, recebido um de seus cognomes, o de *Rei Lavrador*, e ainda por ter sido mecenas da cultura jogralesca e trovadoresca. Assim fez renascer um costume que estava em declínio e pouco incentivado pelos reis anteriores a ele, soube incentivar da melhor forma, escrevendo suas poesias e cantigas, por cuja atividade foi denominado pelo povo português de *Rei Trovador*.

D. Dinis preocupou-se desde muito cedo com o desenvolvimento da agricultura no Reino. Assim, doou terras a quem as não tinha, sob a condição de as cultivarem e transformou zonas de pântanos em terras próprias para a prática da agricultura (arroteias). Ficou conhecido por mandar florestar o Pinhal de Leiria substituindo os pinheiros mansos que já existiam por pinheiros bravos, de maior crescimento.

Além de ser poeta, D. Dinis protegeu todos os escritores daquele tempo e ordenou que os documentos escritos mais importantes fossem guardados no Estudo Geral de Lisboa.

A ele se deve igualmente a fundação da primeira Universidade do país, a Universidade de Coimbra, que durante muitos anos foi a única do reino. (Bula *De Statu regni Portugalie*, de 9 de agosto)

O rei que apresentamos, de fato, é o monarca que o povo consagrou como o ‘que fez tudo quanto quis’. As marcas da sua atuação são encontradas em todos os setores da sociedade. Os historiadores apontam, segundo Martins, os efeitos das ações do rei levaram Portugal à conquista de sua independência. Este rei se mostrou forte para a sociedade que governava e junto aos homens com quem negociava.

Em um parágrafo de sua exposição sobre esse período em Portugal, Martins aponta resumidamente todos os acontecimentos fundamentais que caracterizam sua regência. Vejamos:

D. Diniz (1279-1325) já não é analfabeto, e mede bem o valor da sciencia: prova-o a fundação das Escolas. Por outro lado, vê que a principal causa da força do clero está no ultrarromantismo, palavra então desconhecida ainda para exprimir a influencia e autoridade soberanas dos papas sobre as Egrejas nacionais. Libertar-se d’essa perigosa intervenção era o meio de diminuir a gravidade dos conflitos. Acaso a tradição dos concílios da Hespanha visigothica influi para a criação das assembléas de prelados, cujas *concordatas*, registrando dos fóros da Egreja, a subtrahiam á influencia estrangeira, por tornarem nacional o clero e internas as suas questões. O rei, que assim fomentava a educação e nacionalizava a Egreja, cimentando por outro lado o desenvolvimento econômico do paiz, tinha uma intuição dos caracteres modernos das nações. Portugal caminhava de facto, rapidamente, na estrada da sua independencia, isto é, da sua constituição orgânica. O povo costumou-se a dizer: <<El –rei D. Diniz fez tudo o que quis.>> (MARTINS, 1908, p. 118).

Ameal também afirma praticamente com as mesmas palavras o apreço e aceitação do povo para com o rei:

O Povo exulta. Aplauda e acompanha o Rei na acção magnífica a prol do comum. E ao ver o alcance e a felicidade de suas iniciativas, a extensão das suas benfeitorias, o êxito constante dos seus esforços, resume num dístico simples a admiração que lhe vai na alma:

El-Rei D. Dinis

Fez tudo quanto quis... (AMEAL, 1968, p. 110).

Para nós, uma figura de autoridade com tanta expressão e tendência ao bem comum é a representação do que o homem deve ser quando posto em tal lugar-função. Em tempos de crise e de paz se destaca o representante que melhor governa seu povo.

Este rei, neste sentido, é a personificação das virtudes políticas que um bom regente deve ter, ao menos de acordo com os documentos e também em consonância com o ideal de bem comum, lembrando o conceito de bom governante que é proposto por Platão.

[...] o maior castigo consiste em ser governado por alguém ainda pior do que nós, quando não queremos ser nós a governar; é com este receio que me parecem agir, quando governam, as pessoas honradas, e então assumem o poder não como um bem a ser usufruído, mas como uma tarefa necessária, que não podem confiar a outras melhores que elas nem a iguais. Se surgisse uma cidade de homens bons, é provável que nela se lutasse para fugir do poder, como agora se luta para obtê-lo, e tornar-se-ia evidente que, na verdade, o governante autêntico não deve visar ao seu próprio interesse, mas ao do governado; de modo que todo homem sensato referiria ser obrigado por outro do que preocupar-se em obrigar outros. Portanto, de forma alguma concordo com Trasímaco, quando afirma que a justiça Significa o interesse do mais forte (PLATÃO, p. 38)

Ao ser retratado dessa forma pelos escritores da época e pelos nossos contemporâneos, nos deixa uma amostra de um sentimento que podemos chamar ‘orgulho’ do homem português que ao se verem membros de uma nação que foi fundada sobre tais princípios e tenta mediar as crises que a sociedade passa com as condições de mudanças que os homens podem provocar.

No momento em que seu reino vive uma situação de paz, comparado às guerras já feitas entre os portugueses e os mouros, não há dúvida que essa época é de uma condição de paz e que o rei soube aproveitar muito bem esse intervalo para se ocupar de questões mais importantes o seu tempo.

Veremos, a seguir, os setores que foram importantes para D. Dinis, deixando para tratar de um dos mais importantes, a Universidade, no capítulo seguinte.

1.3 QUESTÕES ECONÔMICAS E DE EXPANSÃO – COMÉRCIO E MARINHA

Como observamos anteriormente, o reino de D. Dinis teve (por consequência das ações do reino anterior, o de seu pai Afonso III) uma trégua das guerras que eram comumente travadas, tanto com a região da Espanha, quanto com os invasores mouros. Veremos que, com essa condição estabelecida, o rei se dispõe a expandir a potência comercial de Portugal.

Com a Reconquista concluída, Dinis I de Portugal interessou-se pelo comércio externo, organizando a exportação para países europeus. Em 1293 instituiu a chamada Bolsa dos Mercadores, um fundo de seguro marítimo para os comerciantes portugueses que viviam no Condado de Flandres, que pagavam determinadas quantias em função da tonelagem, que revertiam em seu benefício se necessário (GUEDES, 2015, p. 45).

É importante conhecer algo sobre esta bolsa: a mesma era destinada para o caso de perda da embarcação por catástrofes e acidentes possíveis em alto mar. Essa bolsa criada pelo rei foi um grande auxílio para as navegações comerciais da época. Além disso, podemos ver que o período em que é instituída não é muito distante das outras iniciativas que tomou, já que em 1279 assumira o reino, em 1289-1290 instituiu-se a Universidade, ou seja, não se perdia tempo para desenvolver o reino. Mais adiante são citados os produtos que se comercializavam. Vejamos:

[...] Vinho e frutos secos do Algarve eram vendidos na Flandres e na Inglaterra, sal das regiões de Lisboa, Setúbal e Aveiro eram exportações rentáveis para o Norte da Europa, além de couro e Kermes, um corante escarlate. Os portugueses importavam armaduras e armas, roupas finas e diversos produtos fabricados da Flandres e da Itália. (GUEDES, 2015, p. 45).

Ainda sobre as navegações, é conhecido na História de Portugal um acordo com alguns navegantes sobre a proteção do reino no mar. A guerra tinha cessado em terra, mas havia perigo nas fronteiras do território. Então D. Dinis nomeia como almirante da fronteira real o <<navegador e mercador genovês Manuel Pessanha (Emanuele Pessagno)¹¹>> que em troca de privilégios para seu país, traz uma frota de vinte navios e também tripulação. A ideia central deste novo projeto do rei era se defender aos

¹¹ “Manuel Pessanha (em italiano Emanuele Pessagno, nome que depois aporuguesou em Pessanha) foi um genovês, filho de Simone, senhor de Castelo di Passagno, que entrou ao serviço de Portugal, no tempo do rei D. Dinis, tendo-o este encarregado de reorganizar a ainda incipiente armada portuguesa (devendo para isso trazer vinte homens de Génova para que exercessem o cargo de alcaides dos navios) e conferido-lhe em troca (por carta de 1 de Fevereiro de 1317) o título de Almirante de Portugal¹ (que se viria a tornar hereditário na sua família até à crise de 1383-85, passando depois, por via feminina, para a Casa de Vila Real, chefiada por D. Pedro de Menezes), tendo recebido ainda uma tença anual de 3000 libras, repartidas por três prestações de igual valor a vencerem nos meses de Janeiro, Maio e Setembro, e oriundas das rendas do reguengo de Sacavém (que incluía também os de Unhos, Frielas, Camarate e, mais tarde, a partir de 24 de Setembro de 1319, do de Algés e ainda da vila de Odemira). Este contrato viria a ser sucessivamente confirmado na sua pessoa por cartas de mercê de 10 e 23 de Fevereiro de 1317, 14 de Abril de 1321 e 21 de Abril de 1327.” Disponível em: <http://www.geni.com/people/Manuel-Pessanha/600000003570406160>

ataques dos mouros, mais especificamente, sua pirataria. Com esse acordo, Portugal instala uma comunidade mercante em Gênova e lucra financeiramente com a rivalidade que ambos conservavam para com os mouros.

Está na mesma ordem de ideias o cuidado posto em criar uma força naval, que se traduziu pela nomeação do primeiro almirante português conhecido, Nuno Fernando Cogominho (talvez em 1307), substituído depois, em 1317, pelo genovês Manuel Pessanha, a quem depois, em documentos muito conhecidos, foram dadas as melhores condições para organizar uma armada militarmente eficaz. O equipamento de suas galés suscitou tal atenção a D. Dinis que em Maio de 1320 obteve rendas eclesiásticas de todo o reino, para obter o necessário financiamento das galés, com o pretexto de fazer guerra aos Mouros. Mais do que atacar Marrocos ou Granada, o rei pretendia, evidentemente, combater a pirataria sarracena que assolava as costas portuguesas. De facto, todas as igrejas do reino foram taxadas em 1320 e 1321 e o dízimo deve, efectivamente, ter sido aplicado ao fim previsto. A importância do papel atribuído a Manuel Pessanha por D. Dinis está bem patente nas impressionantes concessões de bens e privilégios que o rei lhe ofereceu em 1317, 1319 e 1322 (MATTOSO, 1997, p. 132).

Vemos que a iniciativa do rei ao contratar pessoal com conhecimento mais técnico sobre navegação, um conhecimento que fosse mais moderno, de fato, representa uma atitude voltada ao bem comum, já que poderia garantir ainda mais a segurança do país e o rendimento das exportações. Além do que essa formação de tripulações deve ter deixado em Portugal um conhecimento naval incomensurável para a época e para a posteridade.

José Mattoso, ao nos apresentar na *História de Portugal* as ocorrências do período do reinado Dinisiano, nos chama a atenção para fatos importantes com relação ao investimento feito pelo monarca, inclusive com a Inglaterra.

As relações de Portugal com os reinos não peninsulares foram, obviamente, menos assíduas. Não podemos, em todo caso, deixar de mencionar o tratado de comércio que D. Dinis estabeleceu em 1308 com o rei Eduardo II de Inglaterra e a concessão colectiva que Felipe IV, *o Belo*, de França fez aos mercadores portugueses de Harfleur em 1310. São dois acordos que significam claramente a expansão do comércio português em direcção ao Atlântico Norte (MATTOSO, 1997, p. 131).

Certamente que estes acordos favoreciam ambas as partes, porém, não podemos esquecer que D. Afonso III prometeu protecção e aliança ao rei da França antes de voltar para Portugal. Esse tratado, ainda que não tenha o mesmo peso e ordem para com D.

Dinis, é visto pelo monarca como oportunidade de continuação de uma aliança que beneficiaria a expansão de seu território.

O rei toma uma medida de consolidação do território outrora conquistado e sobre isso nos cabe mencionar os coutos. Os coutos¹² eram terras doadas aos nobres ou eclesiásticos para que povoassem e cultivassem a terra e, assim, as protegessem de alguma possível invasão. Nessa doação de couto ficava estabelecido que os “povoadores” desses lugares não pagariam nenhum imposto.

Entendemos que essa decisão de isenção da cobrança de impostos destas pessoas garantia uma espécie de acordo — vassalagem — entre o rei — o senhor mor — para com o nobre/eclesiástico de que esse deveria proteger o território em troca dessa condição de isenção e imunidade (MATTOSO, 1997, p. 132). Isso claramente se revertia em benefício para o reino e, cada vez mais, assegurava ao rei uma aceitação e prestígio público que lhe fornecia cada vez mais poder. Tornava, então, uma reação em cadeia, cada vez mais o rei investia e desenvolvia os potenciais de crescimento e expansão do reino português, assim o povo aplaudia suas ações e o confiavam como rei civilizador.

Além do que esses coutos poderiam ser utilizados para manter homens que agissem contra o reino, estando em permanência como cumprimento de ordens do rei e eram acompanhados das tropas militares do rei. Diga-se de passagem, essa medida foi fundamental para a ordem do reino.

Apontamos mais duas questões que consideramos pertinentes para o desenvolvimento da expansão econômica e, por consequência, do poder centralizador de governo deste rei. Uma delas é a questão da circulação da moeda, que tem uma valorização ampla, principalmente na formação de novas feiras e também a mudança da língua oficial, passando do latim ao português.

Importa-nos, neste momento, a questão da circulação da moeda e da criação de novas feiras. A primeira comentada por Pimenta e a segunda por Saraiva.

Vamos aos comentários:

¹² Sobre isso ler: Coutos e terras de degredo no Algarve - Castro Marim, Lagos e Sagres, subsistiram até ao séc. XIX como locais de refúgio e de exílio. José Carlos Vilhena Mesquita. Disponível em: <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/5128/1/Coutos%20e%20terras%20de%20degredo%20no%20Algarve.pdf>

O reinado de D. Dinis tem sido considerado por historiadores e numismatas como um período de grande desenvolvimento económico, acompanhado por uma moeda estável. O incremento dado ao comércio interno e externo, bem expresso na proteção concedida aos mercadores nacionais, tem logicamente como corolário o aumento da massa monetária em circulação e a exigência de uma boa moeda, afirmativa de um reino em expansão económica.

Fernão Lopes, a nossa principal fonte, referiu somente a emissão de dinheiro de bolhão, acrescentando que este soberano não praticou a quebra da moeda. No seu tempo, correria em Portugal, espécies áureas e argêntas estrangeiras, sobretudo europeias, com especial destaque para as leonesas, castelhanas e francesas, além da menção do numerário inglês e muçulmano.

[...]

Face à documentação chegada até nós, podemos concluir que, neste reinado, havia uma ampla circulação monetária em moeda nacional e estrangeira (PIMENTA, 1978, p. 149-150).

Em concordância com o autor referido, Saraiva, em sua aula sobre o reinado de D. Dinis, nos conta sobre o desenvolvimento comercial como algo desde então incomum. Saraiva começa dizendo que “[...] é muito considerável a obra de fomento interno feita na época do rei D. Dinis [...]”, que há um aumento muito grande da riqueza por conta do número de feiras que, ao final do século XIII, contam 30 no total e que por conta disso há o aumento da moeda circulante.

Essas iniciativas faziam com que o atraso cultural e comercial de Portugal fosse amenizado ou até ficasse sem importância. O fato de haver 30 feiras em funcionamento e existir apoio aos comerciantes demonstra uma ação que, claramente, auxilia o desenvolvimento de Portugal, pois era por meio do comércio, realizado pelas feiras, que se tinha maior circulação e acesso às mais variadas culturas, produtos e mesmo dinheiro. O rei procurou com essas ações fomentar o crescimento das relações comerciais, algo que veremos se repetir na sua escolha sobre quem ocuparia o cargo de rainha.

1.4 CASAMENTO

Estima-se que a rainha Isabel de Aragão tenha nascido entre os anos de 1269 e 1271 e a sua morte em 1336. Isabel era a filha de Pedro III de Aragão e de Constança de Hohenstaufen. Não analisaremos a vida da rainha por conta do nosso trabalho, porém

uma profícua leitura sobre esta personagem é a tese de José Carlos Gimenez¹³. Nesta subsecção, intuito é mostrar como foi importante a presença e a atuação desta mulher nas contingências deste reino.

D. Dinis casou-se com Isabel de Aragão e isso, definitivamente, não foi pouca coisa: Isabel era vista como uma possibilidade de aliança entre os dois territórios e assegurava menos dispêndio de guerras com a região de Aragão. Sobretudo, a rainha era conhecida como uma bela e nobre mulher e de educação propícia ao trono.

A primeira demonstração do seu êxito foi a aliança com o reino de Aragão, expressa no casamento com Isabel, filha de Pedro III, o Grande. Tratava-se de uma aliança valiosa, porque Aragão acabava então de adquirir uma importância fundamental na economia e na política mediterrânicas e porque Pedro III (1276-1285) e sobretudo seu filho, e irmão de Isabel, Jaime II (1291-1327) exerceram um papel de primeiro plano na diplomacia peninsular. Isabel colaborou também diretamente nas negociações entre os dois reinos e na proteção de aragoneses que passaram a viver em Portugal, desempenhando, assim, uma real influência política. As cartas que dela se conservam no Arquivo da Coroa de Aragão demonstram este facto e permitem mesmo supor que a sua acção neste campo pudesse ter sido mais vasta do que aquela que esta diretamente documentada (MATTOSO, 1997, p. 128).

Saraiva (1950) observa que o processo do casamento entre os dois não foi tranquilo e demorou mais do que o esperado. “O casamento foi realizado por meio de um contrato em Barcelona e só depois celebrado na vila de Trancoso” com a solenidade merecida.

A Crônica de Ruy de Pina nos mostra como o rei foi aconselhado por sua mãe para que se casasse com a Dona Isabel.

Sendo ElRei D, Diniz de vinte annos, de idade asáas conveniente para casar, foi aconselhado da Rainha Dona Beatriz sua madre, e assi requerido por parte do Reino de Portugal, que cazasse para teer esperança de lhe dar Deos erdeiro legitimo, que ho succedesse, e loguo lhe foi apontado na Ifante Dona Isabel Daragam, que estava por cazar filha Del Rei D. Pedro deste nome ho IV, e dos Reis Daragam houndecimo, e da Rainha Dona Constança, filha de Manfreu Rei dambas hás Cezilias, que fora filho do Emparador Federiquo, há qual Ifante Dona Isabel por suas muitas bondades, e grande fremosura era

¹³ Sobre a rainha Isabel de Aragão existe a tese de José Carlos Gimenez que foi defendida em 2005, *A rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336*, onde o autor faz menção a vários nomes que estudaram sobre essa figura tão importante neste reinado. São eles: Antônio Vasconcelos (1891/ 1894); Maria Tereza Lobo de Ávila (1923); Fernando Féliz Lopes; Mário Domingues (1963); e Ângela Munhoz Fernández (1987).

nas Cortes dos Reis, e Principes Chistãos muito louvada, e por Esso se requeria delles grandes, e mui altos cazamentos , no que ElRei D. Pedro seu pai nom podia consentir vencido sómente de grande affeição, que lhe tinha, com que nom podia padecer ha privaçam de sua santa conversaçam, e da graciosa prezença de sua vista, e sendo ElRei D. Diniz por estes respeitos della muito contente, estando em Estremoz no anno de mil duzentos oitenta e hum annos, (1281) avendo dous annos que jáa reinava, ordenou seus Embaixadores, e Procuradores para hirem requerer há dita Ifante D. Isabel (RUY DE PINA, 1729, fls. 2. p. 17).

Não encontramos muito sobre a rainha. Por dois motivos, nos contentamos com as informações que expomos sobre a personalidade desta mulher, considerada Santa e canonizada pela Igreja Católica como tal pelos seus feitos. Um dos motivos é que não se trata da figura da rainha nos textos dos historiadores que tem em sua ordem a figura do monarca que muito se destacou em seu tempo e na história de Portugal. O segundo motivo vincula-se ao objetivo da nossa pesquisa, considerando o tempo que despendemos para as questões que envolvem este trabalho, consideramos arriscado nos dedicar com mais ênfase na figura da rainha Isabel.

No entanto, ao lermos a crônica de Ruy de Pina, sobre os aspectos referentes ao seu casamento com o rei, percebe-se a importância que ela teve e o carinho que todos tinham para com ela. No decorrer dos acontecimentos, vemos o seguinte cenário: Há guerras pelo mar, por isso D. Pedro de Aragão pede que busquem a rainha por terra. O casamento se fez já em documentação, mas agora é necessário buscar Isabel de Aragão para se efetivar a cerimônia nos moldes da solenidade religiosa. O rei D. Dinis envia então seus homens de confiança para buscar a futura rainha.

Ao enviar a rainha era preciso tomar todo cuidado, mesmo com todo território em relativa ‘paz’ a vinda de Isabel até Portugal representava uma aliança de amizade e também um acordo de paz entre os territórios vizinhos.

E tornando ho processo aho fio de seu cazamento, que atraaz leixeei aho tempo, que este cazamento se fez em Araguam, eram grandes guerras, e diferenças em Castella, antre ElRey D. Afonso ho decimo e ho Ifante D. Sancho, seu filho, cuja parte ElRey D. Pedro Daraguam favorecia, e seguia, e por este caso receando enviar sua filha por terra há seu marido ElRey D. Diniz, ordenava que viesse por maar, mas por outros pejos que da vinda do maar se offereciam, ordenou de toda via vir por terra, e em sua companhia enviou ho Bispo de Valença, e muitos outros Cavaleiros dos milhores de sua terra, e lhe deu mui riquas joias douro, e de pedraria, e grande baixella de prata, e com Ella veo tambem ElRey seu padre atée ho extremo de Castella, onde ante de se espedirem falaram ambos apartados por grande espaço, e

em se despedindo ElRey della, elle com olhos cheos de mui saudosas lagrimas lhe disse (RUY DE PINA, 1729, fls. 2. p. 17).

O pai de Isabel de Aragão, ao despedir-se da filha, dirige-lhe palavras que definem a postura da rainha durante toda sua vida, de respeito e dedicação ao marido e às responsabilidades que terá de assumir como tal.

Filha, Deos que te chamou pera este cazamento, e lhe pouve que de minha caza saíesses Rainha, elle neste caminho te queira guardar, pera que nom recebas pejo, nem dano algum, e Deos que na terra onde nasceste te amou, e quis que de todos sempre fosses amada, enderessa tua vida, e teus feitos nessa pera onde vaaz de maneira que sempre faças couzas de seu santo serviço, e te dêe sempre avença, e boa concordia com teu marido.

E com esto soltando-a dos braços com que há teve apertada, chorando lhe deitou há bençam de Deos, e há sua, e assi se despedio della com sinaes de muito saudoso, e como entrou em Castella, veo há recebella aho caminho, ho Ifante D. Sancho, seu primo com irmão, porque fora filho da Rainha Dona Violante molher delRei D. Affonso de Castella, que era mãã delRei D. Pedro Daraguam, e do dito Ifante D. Sancho de que ha Rainha Dona Isabel, e todolos de sua companhia receberam muita honra, e bom trato (RUY DE PINA, 1729, p. 26, grifos do autor).

Vemos que a rainha teve de seu pai conselhos de como agir e se portar diante do rei. Além disso, o pai deixava a filha, por quem nutria, pelo que vemos na citação, uma grande estima. Não foi ínfima sua importância na história do reino; pelo contrário, há fatos que indicam que a rainha tenha sido a mediadora entre os conflitos que o rei teve, praticamente, em todo seu reinado, com o irmão e, depois, com o filho herdeiro do trono. A rainha também foi reconhecida pelas inúmeras caridades que realizou.

Esses enfrentamentos travados entre os irmãos, além de provocar um período de instabilidade no reino português, marcaram os primeiros desafios que a Rainha Isabel enfrentaria em seguida ao seu casamento e, em boa medida, eles iriam se repetir ao longo de toda sua vida. As poucas fontes documentais disponíveis evidenciam que suas atitudes estavam encaminhadas a salvaguardar a unidade do reino português. Cotejando-se os documentos da época, verifica-se que a rainha, apesar de recém-chegada a Portugal, já participava ativamente como mediadora dos conflitos em que se opunham o Rei e o Infante Afonso (GIMENEZ, 2005, p. 52).

Foram vários os momentos em que a rainha se envolveu politicamente. Aliás, desde o casamento, sua atuação é sobre a condição de estabelecer acordos de paz entre os reinos e negociações futuras comercialmente e internacionalmente. A rainha se envolveu com as grandes e pequenas causas. Havia duas das suas maiores

preocupações, o cuidado com os pobres e com as viúvas: por isso vivia a dar esmolas e mandou construir o Convento de Santa Clara da qual pediu para ser sepultada.

A oposição, rei-nobreza, não foi o único acontecimento político que marcou as contradições do reino português no tempo da rainha Isabel. Nessa época, assistiu-se também, o desenvolvimento das cidades – monetarização, impostos, comércio, transporte, armazenamento e abastecimento entre outros – e com elas, as dificuldades de superar as contradições dos interesses e dificuldades de sobrevivência dos novos grupos sociais, todos urbanos, tais como comerciantes, banqueiros, administradores, trabalhadores de diversas profissões e marginais. Aqui a partição da rainha foi extraordinária, principalmente em relação aos pobres, cujos amparos foram traduzidos pela construção de albergarias e distribuição de esmolas (GIMENEZ, 2005, p. 35).

Ruy de Pina, na crônica sobre D. Dinis, refere-se à rainha Isabel como um exemplo soberano.

E esta Rainha Dona Isabel posto que por obediencia, e mandado delRei seu padre, e por necessidade de bem, e paz destes Reinos, fosse corporalmente cazada com ElRei D. Diniz ha que tinha grande amor, Ella porém com todas as obras, e saines de mui Santa, nom deixava espiritualmente de ser cazada com Deos, há quem com tanta abstinencia, e continuas orações sempre servia, e contemplava como sempre fizera, sendo donzella em caza delRei Daraguam seu padre, porque sendo cazada, por hum Breviario por devoto costume, tinha por seu desenfadamento mais familiar, em todos los dias rezava todas las oras Canonicas, e depois desso tomava outros livros de couzas espirituaes, e devotas, e por elles lendo retraida muitas vezes com muitas lagrimas de devoçam ha viram chorar [...](RUY DE PINA, 1912, p. 28).

A devoção que havia presente na figura de D. Isabel parecia uma companhia para sua alma, já que a espiritualidade muitas vezes estava ligada ao autocontrole e à tentativa de se posicionar com o equilíbrio nas decisões em que a altivez e a caridade deveriam andar juntas: a primeira, por seu cargo de Rainha, e a segunda por sua fé cristã. Vendo dessa forma uma mulher que também deveria se fazer política. Além disso, os deveres de uma rainha se estendem a atividades também manuais. Vejamos:

[...] e depois deste virtuoso officio, que cada dia ordenadamente tinha, por nom estar ocioza costumava por suas mãos lavar, e fazer cousas douro, seda, e prata, e sobresso com suas donas, e donzellas praticava sempre em cousas devotas, e onestas, e porque sua fé fosse por obras mais perfeita, e de moormeremento, Ella há moor parte de suas rendas dava secretamente ha pessoas miseraveis em que sabia, que avia verguonhozas necessidades, e ha estas era TAM liberal, e piedoza, e com tam limpo coração, e tam gracioso rosto lhe dava ho

seu, que por Ella mui verdadeiramente se dizia, que das viuvas, e orfans era piedosa madre; e Ella foi sempre em todas suas aversidades, e descontentamentos, que lhe socediam, mui armada de paciencia, porque nella nunca foi conhecida ira, nem sanha¹⁴, huma ora mais que outra, e has vinguanças, que tomavam dos males, e descontentamentos que dalguem recebia, eram graciosos perdões sem querer tomar per si, nem por outrem alguma outra emenda (RUY DE PINA, 1912, p. 28).

À rainha Isabel de Aragão se associam muitos milagres e curas. A crônica sobre sua descrição é concluída dessa forma: “Estes e outros milagres muitos se achão, que N. Senhor pelos merecimentos desta Santa Rainha fez em sua vida, e muitos mais depois de sua morte, de que aho diante por sua devoçam, e louvor darei alguma particular, e breve conta” (RUY DE PINA, 1912, p. 31). Como defende Saraiva, ela era de uma personalidade que se definia como defensora da paz e acreditava que Portugal deveria ser o árbitro mediador entre os conflitos internacionais.

[...] as referências sobre Santa Isabel são exemplares, uma vez que, segundo os cronistas e hagiógrafos, depois do casamento, a rainha viveu entre as intrigas da corte, o ciúme das damas, as rivalidades amorosas, as acusações de adultérios que recaíam sobre sua pessoa e a do rei e, principalmente, entre sua fé e suas orações como único meio para solucionar as conturbações políticas por que passava o reino português aquela época. Essas imagens atribuídas à rainha serviram para reforçar ainda mais sua importância como modelo de mulher perfeita, contribuindo para que ela ficasse conhecida pelo povo português, entre outros atributos, como um exemplo de esposa dedicada, de mãe perfeita e uma autêntica heroína, apenas feita de amor, de perdão, de paz e de santidade (GIMENEZ, 2005, p. 5).

A tese de Gimenez, ao analisar os diversos aspectos em que a rainha Isabel se fez presente e célebre, nos indica que não são poucos os estudiosos que a reconhecem como um exemplo para a sociedade medieval. Há ainda a ideia de que as lendas e histórias contadas sobre a rainha santa-canonizada em vida, segundo Gimenez- seja uma tentativa de exemplo de um modelo da mulher que a Igreja e a Política queriam.

¹⁴ Sanha é o mesmo que rancor. (Nota nossa).

1.5 O REI SE FAZ EDUCADOR

Vimos que as atitudes que D. Dinis tomou durante o seu reinado o fizeram um exemplo. Era por meio do seu modo de pensar e agir que esse dirigente do povo português mostrou a direção a ser seguida naquele momento. De acordo com as necessidades vividas e diante das decisões a serem tomadas, encontrava sempre uma forma de convencer as pessoas do seu ponto de vista, em especial a Igreja. Isso, claramente, representa a força e a autoridade com que governou, sem que para isso agisse de forma tirânica.

Do cenário educativo propositalmente oferecido a D. Dinis, acreditamos ter surgido uma personalidade que foi única entre os reis portugueses, pois a educação e a cultura foram, no seu reinado, elementos de suma importância. Em nossa opinião de educadora, ajudou a formar a identidade cultural deste território, pois, foi a partir da criação de uma instituição como a universidade e a disseminação da cultura da poesia que o rei realizou ações que tinham como propósito o fortalecimento do território português. O sentido de uma unidade cultural que poderia ser formado a partir de uma identidade cultural representava tanto uma possibilidade de manter o controle sobre as terras conquistadas como incentivar cada vez mais seu crescimento.

A partir dessa reflexão sobre a ação do rei é possível perceber como financiou tantos outros ‘setores’ desta sociedade, como as que foram anteriormente citadas, e não é por acaso que o rei D. Dinis recebeu do povo dois cognomes: o de Rei Lavrador e o de Rei Trovador.

O fato de D. Dinis ter criado e visto a marinha portuguesa e as navegações como um fator importante a ser desenvolvido foi como que um prelúdio do que Portugal viria a ser no período posterior, o das Grandes Navegações. O poeta português Fernando Pessoa, ao homenagear personagens que contribuíram para a grandeza da nacionalidade portuguesa, assim descreveu D. Dinis:

D. DINIZ

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E ouve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor das pinhas que, como um trigo.
De Império ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar jovem e puro,

Busca o oceano por achar;
 E a fala dos pinhaes, marulho obscuro,
 É o som presente deste mar futuro,
 É a voz da terra anunciando pelo mar.

(PESSOA, 2010, p. 28).

Esse poema expressa, em suma, o que foi considerado até agora. Para que fique explícito ao leitor, podemos apenas citar algumas reflexões que se aliam à história. No primeiro verso da primeira estrofe, o poeta Pessoa apresenta o apreço que o rei tinha em trovar suas cantigas e, em seguida, assinala o que este rei providenciou à terra portuguesa, como o fato de ter plantado pinhais que seriam utilizados para a construção de navios. Na verdade, deu a esse empreendimento a mesma importância que considerou a lavoura, como mostra no terceiro verso ao comparar com o trigo.

Na segunda estrofe, no primeiro verso lê-se a palavra arroio (riacho) e, no terceiro verso, a palavra marulho, que lembra o mar.¹⁵ Nesta estrofe anuncia-se a audácia do rei em empreender a força marítima que Portugal poderia desenvolver e, assim, transformar a dificuldade em objeto favorável ao seu crescimento.

Mais uma vez somos favoráveis ao que o filósofo Kant propôs como princípio de educação para a civilização. Sua questão remete a pensar de quem é a responsabilidade pela formação de um povo, se a do povo ou a do rei, sobre isso o autor defende:

Assim sendo, de quem deve provir o melhoramento do estado social? Dos príncipes ou dos súditos, no sentido de que estes se aperfeiçoem antes por si mesmos e façam por meio caminho para ir de encontro com os bons governos? Se, pelo contrário, esse aperfeiçoamento deve partir dos príncipes, então, comece-se por melhorar sua educação; esta sempre teve graves erros, uma vez que não resistiu jamais aos príncipes durante sua juventude. Uma árvore que permanece isolada no meio do campo não cresce direito e expande longos galhos; pelo contrário, aquela que cresce no meio de uma floresta cresce ereta por causa da resistência que lhe opõem as outras árvores, e, assim, busca por cima o ar e o Sol. Com os príncipes acontece o mesmo. Mas vale que sejam sempre educados por algum dos seus súditos do que pelos seus pares. Não se pode esperar que o bem venha do alto, a não ser no caso em que lá a educação seja primorosa. Aqui é necessário, portanto, contar mais com os esforços particulares do que com a ajuda dos príncipes, como julgaram Basedow e outros; uma vez que a experiência ensina que os príncipes, para atingir seus objetivos, se preocupam não com o bem do mundo, mas com o bem do seu Estado.

¹⁵ Marulho: Agitação ligeira das águas do mar, de caráter permanente, que produz um barulho particular. Tumulto, confusão (Disponível em: <<<http://www.dicio.com.br/marulho/>>> acesso em Jan. 2015).

Se prestam auxílio à educação com dinheiro, reservam-se o direito de estabelecer o plano que lhes convém (KANT, 1999, p. 23).

Foi, portanto, a partir desse cenário que o monarca se fez educador de seu povo por meio do seu exemplo e ações. Se assim não fosse, não o veríamos apresentado como modelo aos reis posteriores pelos cronistas nem tão pouco existiria os monumentos que foram por ele deixados e nele representado.

Não temos nenhuma intenção de venerar o personagem histórico que apresentamos, mas queremos sim olhar para os seus atos como um exemplo dos homens que mudaram a história de seu tempo, homens que vivem seu tempo com a intensidade com que Marc Bloch nos instrui, fazendo-se instrumento do desenvolvimento que a humanidade necessita e desfruta no futuro de outras gerações.

1.6. CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO – CARO PARA A EDUCAÇÃO

Como o conceito de *Civilização* é caro à ideia de formação e educação de um povo? Entendida por Guizot, a exemplo do Estado Francês, a ideia de civilização é representada por uma condição de melhora intelectual individual e coletiva.

Ao analisarmos nossa proposta de investigação vemos que território e personagem caminham juntos, representação e instituição caminham na mesma direção (GUIZOT, 1907) e que uma série de fatos acontece como se uma teia fosse sendo formada. E este movimento que procura elaborar uma sequência e, ao mesmo tempo, uma sincronia nas ações, é o social da História.

História é também a parte que usamos chamar filosofia da história, as relações dos acontecimentos, o laço que os une, as suas causas e os seus resultados; tudo isto são factos; constituem a história, tanto quanto as narrações de batalhas e dos acontecimentos visíveis. É fôra de duvida que estes factos são mais difíceis de estudar; é n'elles mais frequente o engano; é custoso animal-os, apresental-os com fórmulas claras e vivas. A sua natureza porém, não se altera por causa d'estas dificuldades: apesar d'ellas, formam parte integrante da historia (GUIZOT, 1907, p. 28).

Estudar a figura de um rei, suas ações, suas decisões e seus possíveis motivos requer que busquemos mais do que informações relativas sobre si mesmo. É necessário compreender ao máximo sua época, seus antepassados, ao menos os mais próximos; as relações sociais da época em que esse personagem se insere, as discussões, inovações e

características do seu tempo, enfim, tentar, na medida do possível, elaborar um quadro e na imagem que buscamos representar tentar nos aproximar da mentalidade de sua época, com todos os detalhes que pudermos anexar a essa visão imaginária. Por fim, destacar a mensagem que queremos ler nesta imagem.

É claro que, por algumas circunstâncias, não conseguiremos imprimir nesta ‘imagem’ todos os detalhes que existiram. Há determinados limites para que possamos ler o passado, como o fato óbvio da impossibilidade de retornarmos a ele, a não ser pela leitura de outrem. Há, ainda, a possibilidade de se ler de várias formas um mesmo objeto e nisto consiste, enfim, uma série de questões que estão imbricadas no processo da investigação.

O mais importante para nós é poder apresentar o máximo possível de relações e, a partir do olhar da Educação, apresentar o conceito de educação que queremos tratar, deixar clara a ideia de que a formação humana se insere no aspecto defendido por Kant (1724- 1804) de que uma criança não se torna um adulto de um dia para o outro, mas, como alerta esse filósofo, a criança é ensinada desde cedo para que sua maturidade chegue a ela com ‘naturalidade’.

Um princípio de pedagogia, o qual mormente os homens que propõem planos para a arte de educar deveriam ter ante os olhos, é: não se devem educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a idéia de humanidade e da sua inteira destinação. Esse princípio é da máxima importância. De modo geral, os pais educam seus filhos para o mundo presente, ainda que seja corrupto. Ao contrário, deveriam dar-lhes uma educação melhor, para que possa acontecer um estado melhor no futuro. Mas aqui se deparam dois obstáculos: os pais não se preocupam ordinariamente senão com uma coisa, isto é, que seus filhos façam uma boa figura no mundo; e os príncipes consideram os próprios súditos apenas como instrumento para os seus próprios (KANT, 1999, p. 22).

Assim, ainda que Kant seja muito posterior à Idade Média, suas ideias são próximas de nós para falarmos de um conceito de educação, formação que se entendia já na Idade Média. Qual seria nosso intuito de estudar autores distantes do nosso tempo senão pelo que o próprio Kant afirma? Que o homem aprende a ser homem e aprende a desviar de sua natureza animal e instintiva para, assim, criar outra forma de viver, a forma humana civilizada. Para que este homem aprenda é necessário que outro(s) o ensine(m) e é desta maneira que vemos a importância da história na construção de uma

condição de civilização e, por fim, nos autores que ensinaram o que consideravam elementos de desenvolvimento da sociedade.

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos. Se um ser de natureza superior tomasse cuidado da nossa educação, ver-se-ia, então, o que poderíamos nos tornar. Mas, assim como, por um lado, a educação ensina alguma coisa aos homens e, por outro lado, não faz mais que desenvolver nele certas qualidades, não se pode saber até onde nos levariam nossas disposições naturais. Se pelo menos fosse feita uma experiência com a ajuda dos grandes e reunindo forças de muitos, isso solucionaria a questão de se saber até onde o homem pode chegar por esse caminho. Uma coisa, porém, tão digna de observação para uma mente especulativa quanto triste para o amigo da humanidade é ver que a maior parte dos grandes não cuida senão de si mesma e não toma parte nas interessantes experiências sobre a educação, para fazer avançar algum passo em direção à perfeição da natureza humana (KANT, 1999, p. 15).

Por conseguinte, em nosso trabalho, o que está em destaque é a questão da formação humana e seu poder de ação e reação para e na sociedade, ou seja, quando conhecemos o que há de mais e melhor elaborado no limite da nossa compreensão estamos diante de mais possibilidades de escolhas e, sendo assim, temos possibilidade de decidir para além dos nossos desejos e em prol de nossos benefícios e do bem comum.

É com base nessa reflexão que tratamos o personagem desta dissertação com uma análise que se insere na História da Educação, considerando que aprendemos com nossos antepassados e que a ação do homem reflete diretamente na direção da sociedade. Segundo o historiador Marc Bloch (2001, p. 65), “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.

Sem correremos o risco de confundir o debate, gostaríamos de tratar do conceito de ‘civilização’ do historiador francês François Guizot e de como ele se insere na nossa questão, já que tratamos da constituição de um Estado no qual essa concepção deve ser considerada. Caso olharmos adiante as reflexões e a defesa do significado de ser civilizado, veremos que as ações realizadas pelos dirigentes dessa sociedade, primeiro Afonso III e, em seguida, seu filho, D. Dinis, são de extrema importância para a construção de uma determinada civilização.

Mesmo em se tratando de outro tempo, Guizot apresentou suas reflexões (considerando a França pós-revolução) no intuito de compreender em que condições a França se encontrava naquele momento e o que levou este país a tomar medidas tão violentas, mas que, no entanto, trouxeram a liberdade entre outros objetivos alcançados pela revolução (OLIVEIRA, 1997).

Esse não é, evidentemente, nosso objeto de estudo, porém, na nossa análise de leitura historiográfica, a forma como Guizot interpreta a sociedade e seus acontecimentos nos mostra um caminho de continuidade e consequência dos atos dos homens que, de acordo com o autor, é possível ver na história das civilizações.

Algo que devemos salientar é que no momento em que D. Afonso III e, posteriormente, D. Dinis, assumiram o governo de Portugal, este território teve progresso e desenvolvimento muito intensos. Já aponta Saraiva¹⁶ sobre o reinado de D. Dinis que esse período em que os dois homens reinaram foi de contínuo progresso em todos os aspectos.

Esse progresso e desenvolvimento são derivados de um conceito que fundamenta as origens da civilização Europeia, a Civilização, que veremos, não depende apenas de territorialidade, mas, de um estado completo, um conjunto de medidas a serem concomitantemente acionadas.

Assim, na medida em que tomamos a questão da Europa como princípio de civilização, em especial a França como modelo de civilidade, não fazemos de modo aleatório, mas por ter se destacado ao longo da Idade Média e ter sido modelo das instituições que ainda hoje cultivamos, uma delas, a Universidade.

[...] sempre que as idéas, as instituições civilisantes, se me desculpam a palavra, nascidas em outros países, quizeram transplantar-se, tornar-se fecundas e universaes, trabalhar em prol da civilisação geral, tiveram, para assim dizer, de vir buscar á França uma nova preparação, e é da nossa terra, como se esta lhes fora segunda pátria, que ellas se partiram para conquistar a Europa. Não ha idéa grandiosa, não ha principio importante de civilisação que não passasse primeiro pela França para se derramar em seguida por toda parte (GUIZOT, 1907, p. 26).

Apesar de a localização de Portugal ser um grande problema, os reis Afonso III e D. Dinis não se acomodaram diante das dificuldades e impossibilidades geográficas que estavam postas pela estrutura do lugar. Ao contrário, buscaram as melhores

¹⁶ Ver nota 7 sobre a referência.

circunstâncias para utilizar o que lhes era possível para criar condições de desenvolvimento para o território. Exemplo disso é a criação da Marinha portuguesa pelo rei D. Dinis.

Parece-me que o primeiro facto compreendido na palavra *civilização*, e assim o provam os exemplos que lhes apresentei, é o facto do progresso, do desenvolvimento: a Idea d'um povo caminhando não para mudar de lugar, mas para mudar de estado, d'um povo cujas condições se desenvolvem e melhoram. Parece-me que a Idea fundamental contida na palavra *civilização* é a Idea de progresso, de desenvolvimento.

A etymologia da palavra parece responder de um modo claro e satisfatorio; diz que é o aperfeiçoamento da vida social, o desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens entre si (GUIZOT, 1907, p. 36, grifo do autor).

Lembremos que, por 'civilização', entende Guizot (1907) tratar-se de um termo a ser compreendido na sua máxima amplitude e que se civilizar não significa mudar de lugar, mas, sim, de estado, mudar as condições de vida e de relacionarem uns com os outros.

Essa atitude será vista da perspectiva individual para a social, como aponta Guizot, e é o que podemos verificar nas figuras de Afonso III e de D. Dinis, tal como seus súditos bem formados e os membros religiosos que os ajudaram, cada um na sua decisão individual de civilizar-se e de se formar para seu crescimento auxiliaram no crescimento social.

Ha mesmo factos que não podem dizer-se sociaes, mas individuaes, e que mais de perto respeitam a alma humana do que a vida publica; taes são as creças religiosas e as idéas philosophicas, as sciencias, as leis e as artes. Estes factos influem sobre o homem, ou para aperfeiçoal-o ou para satisfazel-o; tem por fim mais o seu progresso interno ou o seu deleite, do que a sua condição social. Comtudo é tambem em relação á civilização que elles devem ser condierados e que o são muitas vezes. Em todo o tempo e em todo o logar a religião ufanou-se de ter civilisado os povos; pareceu tambem ás sciencias, ás letras, ás artes, a todos os prazeres intellectuaes e moraes que tinha concorrido para esta gloriosa tarefa. E com effeito recebem como louvor e honra a declaração de que lhes cabe tal quinhão (GUIZOT, 1907, p. 31).

Guizot defende ainda que esse sentido de civilização que uma sociedade pode alcançar é o que possibilita que o desenvolvimento chegue a um maior número de pessoas.

Tal é com effeito a idéa que primeiro concebe o espirito quando se pronuncia a palavra civilização; acode logo á mente a extensão, a maxima actividade e a melhor organização das relações sociaes; por um lado, a sociedade adquirindo augmento de força e de prosperidade; pelo outro, esta força e esta prosperidade mais equitativamente repartidas entre os indivíduos (GUIZOT, 1907, p. 36).

Este autor, ao analisar a história de maneira tão ampla, nos mostra que o mesmo fator que auxilia no desenvolvimento do homem e, portanto, da sociedade como um todo, pode também destruí-la. Um mesmo elemento que ajuda a formar o reino pode em determinado tempo da história não ser mais útil e acabar por mudar a rota do desenvolvimento. Como são os homens que fazem as instituições, as leis, as crenças e, assim, constroem uma civilização em determinados moldes, esses mesmos indivíduos podem, pela desconstrução de conceitos ou mudanças de hábitos, desconstruírem o que criaram. Em ultima análise, o homem desenvolve-se para o bem ou para o mal.

É licito dizer que o cristianismo ajudou a reconstruir a civilização que havia se perdido com a queda do Império Romano e a mesma religião ajudou a destruir princípios dessa civilização que havia se criado ao longo da história. Tal como Roma, que com tantos elementos de desenvolvimento caiu em desordem e se desestruturou a partir do século V, na Idade Média Central, será o elemento de renascimento desta cultura que ajudará com que se construa o debate sobre a separação dos poderes (GUIZOT, 1907).

Neste caso, a Igreja se colocou, com os homens que a representavam, como coprodutora da civilização. Ao ver na figura do homem que é rei a possibilidade de construir uma “nação”, deu a esses homens o conhecimento necessário para constituir a cultura de um povo, isso aos poucos a enfraqueceu, até que estado e religião não se misturassem mais na modernidade.

Comprehendem-se pois dois factos n'este grande facto; carece de duas condições; manifesta-se por dois symptomas: o desenvolvimento da actividade social e do da actividade individual, o progresso da sociedade e o da humanidade. Todas as vezes que as condições externas do homem se desenvolverem, se virificarem, melhorare; todas as vezes que a natureza intima do homem se apresentar com brilho e com grandeza, ainda que ás vezes, a par d'estes factos, ainda profunda imperfeição social, o gênero humano reconhece e proclama que existe alli a civilisação (GUIZOT, 1907, p. 38).

No modo de Oliveira encarar a questão, temos a noção de civilização explicitada.

A participação desta instituição (a igreja)¹⁷ no desenvolvimento da civilização moderna teve início ainda no mundo romano. Neste momento, começou a revelar seu papel, a se destacar pela sua importância social.

[...]

Enquanto a sociedade romana se desintegrava, a religião Cristã assumia de modo gradual, o papel de dirigente dos homens. Isto não significa que a ruína das instituições romanas não tivesse atingido também o cristianismo, que este tivesse se mantido incólume no meio do caos, pelo contrário, a sociedade eclesíastica sofreu igualmente as consequências das perturbações sociais da mesma maneira que a sociedade civil. No entanto, esta sucumbia, o cristianismo se fortalecia em meio às turbulências. Fecundava novos princípios e criava novas expectativas nos homens (OLIVEIRA, 1997, p. 14).

O cristianismo, portanto, somente não sucumbiu às ruínas da sociedade por estar ‘munido’ do conhecimento necessário para lidar com os problemas que a sociedade necessitava, mas como ideia conseguia aproximar-se do povo e influenciar, fortemente, as relações sociais. Isso se revela na preocupação da Igreja com o desenvolvimento da civilização. E essa situação que vemos na formação da Universidade de Portugal, entre outras ações tomadas pelos membros religiosos.

Ora, este monopólio do conhecimento foi o resultado do fato da Igreja ter-se comprometido com a civilização. Enquanto a sociedade caía na barbárie, quando a leitura e a escrita estavam se tornando praticamente desnecessárias, a Igreja soube preservar o patrimônio cultural da humanidade. O uso político que a Igreja fez disto posteriormente somente foi possível pela sua atitude em meio à dissolução do mundo Romano.

[...]

Temos outro papel a considerar. Foi a Igreja que principiou a separação entre os poderes temporal e espiritual. Segundo Guizot, este processo foi fundamental para a civilização europeia. Teria permitido a separação entre a força e o espírito (OLIVEIRA, 1997, p. 18).

Nestas duas passagens vemos a ação da Igreja em dois aspectos e eles refletem a ideia que Guizot defende acima citada; a civilização acontece por meio de vários setores que são desenvolvidos, mas, fundamentalmente, pela ação e melhora individual. Além disso, o mesmo fenômeno que pode auxiliar no progresso pode, com o decorrer da história e das próprias condições que cria, dar início à decadência de determinado regime. A Igreja, segundo esse historiador, não tinha intenção de mudar totalmente a sociedade, a sua estrutura inteira, mas, ao dar, em pequenas doses, instrumentalização e

¹⁷ Grifo nosso

condições de racionalizar a vida dos homens cada vez mais por meio dos conhecimentos de que dispunha, proporcionou um crescimento social.

O chistianismo, por exemplo, não só quando appareceu, mas ainda nos primeiros seculos da sua existencia, não curou nunca do estado social, declarou até que o não o faria; ordenou ao escravo que obedecesse ao dono, não atacou nenhum dos grandes males, nenhuma das grandes injustiças da sociedade sua contemporanea. Quem haverá contude que negue ter sido o christianismo uma crise da civilização? E porque? Porque mudou o homem interior, as suas crenças, os seus sentimentos; porque regenerou o homem moral, o homem intellectual (GUIZOT, 1907, p. 38).

Vemos por meio dessa passagem que as instituições não são meticulosamente programadas para mudar a sociedade em que são inseridas. Pelo contrário, elas nascem por motivos de necessidade, os homens a criaram para sanar determinadas falhas e acabam por se manterem alimentando os homens individualmente e gradativamente de suas próprias capacidades, e fazem de seu anseio por melhora a existência e possibilidade de desenvolvimento de muitas pessoas, uma escala maior e entrelaçada nas relações sociais.

Portanto, as instituições, criadas e formadas pelos homens, atendem aos homens mais diretamente que a sociedade como um todo; a sociedade entra em processo de progresso por meio do progresso dos homens.

Vemos ahi que todos os grandes desenvolvimentos do homem interno vieram aproveitar á sociedade e todos os grandes desenvolvimentos do estado social se transformaram em beneficios para a humanidade.

[...]

Quando se opera no homem uma alteração moral, quando adquire uma idéa, uma virtude, uma faculdade a mais, em uma palavra, quando se desenvolve individualmente qual é a necessidade que elle desde logo sente? É a de transmitir ao mundo exterior, de realizar externamente o seu pensamento. Quando o homem adquire alguma cousa, quando elle percebe que o seu ser lucrou desenvolver-se ou ganhar novo valor, nasce-lhe logo a idéa de uma missão, ligada a este desenvolvimento, a este novo valor. Sente-se obrigado e levado pelo seu instincto, por uma voz interior, a alargar, a fazer predominar fora de si mesmo a alteração, o melhoramento que n'elle se realizou. Não é outra cousa que se produz os grandes reformadores; não foi outra a força que dirigiu e impeliu os grandes homens, que, depois de se mudarem a si proprios, alteraram por seus actos a face do mundo (GUIZOT, 1907, p. 38).

Consideramos relevante a ideia que nos é apresentada pelo autor na medida em que vemos pelo comportamento do rei, e pelas suas palavras, que ele mesmo crê nesta força da virtude, da melhora do homem e das condições que este homem, ao ser bem

instruído, exerce na sociedade em prol do bem comum. Não é o exato momento para analisarmos essa questão, mas é importante tratar neste fechamento sobre o conceito de civilização o que D. Dinis afirma sobre a importância da criação da Universidade quando pede ao Papa a permissão.

[...] assi beem dezejo de todo meu coraçam, que tambem aja avondança de homens letrados, e muy sabedores, e por esso propus em minha vontade por beem comum de meu Regno, e grande proveyto de meus vassalos, e naturaas, fazer nelle huum Estudo geral, e muito honrado, onde todalas ciencias se leão, e q seja nesta Cidade de Coimbra, que hee o meyo do Regno (RUY DE PINA, 1729, s/ p.).

Nesta carta fica claro que o rei sabe da necessidade de criar novos valores para os homens dessa sociedade e que somente uma instituição universal pode dar tais condições de mudanças e assim, fortalecer o reino.

Partindo desse contexto medieval português apresentado e dessa análise de que a formação cultural e de identidade desta nação teve por princípio um projeto de civilização intencional e construído, passamos para um dos itens que representa a formação intelectual, a universidade.

2. A UNIVERSIDADE DE PORTUGAL

O tema das escolas e dos modelos de escolas que existiram na Idade Média é instigador, portanto, não somos os primeiros nem seremos os últimos a estudar essas instituições educacionais, mas esperamos trazer contribuições com nossa reflexão e nossa formação que, de certa forma, é única, dado a singularidade das pessoas. Ao contrário do que se diz sobre o obscurantismo da era Medieval, esse momento da história, no que diz respeito ao Ocidente¹⁸, foi de muita produção do conhecimento e muito se investiu na educação e formação de uma camada social. Em geral, com as ordens monacais, a maioria era filhos de senhores e nobres e mais para o final do século XIII, com as ordens conventuais, se abre mais o leque para os estratos menos favorecidos, financeiramente.

Apontaremos alguns exemplos de ensino que existiram nas sociedades medievais até chegarmos à Universidade, que é o foco deste capítulo. Sendo mais específica ainda, à primeira Universidade que se fundou em Portugal. Ressaltando o fato de que não pretendemos apresentar uma ordem cronológica das instituições medievais, mas demonstrar: 1. A variedade de formas com que se pensou a formação humana nesse período; 2. Qual foi a escola que mais se assemelhou à universidade e, 3. Quais foram as suas raízes.

Para isso nos baseamos na leitura de Armindo de Souza, que apresenta um quadro geral dessas escolas em Portugal. Antes de tudo, as escolas existentes são apresentadas por Souza da seguinte maneira:

Podemos estabelecer uma tipologia das escolas para os séculos XIV e XV em Portugal. Será assim: universidade, escolas catedrais, escolas capitulares, escolas monásticas, escolas conventuais, <<escolas palacianas>>, escolas municipais, escolas paroquiais e escolas <<domésticas>>. Da existência de tudo isto há provas suficientes (SOUZA, 1997, p. 447).

Consideramos pertinente tratar brevemente de três modelos de escolas mais próximas à Universidade: as escolas monásticas, as conventuais e as catedrais. A primeira, a monástica, teve grande importância na formação cultural de Portugal. Primeiro, por ser o meio mais próximo de um diálogo cultural com outros territórios, considerando que Portugal sempre foi de difícil acesso para circulação ocidental.

¹⁸ Sempre que nos referimos a Idade Média, nos reportamos ao Ocidente Europeu, para que fique claro ao leitor o nosso recorte, quanto ao espaço geográfico.

Segundo, por ter existido conventos importantes que guardavam no seu interior bibliotecas que eram consideradas na época um tesouro para os monges e estudiosos que acompanhava as teorias circulantes da Europa (MATTOSO, 1997).

Refira-se, finalmente, a escola importante que foi o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, certamente a mais assinalável de todas- pelas suas tradições, pelos seus mestres, pela sua biblioteca e pelo seu *scriptorium*. Ministrou-se aí Teologia, Dogmática e Moral, e Medicina. Análogo a Santa Cruz, se bem que a certa distância, foi o mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa. (SOUZA, 1997, p. 450).

Almeida nos aponta algumas especificidades sobre os mosteiros, sobre quem ensinava neles, quem os frequentava e, em particular, como era visto o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Ressalta ainda que o prior de Coimbra foi um dos nomes citados na petição dos clérigos sobre a criação da Universidade.

Nos séculos XII e XIII só havia em Portugal as escolas sustentadas pelas catedrais e pelos mosteiros, as quais tanto serviam para o clero como para leigos. Destas escolas, as mais notáveis foram as dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, onde houve, pelo menos nos princípios do século XIII, mestres afamados, que ensinavam gramática, lógica teologia e medicina. Nas igrejas colegiadas havia escolas semelhantes. Os portugueses que se propunham seguir cursos universitários preferiam ordinariamente as universidades de Salamanca, Paris, Montpellier e Bolonha (ALMEIDA, 1922, p. 239).

Como se aprende na obra *História das Instituições* (1997), o modelo de escola monacal sofre uma decadência por diversos motivos, mas, principalmente, por seu caráter de claustro e por sua localização. O modelo conventual acaba por suprimir o anterior. Além disso, havia surgido a Universidade que, ao largo da Europa, já se mostrava muito mais interessante que as outras instituições educacionais.

Nos séculos XIV e XV, as escolas monásticas e claustrais, em decadência conforme dissemos, haviam modificado já, e profundamente, os seus antigos objectivos pedagógicos. Não já instruir monges para o opus Dei, a liturgia e a contemplação, mas de preferência formar clérigos e leigos para a vida das cidades, gramática, aritmética, medicina e pastoral. Compreende-se assim que as escolas dos mosteiros rurais praticamente tenham desaparecido. E que as que se mantiveram, elementaríssimas, se tenham transformado, na prática, em escolas semelhantes às paroquiais (SOUZA, 1997, p. 450).

As segundas escolas, as conventuais, são importantes para a formulação de um novo conceito que toma conta da cultura intelectual da Idade Média e, inclusive, gerar polêmicas e disputas entre os mestres. Exemplifiquemos melhor: essa ordem era distinta da anterior. Se as ordens monacais se restringiam ao claustro e sua atividade era extremamente circunscrita ao mosteiro, a ordem conventual já é completamente o oposto. Nesse caso, os monges saem às ruas, pregam, falam com as pessoas, ensinam seus pensamentos de humildade e dispensas de riquezas e bens materiais e, com isso, obtêm prestígio junto ao povo, em primeiro lugar, aos reis¹⁹ e, por fim, aos Papas.

As escolas conventuais, como o nome diz, existiram nos conventos das ordens << modernas >>, as dos mendicantes, franciscanos e dominicanos; e nos dos Lóios. São institutos religiosos vocacionalmente muito diferentes das ordens monásticas antigas, beneditinas, cistercienses (beneditinas também), dos agostinhos, etc. Desde logo, são casas de clérigos empenhados na pastoral, na pregação e na defesa da ortodoxia católica. Clérigos urbanos. Naturalmente, o ensino ministrado por estes homens reflecte as suas preocupações e a sua mentalidade- muito distanciadas das dos monges.

[...]

A preferência dos reis vai agora para eles e não para os monges. É ver o papel dos franciscanos no movimento revolucionário de 1383-1385; e é ver também como os dominicanos são chamados a ser os guardiões do panteão da dinastia de Avis, na Batalha. Folheiem-se ainda os sete volumes do *Chartularium universitatis portugalensis*: verificar-se-á que os escolares e graduados religiosos que aí aparecem são na sua esmagadora maioria clérigos mendicantes (SOUZA, 1997, p. 451).

Por último, mas não por serem menos importantes, as escolas catedrais. Essas, por seu turno, eram muito semelhantes à universidade, tanto que foi delas que muito se inspirou o estudo geral²⁰ sobre as disciplinas a serem ensinadas; era um estudo mais

¹⁹ Se a vida pobre, a pregação, o exercício da caridade cristã e a pureza de vida foram fatores que tornaram os Franciscanos benquistos junto à população; por outro lado, a atitude despreziosa dos mesmos em relação às querelas pelo poder e por terras os tornava, ao mesmo tempo, diferentes do clero local- quer o regular ou o secular- e os fazia parecer inofensivos ao poder real, cioso para controlar o poder. A postura daqueles irmãos os limitava ao âmbito do poder espiritual, fator importante em uma sociedade onde as desavenças oriundas da intromissão do espiritual na esfera do temporal e vice-e-versa eram constantes.

Assim, eles não representavam nenhum perigo para o poder temporal, encabeçado pelo monarca português; diferentemente dos Dominicanos – uma ordem nova, também, e que chegou a Portugal naquela mesma época – mas que se meteram a estabelecer leis para o Reino, entretanto em conflito com o Rei. Destarte, os Franciscanos, em Portugal, iam ganhando a admiração das populações e dos monarcas portugueses. (DUARTE, s/ d. p.2555).

²⁰ As palavras, latinas, que designavam a instituição foram *Studium*, *Studium Generale* (ou *Generale Studium*) e *Universitas*. A primeira designava a escola onde reuniam para seu << trabalho >> específico de professores e alunos, chamados estes << escolares >>. A segunda designava, conforme se lê na 2ª *Partida* de Afonso X (tít. 31, Lei 1.ª), a escola em que havia

específico, muito semelhante ainda com o que se ensinava no mosteiro, mas, na cidade, como o próprio nome sugere, nas catedrais. Elas foram relevantes para a Universidade, pois representavam o estudo de maior utilidade na sociedade referida. Além disso, depois que a universidade se constituiu, as escolas catedrais se tornaram uma espécie de ensino preparatório para o ingresso na universidade. Vamos a ela. Segundo Souza

[...] as escolas catedrais, conforme já vimos, são muito anteriores às universidades e continuaram depois delas. Aliás, as universidades surgiam na Europa a partir das escolas catedrais (J. Le Goff, 1957). Que também se chamavam episcopais. Eram escolas urbanas, adstritas às sés, dirigidas pelos cônegos dos cabidos e destinadas a instruir clérigos para a vida pastoral. Por isso, chamaram-se também escolas capitulares. Em Portugal, todas as sés as tiveram: Braga, Porto, Lamengo, Guarda, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves. Nem admira, pois que os concílios que atrás citámos as impuseram. Nessas escolas devia-se, em princípio, ministrar as disciplinas do *trivium* e do *quadrivium*, essas que vimos constituir nas universidades o curso das Artes. É, porém, de prever que os currículos e planos de estudos variaram em função dos tempos e dos responsáveis locais, os <<mestres-escolas>> e seus superiores, os bispos. Além dessas disciplinas, ministraram-se ensinamentos rudimentares de Sagrada Escritura, Espiritualidade, Direito e, porventura, Medicina. Depois da fundação da Universidade, as escolas catedráticas entraram em declínio, admitindo-se que passaram a funcionar como uma espécie de instituições de ensino preparatórias do Estudo Geral e das escolas franciscanas e dominicanas, muito mais evoluídas. De qualquer maneira, o mestre-escola, cônego cheio de prestígio e de dinheiro, continuou pelos tempos fora. Com o Concílio de Trento (1545-1563), as escolas catedráticas vão transformar-se nos <<seminários>>, que chegaram quase até hoje (SOUZA, 1997, p. 449).

Antes de examinarmos a universidade de Portugal, analisaremos, em linhas gerais, as circunstâncias nas quais, culturalmente, elas estavam inseridas e consideraremos as mais renomadas e conceituadas do período referido.

Segundo Saraiva (1950), as universidades criadas na Europa, com exceção da de Bolonha, foram todas de iniciativa dos papas. Na visão do autor, havia um interesse em

mestres e estudantes dedicados ao estudo das ciências universais – Gramática, Retórica, Dialética, Geometria, Aritmética, Música e Astronomia (as sete artes liberais); Direitos (Cânones e Leis), Medicina e Teologia. A terceira, *Universitas*, exprimia tanto o conjunto dos estudantes, como a pluralidade deles mais os mestres. Com o tempo, <<Universidade>> passou a significar o mesmo que <<Estudo Geral>>, evoluindo ambas as designações para a representação das seguintes ideias, tomadas simultaneamente: *a*) instituição que acolhia alunos de provenientes de qualquer parte; *b*) o conjunto das disciplinas ministradas, ou <<faculdades>> (podendo existir todas ou só algumas); *c*) local onde os professores dessas disciplinas ensinavam; *d*) escola capaz de conceder o *jus docendi* ou *licentia docendi* (a licenciatura)-*ubique* ou não, ou seja, em toda a cristandade ou só no País. A capacidade de criar universidades, ainda segundo Afonso X, competia ao papa, ao chefe supremo da cristandade e dos clérigos (SOUZA, 1997, p. 448).

assegurar a dependência dos povos para com a Igreja; então, era mais que propício que as universidades estivessem também ligadas à Igreja. Nessa instituição, formulavam-se as leis, constituíam-se as ideias fundamentais que circulariam nos discursos e práticas formativas e era a partir disso que as heresias eram combatidas e se fundamentavam as disputas materiais e de poder.

Ainda que a Igreja fosse auxiliar no fomento e manutenção da universidade, mesmo que estivessem inseridos nela seus clérigos e religiosos, não eram de total influência as suas ideias, segundo Saraiva: as universidades começam a produzir um ‘espírito próprio’, o que poderíamos traduzir, em certa medida, em uma liberdade intelectual, que mais adiante culminou na existência de teorias sobre a separação do poder, a partir de filósofos e teólogos medievais.

Uma vez constituídas, as universidades são utilizadas pelo papado como instrumento conservador e definidor da ortodoxia católica. Para esse efeito protegem os papas o ingresso de professores franciscanos e dominicanos, que lhes estão estreitamente subordinados. Contra a heresia albigense é fundada pelo Papa, em 1229, a universidade de Tolosa. De iniciativa papal é também a fundação de várias outras universidades.

Isso, todavia não impediu que as universidades criassem o seu espírito próprio, independente do da Igreja, e concorressem para subtrair a cultura ao controle clerical. A universidade de Paris lutou em certo momento contra a própria tutela do Papa (SARAIVA, 1950, p. 30).

Além da universidade de Paris, havia outra universidade que também teve uma grande repercussão no que refere à sua característica, ainda que tenha se formado de maneira completamente distinta da universidade parisiense: a universidade de Bolonha, que nasce de uma estrutura praticamente laica.

Ao sul dos Alpes a universidade típica é a de Bolonha que tem uma história muito diversa da de Paris. Criou-se em torno de um grupo de professores célebres de direito romano e canônico, numa região intensamente urbanizada e aburguesada. Era frequentada por escolares que de toda a Europa iam estudar o novo direito, arma dos reis contra o feudalismo. No princípio do século XIII o Papa restringiu-lhe a liberdade colocando-a em certa medida sob o controle do arcediágo da cidade (SARAIVA, 1950, p. 30).

Ambas — a de Paris e a de Bolonha — são consideradas como o mesmo modelo de instituição, porém, cada uma delas constituída e regida por um segmento que dava um tom completamente diferente ao local no qual estavam inseridas. A de Paris era de

Teologia além das outras faculdades; a Bolonha alcançou mérito pelo ensino do Direito Romano.

As principais universidades do século XIII, Paris e Bolonha, foram criadas por essas autoridades. Dois grandes exemplos da influência desses poderes na organização da universidade medieval são a *Authentica Habita*, de Frederico Barba Roxa, de 1158, e a bula de Gregório IX intitulada *Parens scientiarum universitas*, de 1231. Ambas foram promulgadas para proteger a vida e os interesses dos estudantes e mestres e para organizar a vida acadêmica (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Veremos cada vez mais as autoridades tomando a frente na criação e formulação das Universidades, autoridades que se aproveitam desta nova instituição, que dá base para reformulação de leis e da estrutura medieval.

Se os Estados favoreceram a esse ponto a multiplicação das universidades foi, evidentemente, porque isso correspondia para eles a uma necessidade real e porque esperavam que essas universidades lhes fornecessem os servidores que seu crescimento burocrático exigia.

[...]

[...] a preponderância que tomaram, na maioria das universidades, as faculdades de Direito; essa preponderância traduzia o triunfo do Direito Canônico sobre a Teologia, mas era também o sinal de um progresso dos estudos do Direito Civil; ora, antes de tudo, era de juristas que os Estados precisavam (VERGER, 1990, p. 122).

Para criar uma base legal, Portugal teve como fundamental o apoio régio e esse se expressou principalmente na criação da Universidade. “Interessados na divulgação do direito romano e na preparação de funcionalismo competente, os reis colaboram também por fim na fundação de universidades: é o caso dos soberanos da Península Ibérica” (VERGER, 1990, p. 122).

Essa iniciativa régia significa que o Papa teria muita dificuldade para intervir nas formulações das leis. Mesmo na França a luta contra o papado não foi diferente. Aliás, Portugal aprendeu a enfrentar o clero graças à intervenção da cultura e do território francês, como já vimos, com a figura de D. Afonso III. E, posteriormente, isso se reforçou com a formação carregada de elementos da conjuntura francesa por meio dos aios de D. Dinis. Os aios que não eram franceses, mas portugueses ou haviam estudado na universidade de Paris ou na de Bolonha, portanto, todos conheciam o Direito Romano.

Mesmo o papa tendo suas ressalvas quanto a autonomia que a universidade proporcionava às autoridades régias, ele ainda detinha sua soberania.

No século XIII, as universidades haviam nascido seja “espontaneamente”, seja por uma iniciativa pontifícia. A maioria das universidades dos séculos XIV e XV foi, em compensação, criação dos príncipes. Criação que, aliás, devia ser confirmada pelo Papa; o único Príncipe que podia, segundo o direito medieval, fundar por sua própria autoridade um *studium generale* era o Imperador. No conjunto, os papas responderam favoravelmente aos pedidos de fundações de novas universidades que lhes eram apresentados; examinavam-nos, aliás, com cuidado e muitas vezes, antes de se decidirem, mandavam fazer uma investigação, pediam garantias prévias ou inseriam algumas modificações nos projetos iniciais dos governos (VERGER, 1990, p. 116).

Assim, somente a decisão do Príncipe não bastava para tornar viável uma universidade. O ideal era que ela pudesse apoiar-se nas escolas já existentes e ativas. Em todo caso, era preciso que o contexto fosse favorável e que essa criação respondesse a necessidades reais; caso contrário, ela abortava. (VERGER, 1990, p. 117)

O século XIV foi marcado por algumas criações importantes que preencheram as lacunas mais visíveis do mapa das universidades européias (VERGER, 1990, p.117)

Um aspecto importante neste cenário é que a universidade de Portugal nasce quando a de Paris já estava enfrentando disputas de poder com a Igreja (OLIVEIRA, 2009). Isso provavelmente corrobora a postura dos prelados de não se sujeitarem, totalmente, às ordens do Papa.

Na península Ibérica, a única universidade notável era a de Salamanca, em Castela. A partir de 1290, o reino de Portugal criou sua própria universidade; a bula de fundação concedida por Nicolau IV à universidade de Lisboa reconhecia que, de facto, o Papa apenas erigia em *studium generale* “o *studium* que acaba de ser criado na cidade de Lisboa por nosso filho bem-amado, o rei de Portugal Diniz”. Como romperam violentos incidentes entre estudantes e burgueses, o rei decidiu, em 1308, transferir a universidade portuguesa para Coimbra, pequena cidade tranquila e ao mesmo tempo residência real (VERGER, 1990, p. 117).

Ainda sobre a criação da Universidade, Almeida considera as seguintes informações:

Por diploma do 1º de Março de 1290, D. Dinis criou de facto um estudo geral em Lisboa; de modo que o Papa Nicolau IV, quando em 9 de Agosto do mesmo ano deu a confirmação que lhe fôra pedida, já dirigiu a sua bula *á universidade dos mestres*

e estudantes de Lisboa. O Pontífice concedeu aos estudantes o fôro eclesiástico e recomendou que se lhe dessem várias outras garantias (ALMEIDA, 1922, p. 240).

O rei D. Dinis, a partir de um pedido feito por diversos clérigos dos mosteiros de todas as partes de Portugal, responde favoravelmente à criação de um Estudo Geral, pois ambas as autoridades concordam sobre a necessidade de uma instituição de maior influência no território. Além disso, é importante observar as palavras de Almeida quando afirma que a atividade cultural do país começa com a existência desses mosteiros e que é a partir da dificuldade desses mosteiros sanarem as necessidades de formação oferecida na época que a Universidade faz falta.

A cultura intelectual dos mosteiros, entre o clero secular e na própria côrte de D. Dinis, era bastante intensa para que surgisse o pensamento de criar uma universidade no reino, a fim de facilitar os estudos àqueles que quisessem segui-los. As viagens ao estrangeiro, para estudar noutras universidades, além de muito dispendiosas, eram cheias de perigos e trabalhos. Tudo isto representou o clero a El-Rei, pedindo-lhe que criasse um <<estudo geral>> no reino.

A ideia foi bem recebida de D. Dinis; por sua parte os eclesiásticos iniciadores do projeto assentaram entre si, com o consentimento de El-Rei, como padroeiro das igrejas e mosteiros, que o salário dos mestres e doutores se pagasse das rendas das mesmas casas, taxando logo a soma com que devia contribuir cada uma, reservada a sua cônica sustentação. Como na Europa se considerava o papado protector nato das universidades e fonte da suprema autoridade na organização e funcionamento delas, o clero dirigiu uma petição ao Pontífice, pedindo-lhe que confirmasse <<uma obra tão pia e louvável>> (ALMEIDA, 1922, p. 239).

Nesse sentido, a universidade de Portugal chega ao cenário medieval português com uma característica fundamental, a de criar cada vez mais condições para a centralização do poder real e não papal.

A universidade portuguesa abre suas portas justamente por estes anos de 1288- 1290 em que se esmaga, com a violência que as palavras do futuro Bonifácio VIII mostravam bem, o direito à discussão e o princípio da liberdade intelectual do ensino. Já não beneficia, portanto, do movimento criador e inovador de que as mais célebres universidades europeias tinham nascido. Todavia, apesar das duras palavras do cardeal Bento Gaetani, Paris, Bilonha e outras universidades dessa época mantêm ainda muito do seu prestígio e

permanecem como centros modelares que todas as outras tentam imitar. As autoridades papal, episcopal e régia estavam interessadas em cultivar esse prestígio, e mesmo em aperfeiçoar a formação intelectual dos clérigos, contanto que eles fossem instrumentos dóceis da hierarquia e da ordem estabelecida.

A fase em que o Estudo Geral de Lisboa se insere é, portanto, a da estabilidade da instituição universitária. A decisão de o criar, tomada pelos prelados portugueses calorosamente apoiados por D. Dinis, surge exactamente no fim do período inovador, como a última das universidades europeias que de alguma maneira nele se podem incluir, mas afectada já pela crise que tanto perturbou Paris (MATTOSO, 1997, p. 9)

Nas palavras do rei, favorecendo e se comprometendo com a fundação da nova instituição, é possível verificar o quão considerava benéfica essa formação para o reino como um todo.

Porem comsyrando eu, como ho Regno não tão somente He afermentado por avondanças de mantimentos e gemtes d armas, ainda cumpre auer em ele pessoas letradas e sabedores, cuidei em minha vomtade proueito comum de meus Regnos em fazer que aja em ele Estudo de todalas çiemçias, poemdo em esto tal diligemçia, que se faça melhor e mais homradamente, que ser pude. Porem tiue por bem de volo fazer a saber, por me dizerdes o que vos parece.

Quando ouuirom estas rezões e outras muitas, que sobe esto dixei, louuarom muito sua temção, e que não era pera leixar tão boa cousa, mas por se em obra o mais cedo que ser pudese. Espreueo loguo elRey sobre esto ao Papa Johão XXII, que emtam era, emvyando pedir a sua Santidade cousas que pera esto compriom. E o Padre Samto lho outorguuou todo. E mamdou ele emtam vir d outra terra a sua custa grandes mestres e doutores de toda çiemçia pera emsynar em seu Regno quantos quijessem aprender. E ordenou mui nobre Estudo na cidade de Coimbra e deulhe grandes priuilegios, e este foy ho primeiro Estudo que em Portugal ouue (*Código de Cadaval*, 1947, p. 147).

Em Portugal, até que se criasse a Universidade, não havia nenhuma outra iniciativa parecida. É com D. Dinis que ela tem espaço, mas não é todo seu o mérito de sua criação. Os *Estudos Gerais* fazem parte de um desejo de um grupo de intelectuais da Idade Média Portuguesa, que provavelmente via a grande diferença que havia em um território que se fortalece na base de uma instituição como tal.

É dessa intuição que os prelados das cidades de Portugal enviam uma carta ao Papa, pedindo que lhes conceda a permissão para criar um *Studium Generale* e que as rendas dos professores seriam retiradas das ordens já existentes e ajudadas pelas Igrejas a qual cada um pertencia, ou seja, não era pedida ajuda financeira, mas apenas a permissão de a criarem.

O cronista Alfredo Pimenta nos mostra em sua crônica, editada em 1948, as datas e nomes em original dos documentos que nos referimos. A citação que abaixo apresentamos explicita o desenrolar da criação da Universidade Portuguesa, e que não partiu do rei a sua iniciativa, mas de priores que nem sequer se apresentam de forma muito clara na carta que enviam ao Rei.

[...] a súplica Cum Regiam Celsitudinem tem sido reeditada um sem número de vezes- quer em latim, quer em português.

Adoptei a tradução portuguesa de fr. Francisco Brandão.

Dizem, os signatários do documento, que pediram ao Rei <<dignaretur construere & ordinare studium generale apud nobilissimam ciuitatem suam Olisiponem>>.

A iniciativa da fundação da Universidade portuguesa partiu das altas pessoas eclesiásticas que subscrevem o documento. Quem eram essas pessoas? Elas apresentam-se apenas sob designação das funções que desempenhavam.

Fr. Francisco Brandão escreveu: <<Bem desejei saber os nomes de todos os Priores, & Reytos daquellas Igrejas que tão honrado pensamento tiveram... mas forão elles tão pouco cobiçosos da fama, como das rendas de seus beneficios, & com a mesma vontade com que as offerecerão da fama que puderão ter, deixando seus nomes especificados naquella supplica>> (*Mon. Lusit.*, L. XVI, c. 57, fls. 13).

O cronista, porém, apresenta mais adiante os nomes de todos os mandantes da carta e os referencia. Após essa demonstração específica de todos os priores cita a carta enviada ao rei.

Ao Santissimo Padre & Senhor, pela diuina prouidencia Summo Pontifice da Sacrosanta Igreja de Rom: nós deuotos filhos vossos, o Abbade de Alcobaca, o Prior de Santa Cruz de Coimbra, o Prior de São Vicente de Lisboa, o Prior de Santa Maria de Guimarães secular, & o Prior de Santa Maria de Alcaçoua de Santarem, & os Reitores das Igrejas de S. Leonardo de Atouguia, de S. Julião, & de S. Nicoláo, & Santa Eyria & Santo Esteuão de Santarem, de S. Clemente de Loulé, de Santa Maria de Faro, de S. Miguel de Torres Vedras, de Santa Maria de Caya, de Lourinhã, de Villa viçosa, da Azambuja, de S... de Estremoz, de Beja, de Mafra, & do Mogradouro, beijamos deuotamente vossos pés bemaumentados. Como a Real alteza importa ser não só ornada co as armas, senão também armada co as leis, para que a Republica possa ser bem gouernada no tempo da guerra, & paz: por que o mundo se alumea pela sciencia, & a vida dos Santos mais cabalmente se informa para obedecer a Deos, & a seus Mestres, & Ministros, a Fé se fortalece, a Igreja se exalta, & defende contra a herética prauidade por meio dos varões Ecclesiasticos. Por todos estes peitos: Nós os acima nomeados, em companhia de pessoas religiosas, Prelados, & outros, assim clérigos como seculares dos Reynos de Portugal, & Algarue, auida plenária deliberação no caso, interuindo a inspiração diuina, & mouendonos a particular, & commua utilidade, consideramos ser moradores, ter hum estudo geral de sciencias, por

vermos que á falta delle, muitos desejosos de estudar, & ntrar no estado clerical, atalhados com a falta de despezas, & decomodos dos caminhos largos, & e ainda dos perigos da vida, não ouzão, & temem ir estudar a outras partes remotas, receando estas incomodidades, de que resulta apartarse de seu bom proposito, & fica no estado secular contra vontade. Por estas causas pois, & muitas outras uteis, & necessarias, que seria dilatado relatar por meudo, praticamos tudo, & muito mais ao Excellentissimo Dom Dinis nosso Rey, & senhor, rogando-lhe encarecidamente, e dignasse de fazer, & ordenar hum Géral estudo na sua nobilissima Cidade de Lisboa, para serviço de Deos, & honra do beatissimo martyr S. Vicente, na qual Cidade escolheo Nosso Senhor Iesu Chisto sepultura a seu corpo. Ouuida por este Rey, & admitida a nossa petição benignamente, com consentimento delle, que He o verdadeiro padroeiro dos Mosteiros, & Igrejas sobreditas, se assentou entre nós, que o salario dos Mestres, & Doutores se pagassem das rendas dos mesm Mosteiros, & Igrejas, taxando logo o que cada huma auia de contribuir, reseuando a cõgrua sustentação. Pelo que Padres Santissimo recorremos em final aos pés de Vossa santidade, pedindolhe humildemente queira confirmar com a costumada benignidade huma obra tão pia, & louvavel, intentada para serviço de Deos, honra da patri, & proueito geral, & particular de todos. Dada em Monte mor e nouo a dous dos Idus de Nouembro, da era de 1326 (PIMENTA, 1948, p. 193).

Na passagem da carta enviada a D. Dinis são citados padres do alto clero pertencentes a reinos de toda parte de Portugal. Era unânime a necessidade de um Estudo Geral em Portugal. Vemos nessa ação o clero movimentando-se em favor do rei e, principalmente, por prever que todos se beneficiariam dessa nova instituição. Não seria construída do zero, é bem dito que teria os pagamentos direcionados já da renda que recebiam, é evidente que tratariam de ensinar o que se estava por precisar, como o Direito Romano, Teologia e Medicina. Apesar de os Mosteiros e as Escolas Catedráticas já cuidarem de boa parte deste ensino, eram urgentes novos conhecimentos, novas práticas, leituras e a exemplo de outras universidades, Portugal poderia também se desenvolver no âmbito do conhecimento clássico da época.

Nesse ínterim, o rei D. Dinis já havia feito um documento em que pedia permissão ao Papa, datado de 1288. Segundo Pimenta (1948), também dava o aval e dispunha dar total apoio, além de argumentar sobremaneira da grande importância e benefício que a instituição traria para o Reino.

A data precisa da criação do Estudo Geral é todavia incerta. A aludida súplica é de 12 de Novembro de 1288; por Carta régia de 1 de Março de 1290 a funcionar; sendo que o Papa só vem a sancionar a fundação régia através da Bula De Statu Regni Portugaliae, de 9 de Agosto de 1290. Nesta Nicolau IV autoriza o Bispo de Lisboa a conferir os graus de licenciado em Artes, em Direito Canónico, em Direito Civil e em Medicina, ficando os licenciados com o direito de ensinar em qualquer

parte do mundo cristão (*ius ubique docendi*). Por seu turno, no que se refere ao ensino da Teologia, só nos finais do séc. XIV passa o Estudo Geral de Lisboa a incorporá-lo (SOARES, p. 170).

Vemos, a seguir, a bula que até hoje é considerada como o documento mais importante deste acontecimento.

Aho boom Princepe, que da mão de Deos aa muitos de reger sobre todo lhe conveem, que trabalhe e cumpre que elle, e hos seus súbditos sobre todas has virtudes abracem há virtude da justiça, e amem, e sigam hos fruytos della, porque hos merecimentos sam taaes ante Deos, e de tanta estima, que nom soamente daa por elles neste mundo alegre, e pacifica vida em quanto duramos, mais ainda no outro pera alma nom nega ha gloria eterna, e bemaventurança pera sempre, certamenteho Rey em hos Regnos, que por graça de Deos lhe Sam encomendados nom póde fazer melhores obras, nem officios de moor valor, que procurar que vivão nelles hos homens em fee, e justiça, e façam obras sanctas, justas, e onestas, e porque esto se nom póde assi bem conseguir, e aver no Regno varoens em toda doutrina, e ciencia divinas, e humanas beem enfinados, e concirando eu que meus Reinos pela Providencia, e boondade de Deos, nom soamente são asaaz providos de todolos mantimentos do maar, e teerra, mas abastados de onesta gente darmas, e de boom uso, e exercicio dellas assi beem dezejo de todo meu coração, que tambem aja avondança de homens letrados, e muy sabedores, e por esso propus em minha vontade por beem comum de meu Regno, e grande proveyto de meus vassalos, e naturaaes, fazer nelle hum Estudo geral, e muito honrado, onde totalas ciencias se leão, e q seja nesta Cidade de Coimbra, que hee o meyo do Regno, e abastada das couzas necessarias, e asaaz temperada dos ares para saúde dos homens, e poreem ante que ho pozesse em obra volo quis assi notificar para me dizerdes visso conçelho e parecer (RUY DE PINA, 1729, s/p.)

Na carta régia é mencionada a necessidade de educar bons homens para além do que já existem bem formados no reino. É necessária uma nova classe de homens, os letrados. Não que já não existissem, esses eram, é claro, os padres e monges que constituíam o corpo de letrados do reino. Mas era preciso homens de leis, homens que soubessem tudo quanto fosse possível para fazer do reino um reino completo. Além disso, escolhera a cidade em que deveria ser criada, sendo Coimbra o lugar mais propício para os estudos já que, segundo o rei, tinha melhor estrutura. Com isso, mostra também D. Dinis que conhece os meandros da educação, que deve se preocupar com o local mais apropriado, com que tenha homens saudáveis a se formar e que seja uma estrutura favorável.

O rei, ao escrever ao papa, sabe respeitar sua autoridade e demonstra em vários momentos sua condição de regente mor do reino. Mesmo assim, de maneira sutil,

apresenta-se como alguém que tem o domínio de todo o território e que sabe das conquistas que teve o reino português desde o governo de seu pai, Afonso III.

Em uma obra sobre o desenvolvimento econômico de Portugal, essa relação de descendência e controle sobre o território aparece de maneira muito clara. Corrêa ainda apresenta a responsabilidade que fora confiada ao rei D. Dinis por meio da educação que recebera.

A primorosa educação que foi dada a D. Dinis não podia deixar de ter as suas conseqüências benéficas, que se traduziram nos aperfeiçoamentos sucessivos introduzidos na administração pública e no empenho com que procurou desenvolver a instrução, criando a Universidade em Lisboa, que depois transferiu para Coimbra.

Na fundação da Universidade que primeiro foi designada por <<Escolas Gerais>>, a iniciativa de D. Dinis foi auxiliada pelo Mosteiro de Alcobaça com livros, mestres e dinheiro.

As catedrais e os mosteiros possuíam as únicas escolas que se encontravam em Portugal nos séculos XII e XIII. Destas escolas, que tanto serviam para o clero como para os leigos, as mais afamadas foram as dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra. Nelas se aprendia a gramática, a lógica, a teologia e a medicina.

Os portugueses, que queriam seguir cursos no estrangeiro, davam geralmente a preferência às Universidades de Salamanca, Paris, Montpellier e Bolonha, mas para isto tinham de sujeitar-se a viagens em que aos perigos se juntavam os grandes dispêndios. Para evitar estes inconvenientes e como uma necessidade imposta pela tendência para o desenvolvimento intelectual, que se afirmava não só entre o clero, mas na própria côrte de D. Dinis, representou o mesmo clero ao rei para que fôsse criado um <<estudo geral>> (CORRÊA, 1929, p. 38).

Não é de se surpreender, portanto, que a Universidade, dentre esses e tantos outros motivos já citados, fosse uma instituição de muito valor para o rei e ainda representasse uma obra de sua própria formação, ou seja, uma conseqüência daquilo que aprendeu a ser.

A partir dessas considerações seguimos apresentando as condições de criação da Universidade de Portugal e suas características.

Os *Estudos Gerais* tiveram seu estabelecimento muito instável. Foi fundado em Lisboa, passou um período nessa cidade e se mudou para Coimbra e vice-versa em vários momentos, e, finalmente, em 1377, se consolidou em Coimbra. Essa situação de mudanças constantes sofridas pela instituição foi, de fato, algo prejudicial para o desenvolvimento da Universidade portuguesa.

Há uma divergência entre os autores da História de Portugal que trataram da criação da Universidade como a que se estabelece hoje em Coimbra. Há estudiosos do

assunto que defendem que a Universidade que D. Dinis criou seja a que se localiza atualmente em Lisboa. De primeiro momento nos preocupamos com o fato de tratá-la como a de Coimbra ou de Lisboa, mas definimos que por não tratar do nosso objeto, não interferir no que pretendemos apresentar é relevante que apresentemos a discussão, mas, não entremos nela, até mesmo pela fragilidade do recorte a ser feito.

Assim, citamos Souza, que não tem o intuito de definir a origem ou presença da universidade, mas revela o assunto considerando que a Universidade seja vista sobremaneira como pertencente a Portugal e não de uma cidade ou de outra em especial.

Em 1289 e 1484, a Universidade conheceu duas fases; uma, desde a fundação até 1377, caracterizada por grande mobilidade geográfica; e outra, desde aí em diante (concluída em 1537), distinguida pela fixidez em Lisboa. Na primeira fase, contam-se quatro períodos, correspondentes outras tantas migrações, de Lisboa para Coimbra, e vice-versa. Assim: 1289-1308, Lisboa; 1308-1338, Coimbra; 1338-1354, Lisboa; e 1354-1377, Coimbra. Em 1377, segunda fase, a instituição regressa a Lisboa, onde permanecerá durante quase toda a dinastia de Avis, e por virtude de uma promessa feita aos moradores da capital em 3 de Outubro de 1384 por D. João I, que ainda era <<Mestre e defensor do reino.>> Não obstante aquelas deslocações, nunca houve ruptura de continuidade da instituição. Porque a Universidade, como todas as congêneres europeias, era uma corporação de pessoas e não um instituto adstrito necessariamente a uma localidade, sendo os privilégios concedidos pelos papas e pelos reis gozados em conformidade com aquele estatuto. Por esta razão, não se deve considerar a Universidade criada por D. Dinis e confirmada pelo papa como sendo de Lisboa ou de Coimbra, mas de Portugal inteiro. Como de Portugal inteiro eram as rendas que lhe proporcionavam a subsistência, se bem que o Sul contribuísse mais (OLIVEIRA MARQUES apud SOUZA, 1997, p. 448).

Em *A Universidade Medieval em Lisboa: séculos XIII- XVI*, vemos a seguinte descrição sobre essa polêmica:

A exemplo do que tem sido a orientação da historiografia no caso das universidades europeias mais antigas, uma vez que ainda não foi possível encontrar o documento original da fundação, adopta-se como marco o ano de 1288, que corresponde ao primeiro testemunho fiável da existência do estudo Geral. O diploma régio de 1 de Março de 1290, assinado por D. Dinis, confirma que a instituição havia sido criada em data anterior.

Durante três séculos, a Universidade esteve em Lisboa, apenas com dois breves períodos em Coimbra (1308- 1338 e 1354—1377). Não restavam quaisquer dúvidas de que Lisboa foi a cidade universitária no Portugal medievo e do primeiro Renascimento, até sua mudança para Coimbra, em 1537.

Oliveira Salazar deixa subentendido que a fase inicial do Estudo Geral de Lisboa (séculos XIII a XVI) foi frágil e que, como mais tarde explicará José Mattoso, é preciso esperar pelo princípio do século XVI para que as estruturas universitárias pareçam adquirir uma certa solidez. Mas, dito isto, não restam dúvidas de que a herança histórica da universidade medieval pertence tanto à Universidade de Lisboa como à Universidade de Coimbra. Uma e outra podem reclamar a sua origem nesse ano de 1288, ainda que só Coimbra se tenha mantido ininterruptamente em funcionamento desde o século XVI até o presente (NÓVOA, 2013, p. 10)

Os autores apresentam um levantamento das pesquisas realizadas até então relativas à Universidade de Portugal. Há que se verificar muitas ocorrências e detalhes sobre essa célebre instituição. Passemos agora para algumas das características de seu funcionamento interno.

Há um estudo realizado pela universidade de Lisboa – a obra foi produzida por um corpo acadêmico composto por sete autores da qual o intuito é celebrar as Comemorações dos cem anos da Universidade de Lisboa, tendo sido publicada em 2013 – que tem como título: *A Universidade Medieval de Lisboa (séculos XIII- XVI)*.

Nesta compilação de textos destes autores temos muitas referências sobre os mais variados aspectos da Universidade. Além de comentários e referências que fazemos à obra destacamos a quem se interesse em se aprofundar neste tema que há vários documentos importantes disponíveis no livro.

Neste estudo, em especial o de Marques, vimos que não ocorreu uma continuação do projeto de sociedade que D. Dinis planejou para Portugal com relação à Universidade ser polo de desenvolvimento para a nação, mas sim uma degradação dos objetivos que a instituição se propunha no início de seu funcionamento. Foram muitas suas dificuldades e poucos seus incentivadores.

Marques nos aponta nos documentos que legitimaram a existência de um ‘estudo geral’ a influência do Papa Nicolau IV e quais as faculdades que podiam ser realizadas as licenciatura e colação de grau, excluindo-se o ensino de teologia, pois esta faculdade cabia aos mosteiros.

Nicolau IV pela bula *De statu Regni Portugalie*, de 9 de Agosto seguinte, que aprova os salários dos professores e concede, com certas condições, o privilégio de foro eclesiástico aos membros do Estudo Geral, esclarece que, de início, havia apenas as faculdades de Artes, Direito Canônico e Civil e Medicina, cabendo ao bispo de Lisboa ou, na vacância da Sé, ao vigário

capitular a colação de grau de licenciado, bem como a concessão da licença de ensinar em qualquer parte, com *excepção de Teologia*, aos que o obtivessem depois de examinados e aprovados, na cidade de Lisboa, perante o referido prelado ou vigário capitular (MARQUES, 1997, p. 72).

Não sabemos muito acerca do funcionamento da universidade, nos seus mais variados aspectos, nesse período de sua formação, pois faltam documentos para relatar e comprovar a história do Estudo Geral português. Apesar disso, José Marques nos aponta algumas informações que a nós são valiosas, na medida em que nos auxiliam pensar o cenário de um meio educativo tão distante do nosso tempo e que, ao mesmo tempo, é o berço da instituição que nos forma.

Em relação ao corpo docente, os mencionados Estatutos determinavam que houvesse um professor de Leis, um doutor em Decretos, um mestre em Decretais e Gramática que os seus doutores e mestres, cujos números ficaram omissos, preparassem convenientemente os alunos para estudos mais elevados, de acordo com a explícita vontade régia de futuro desenvolvimento desta instituição (MARQUES, 1997, p. 74).

A ideia de formação que se propunha nesta Universidade era, portanto, de considerar bons professores e que se formasse um grupo de alunos para os estudos mais aprimorados que existiam no intuito de desenvolver cada vez mais a universidade e essa cultura de educação elevada apontando, inclusive, que era a vontade do rei.

Ainda que tenhamos encontrado em Marques mais referências quanto a situação da Universidade de Portugal, a ‘escassez’ de documentos na época da formação da Universidade dificulta o conhecimento desse período.

Com frequência, a escassez de fontes e as vicissitudes dos tempos criaram incómodos silenciosos sobre aspectos inerentes à realidade académica em estudo, com particular incidência nas fases mais remotas, como é evidente em relação aos primórdios da Universidade Portuguesa, fundada com carta de D. Dinis, de 1 de Março de 1290. Com efeito, para o período medieval, não obstante o rigor e a importância desta data inicial, sobre a vida deste Estudo Geral pairam ainda muitas incógnitas e dúvidas, a que não são estranhas as sequelas da sucessiva itinação alternante entre Lisboa-Coimbra-Lisboa, ao longo do século XIV, que a documentação reunida no *Chartularium Universitatis Portugalensis* ajudará a atenuar na síntese que nos propomos elaborar, mas sobretudo quando surgirem

monografias temáticas exaustivas, incomportáveis no plano desta obra, trabalho facilitado pela publicação de um conjunto de fontes indispensáveis, promovida pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, no âmbito das Comemorações do VII Centenário da Fundação da Universidade Portuguesa (MARQUES, 1997, p. 71).

Um aspecto interessante sobre as regras que se viam estabelecidas na Universidade diz respeito aos estatutos que regulamentavam as atividades dos professores na universidade.

Estes estatutos, na parte expositiva, recolhem e ampliam aspectos da dimensão religiosa patente na petição de 12 de Novembro de 1288, não sendo, por isso, de estranhar que, nesta carta dionisina de 1309, o ensino da Sagrada Escritura – a Sacra Página, que em sentido lato, poderemos traduzir por Teologia Bíblica- tenham sido expressamente confiado aos estudos professados nos conventos dos religiosos Dominicanos e Franciscanos, onde havia mestres especializados, que davam plena garantia de fidelidade doutrinal. Trata-se de uma inovação, que se um lado representa a possibilidade de os escolares, a par da especialização universitária, adquirem uma sólida formação religiosa, por outro lado, preparou também a introdução do ensino efectivo da Teologia na Universidade, a partir de 25 de Março de 1448, em pleno protectorado do Infante D. Henrique, que nesta data estabeleceu uma pensão perpétua de dez marcos de prata anuais para manter a cadeira de prima de Teologia na Universidade de Lisboa (MARQUES, 1997, p. 74).

Nesse sentido, vemos que o que não foi possível ser realizado na Universidade na época de D. Dinis foi estabelecido posteriormente. Apesar disso, o estudo passa por uma fase em que se fortalece, tendo nos mosteiros uma preparação para os mestres que mais tarde se viriam em cadeiras asseguradas pelo rei na Universidade.

Como não é possível haver estudo sem mestres, sobre os professores o autor aponta que

[...] alguns professores terão acompanhado o Estudo Geral nas suas alternadas transferências para Coimbra e regresso para à capital, a falta de um rol completo dos mestres de cada faculdade, no período inicial, em Lisboa, não permite saber se Mestre João das Leis, que aparece em Coimbra, em 27 de Novembro de 1309 e em 19 de janeiro de 1310 se pode contar entre os transferidos para Coimbra. Progressivamente, o número de alunos aumentou, os cursos foram-se estruturando e, em

relação a várias faculdades aumenta a frequência das menções a professores e lentes das horas de prima, de véspera, consideradas as mais importantes, mas também para a de terça ou terça, não se detectando, até 11 de Dezembro de 1499, a exigência de um *curriculum* académico, condicionante do acesso ao magistério universitário, aliás incompatível com as formas de provisão nas funções docentes, expressas na documentação disponível, a partir da primeira mudança para Coimbra, em 1308, João XXII, na sequência da súplica da Rainha D. Isabel, ter concedido autorização para Estevão Deder ou ouvir, durante dois anos Direito Civil no Estudo Geral de Coimbra. (MARQUES, 1997, p. 74).

O que ocorre é que esse incentivo e aumento de valorização pelo estudo se depara com dificuldades que a universidade teve de enfrentar, que a caracterizou como uma instituição que era cada vez menos importante, na medida em que perdia de vistas seu primeiro propósito. O fato das mudanças de Coimbra para Lisboa e vice-versa, já comentadas, foram, ao longo do tempo, se tornando prejudiciais à consolidação da Instituição.

As razões deste vaivém não foram sempre as mesmas: 1308, D. Dinis procurou encontrar-lhe um ambiente mais propício numa cidade tranquila de tradição escolar, rica e muito enraizada. Coimbra inaugurara uma escola-catedral, na confluência dos poderes eclesiástico e político, no final do século XI e enraizara profundamente essa tradição escolar, ilustrada na centúria seguinte pelo brilho e abundância das obras culturais na Sé e, sobretudo, no mosteiro regente de Santa Cruz. Lisboa, ao invés, desde o século XIII, vira predominar o afã comercial e mercantil dos seus moradores, para quem o Estudo não aparecia como obra de urgência, nem instrumento de prestígio que importasse acarinhar e proteger (MARTINS, 2013, p. 86)

Apesar da intenção do rei ser ligada ao benefício de seus estudantes e mestres, muitas vezes era preciso que a corte estivesse ocupada de outros afazeres. Como a abrangência comercial crescia abundantemente em Portugal, e mesmo com certa paz era preciso se preocupar com possíveis invasões, os estudos passam a ser menos relevante no quadro social.

Dentro desta tentativa de sistematização, podemos afirmar que, a partir da primeira transferência para Coimbra, em 1308, predominam os professores de Leis, de Direito Canónico, quer referidos com essa designação genérica, que especificando a especialização em Decretos ou Decretais ou só no Sexto das

Decretais, e de ambos os Direitos (*utriusque iuris*). Mais esparsas são as referências aos professores de Física, Artes e Medicina, Lógica, Filosofia, Filosofia e Teologia (MARQUES, 1997, p. 76).

A faculdade de Direito, mesmo com a escassez de alunos interessados, era a mais procurada. Dessa formação surgiam os homens que fariam leis e decretos, participariam das decisões do reino e das mudanças nos regimentos sociais. As outras, não é que não fossem procuradas nem fossem menos importantes, mas constituíam o quadro dos docentes e levavam mais tempo para serem concluídas. No caso da Teologia, era uma especificidade com que os clérigos tinham total autoridade e, por isso, não estava disponível entre as opções pela universidade.

A falta da Faculdade de Teologia terá ficado a dever-se, inicialmente, pelo menos em parte, ao receio de eventuais desvios doutrinários, agora agravados pelo dito Cavaleiro de Avinhão e depois pelo Grande Cisma do Ocidente. É por isso que, dentro desta mesma linha se deve interpretar a nomeação do dominicano Frei Vicente de Lisboa, mestre em Teologia, outrora inquisidor na Província da Espanha, para inquisidor português, tendo-lhe sucedido nessa função inquisitorial, que visava a defesa da fé, o novo provincial dos dominicanos na Província da Península, cujo nome ficou omissa na documentação (MARQUES, 1997, p. 77).

Assim, ficava então restrita aos mosteiros a faculdade e formação em Teologia.

Há autores que refletem sobre a falta de suporte da Universidade no final do reinado de D. Dinis. Esse descaso, na análise de Norte, ocorreu pela dificuldade que o rei possa ter de enfrentado com relação aos súditos que tinham muita influência comercial, além do descaso também do poder eclesiástico, somadas outras precariedades, como a falta de professores e o número pequeno de alunos a se interessar pela formação universitária.

O financiamento sempre exíguo, na falta de recursos próprios, para pagar os salários dos professores e obviar aos gastos de estudantes e oficiais, colocando a Universidade na dependência de precárias rendas agrícolas, desviadas de igrejas que as recebiam para seu sustento e que as calamidades do tempo e a inflação galopante tinham feito decair do seu valor inicial. Estes condicionamentos tornavam igualmente frágil e incerto o apoio do rei que, ciclicamente, se via na necessidade de impetrar do

papa novas fórmulas e rendas, atraindo as iras contidas de novos clérigos defraudados nos seus benefícios.

A falta de instalações próprias para a sede do Estudo (tornando incertos os lugares das aulas e assembleias ou despojando-o de meios como a biblioteca e outros equipamentos- <<claustra sine armaria est quase castra sine armentaria>>, claustros sem armários são quase castelos sem argamassa), foram factores máximos de desordens e de rejeição social nos lugares onde, sob o mau-olhado dos habitantes locais, se instalavam(MARTINS, 2013, p. 87)

Essa decadência de recursos é atribuída ao século XIV. O que vemos, apesar da documentação ser escassa na época de D. Dinis, é certo descaso por parte do reinado posterior, o de Afonso IV, seu filho. Sobre isso Marques diz que

A Universidade carecia de professores dedicados ao serviço docente, aos quais era necessário assegurar mais do que os estritos meios de subsistência, que alguns, superiores religiosos das ordens de Cister, de Santo Agostinho, Beneditinos e reitores de certas igrejas, na petição de 12 de Novembro de 1288, se tinham comprometido a assegurar, atendendo aos resultados esperados desta iniciativa cultural, aprovada por Nicolau IV, em 9 de Agosto de 1290. Nem sempre é fácil percorrer a distância que vai das promessas à prática, e, por isso, em 15 de Julho de 1328, o conservador da Universidade, Francisco Anes, viu-se obrigado a compelir os comendadores de Pombal e de Soure a pagarem, às terças do ano, as importâncias consignadas a cada um para os salários dos lentes. Nos anos imediatos, a situação econômica, continuou a agravar-se e, em 10 de 1345, D. Afonso IV viu-se obrigado a ceder três mil libras das rendas do seu padroado para assegurar os salários dos mestres, doutores e bacharéis, bem como outras despesas necessárias. Dez anos mais tarde, em 2 de Fevereiro de 1355, Inocêncio VI concedia três mil libras com o mesmo objetivo. Nos anos imediatos, a situação agravou-se, mercê da Peste Negra e respectivas sequelas, a ponto de Gregório XI, por bula de 2 de fevereiro de 1376, caso se comprovasse a veracidade dos motivos invocados na súplica, dispensar a colegiada de Santa Maria de Óbidos da entrega das setenta libras anuais da moeda corrente, com que devia contribuir para os salários dos professores do Estudo Geral, dado que as suas rendas, por diversos motivos graves, eram insuficientes para a cômgrua sustentação do prior e dos oito raçoeiros desta colegiada (MARQUES, 1997, p. 84).

A Universidade se torna um artigo de luxo para o investimento dela própria e a sustentação de seus membros, mas a questão era causada por um desvio de interesse no investimento. Ou seja, fica em segundo plano a formação daquela parcela que, aos olhos

do D. Dinis, ou seja, sua intenção seria: o povo que “munidos com o conhecimento” auxiliariam na manutenção e sustentação do desenvolvimento da nação portuguesa.

Com as guerras que retornam ao campo, ficaria ainda mais difícil manter uma mentalidade tão distante do medo e da violência que sucumbia a sociedade. O estudo se torna algo irrelevante e em matéria de investimento, impossível.

Se até aqui a situação era grave, nas décadas seguintes, as guerras fernandinas e as perturbações decorrentes da guerra da Independência não criaram condições mais favoráveis a uma rápida melhoria dos salários dos professores, chegando a Universidade a determinar, em 1 de Abril de 1450, que, atendendo à exiguidade do salário da cátedra de *Lógica*, cada estudante deveria pagar ao professor uma quantia anual de vinte reais. Embora com a designação de *colecta*, em 27 de Janeiro de 1417, já se pagava esta espécie de <<propina>>, como se verifica pela composição amigável, celebrada nesta data, entre o lente de *Gramática*, Gonçalo Domingues, e o procurador da Universidade, pondo, assim, termo ao diferendo com os escolares que se recusavam a pagar mencionada *colecta*. Não era esta a primeira vez que os estudantes eram obrigados a contribuir para o salário dos lentes de *Leis*. Os casos apresentados, além da frequente escassez de recursos sentida pela Universidade, apontam para a autonomia e situações específicas de cada uma das faculdades que a integravam, dado que as soluções apresentadas se dirigem, em períodos diferentes, a escolas diversas: *Lógica*, *Gramática* e *Leis* (MARQUES, 1997, p. 84).

Além do clima que em nada contribuía, a renda a ser paga pelos estudantes deve ter deixado os interessados com certas dificuldades de se manter nesta condição. Era uma situação nada fácil para os estudantes e não menos para os professores e mestres.

A impressão global com que se fica da leitura destes elementos dispersos, relativos aos salários dos professores da Universidade Portuguesa, ao longo dos últimos séculos da Idade Média, é a de que, embora os salários fossem baixos, a Universidade não dispunha de ingressos suficientes para proceder a sua actualização. Os professores eram mal pagos, embora este grupo social, em confronto com os outros, se possa considerar privilegiado, se não em termos de compensações materiais, pelo menos em função do prestígio social. E se alguma dúvida houvesse sobre este aspecto, o facto de Sisto IV, em 20 de Dezembro de 1474, ter concedido à Universidade o valor de uma conezia prebendada de cada diocese, a fim de corrigir os salários em causa, bem como o contencioso que se arrastou em

nome desta situação, pelo menos até 1491, trazem a primeiro plano e apontam para a conhecida situação de permanente carência de recursos materiais na Universidade.

O problema se estendia cada vez mais, pois criava uma reação que desencadeava outra péssima. Os eclesiásticos que compunham o fôro acadêmico também não contribuíram muito para a independência e desenvolvimento da universidade.

O privilegiado foro acadêmico (inicialmente eclesiástico), acentuado com a criação do cargo de conservador do Estudo, discriminando-o em privilégios (de que os escolares usavam e abusavam), subtraindo ao concelho fontes de rendimento e limitando a extensão das suas liberdades ou provocando inusitados rituais de agitação social, eram sentidos como atentados ao poder municipal e dos oficiais régios, que faziam sentir os do Estudo vítimas indefesas do <<ódio dos da cidade>>. Por outro lado, os contínuos diferendos e litígios, ao provocarem o sistemático recurso ao rei, contribuíram para reforçar o poder deste último, tanto sobre o Estudo como sobre a cidade e o concelho (MARTINS, 2013, p. 86)

A característica que o rei D. Dinis queria ter formado para permanecer e crescer como imagem da universidade não se sustentou ao longo dos séculos. Os motivos já apontados vão desde a falta de interesse dos reis até a dos eclesiásticos, causando conflitos com os povos que exerciam outros ofícios para a cidade, o reino e, ainda, formando uma noção de que a universidade não servia a propósito algum, a não ser sustentar privilégios.

O que ocorreu no final do século XIV foi justamente o contrário do que D. Dinis se empenhou para formar, uma unidade entre os setores do reino para um mesmo fim: expandir e fortalecer a nação. Em todos os aspectos, isso era importante para o rei. Vemos que a universidade foi criada com o propósito de selar um compromisso que fez com a nação de encher os homens de conhecimento que era necessário e julgava ser.

Finalmente, destacou-se em toda a centúria de Trezentos a incapacidade notória do Estudo em se fazer notar na atracção dos escolares e no orgulho da cidade, pelo prestígio das intervenções ou pela fama dos mestres que, exceptuada a circunstância de apoio à revolução que levou à mudança dinástica, não foi fonte de recrutamento notório de activos servidores do rei, da Igreja ou do concelho, não mostrou utilidade funcional, nem justificou a razão de ser um corpo tão

privilegiado e tão dispendioso; os escolares das suas faculdades não imitaram a cidade no cosmopolitismo dos mercadores dos seus portos.

É certo que, os finais do século, o Estudo já não era o mesmo daquele criado em 1288 e a sua autonomia institucional se encontrava muito limitada. Instrumento do triunfo dinástico, justamente recompensado, o Estudo Geral de Lisboa tornara-se, sobretudo depois de 1400, quando lhe foi dado protector ou governador, uma instituição pelo poder político em ascensão (MARTINS, 2013, p. 87)

Além de todos os problemas de ordem filosófica, influía diretamente no âmbito real a falta de um interesse em comum. Para a permanência da universidade tal como quando fora criada. Influenciava a sua decadência as guerras e o ambiente de tranquilidade que houve no final do século XIII. Por fim, a instituição fica reconhecida como um mero instrumento de manipulação do poder régio.

Assim, a Universidade de Lisboa, por duas vezes emigrada em Coimbra, por entre tensões e crises, guerras, fomes e expulsões, epidemias ou crise dinástica, continuava a caracterizar-se, nas últimas décadas do século XIV, por deficiências estruturais graves; era intelectualmente modesta e economicamente pobre; corpo frágil, persistia apenas por <<teimosia>> do rei que a tinha como instrumento privilegiado para a dinâmica do seu poder. O novo alento encontrado com a mudança de dinastia tornara-a uma das engrenagens que haviam de caracterizar o Estado moderno (MARTINS, 2013, p. 88)

Há uma discussão sobre o arcaísmo e atraso cultural de tal monumento. A Universidade passou por inúmeras dificuldades, as quais Mattoso apresenta claramente no seu texto *O Suporte Social da Universidade de Lisboa- Coimbra (1290- 1527)*. Acima de todas as dificuldades, Mattoso aponta para o mesmo sentido, que nem sempre os reis estiveram de acordo ou deram o suporte necessário à Universidade. Além do que houve um grande desleixo por parte dos religiosos para com a causa da Universidade, designando apenas a cargo do poder régio a função de manter e melhorar as condições da instituição.

Esses religiosos exigiam que seus pares fossem formados na Universidade e recebessem dela todos os privilégios. Por outro lado, não queriam se comprometer com a mesma. Ou seja, de modo geral, o esforço e o envolvimento político foram pouco favoráveis ao desenvolvimento da Universidade. O desinteresse quanto a proposta

inicial da fundação da instituição prejudicou em demasia seu crescimento. Tudo isso afetou, com certeza, de maneira negativa, o desenvolvimento da mesma.

Sabemos que o problema territorial — como bem demonstrou Janotti (1992) — da distância de Portugal dos territórios não foi favorável para a integração da Península Ibérica com a circulação comercial europeia. Isso deixava Portugal à margem das inovações deste período e do crescimento num modo geral. Apesar disso, cabe assinalar que o reinado de D. Dinis foi o período em que foram criadas as melhores condições e estabeleceram-se estruturas econômicas e políticas, além de educacionais e culturais para o desenvolvimento desse território como nação.

Apesar de todas as dificuldades e mudanças enfrentadas, a Universidade, em suma, atingiu duas funções fundamentais. Uma, constituir valor social com os cargos que se poderiam alcançar as pessoas que nela se formavam e, outra, o de ter sido nela formadas as pessoas que auxiliaram e compuseram os espaços políticos e administrativos da Corte.

Com isso, a sociedade obteve retornos muito positivos, pois ali se formavam pessoas letradas, oficiais de justiça, muitos clérigos, das quais o próprio povo, fundamentado no discurso propagado pela Igreja, acreditava que, assim, tendo mais pessoas providas de conhecimentos e com ensino superior, o uso da violência fosse substituído pela racionalidade e que os estudantes compunham uma classe formada em amplos aspectos, intelectual, social e moral.

O que ousamos afirmar com a figura da Universidade de Portugal e a de D. Dinis como um rei-poeta, além das outras qualidades a ele atribuídas, é que essa característica criou as bases para uma nacionalidade que até hoje caracteriza o povo português.

É visto nas pesquisas em Educação e em Filosofia que a educação é sobremaneira considerada condição para o desenvolvimento do homem. O rei representa para a História do Português uma figura de constituição de liberdade diante do poder religioso, além de ser característica cultural, (fora tantos aspectos, mas como escolhemos tratar) a poesia, tal como o fado, remete o Português à sua terra, como defendeu Mattoso, já citado, sobre a questão da constituição histórica da nacionalidade.

3. O REI POETA

3.1 A CULTURA COMO ELEMENTO FORMADOR

Neste capítulo da nossa dissertação trataremos, especificamente, das *Cantigas* escritas pelo próprio rei D. Dinis, das quais poderemos apreender um conjunto de análises sobre a situação de Portugal na sua época. Dentre os diversos aspectos, consideraremos, em especial, a cultura, os jograis e as ações políticas do rei. Nosso propósito é evidenciar que se trata de um projeto educacional proposto pelo governante no qual está explicitado também um projeto de identidade nacional. Com efeito, por meio das *Cantigas*, procuraremos refletir sobre as aproximações existentes entre a literatura, a educação e a política, com vistas a formar um ideal de nação.

Antes de falarmos da relação da literatura com nosso trabalho, consideramos importante refletir sobre o fato de concebermos a poesia como um aspecto de expressão cultural, portanto, nos ateremos a algumas considerações sobre este conceito.

Assim, ao escrevermos sobre a figura de um rei e inserimos a sua imagem como modelo, afirmando, como é parte do nosso objetivo, que o rei simboliza a educação que fez dele quem era e de Portugal o que fora em sua época, não estamos pretendendo simplificar as suas ações como razão de sua instrução pura e simplesmente. Mas o que queremos considerar são dois polos que norteiam os princípios de uma sociedade.

Dentre tantas análises que poderiam ser realizadas, essa é uma delas. Não significa que seja imutável ou indiscutível, mas aspira contribuir com a História da Educação no aspecto de um projeto de sociedade.

A educação do rei e, conseqüentemente, a influência da cultura francesa provençal nessa formação é um dos aspectos de nossa reflexão. Outro ponto a ser considerado são as experiências de sua condição de príncipe, neto de Afonso, o Sábio, e filho do conde português Afonso III, que se tornou rei pela influência política.

Todos esses elementos convivem em uma mesma forma humana, o rei, a pessoa do rei se constitui de fontes e influências que são, ao mesmo tempo, físicas, espaciais, espirituais e psicológicas a essa bagagem que carrega o rei e que todos os seres humanos carregam, geralmente, damos o nome de cultura.

Como definir o significado deste termo de maneira que não se torne banal, nem se amplie a ponto de não ser mais passível de estudo? Felizmente não é esse o nosso trabalho definir o conceito de cultura, mas cabe a nós, ao falarmos da cultura

portuguesa, influenciada e modificada pelo rei, examinar como é encarada esta palavra e de como a trataremos.

Essa atividade de expandir para caminhos diversos um mesmo tema, discutir conceitos, apresentar pontos de vistas diferentes, é recorrente pelo fato de o pensamento estar vinculado à ideia da História de Longa Duração, onde é impossível tentar esboçar um cenário que não existe mais, a não ser pelas memórias expressas em tudo que reflete a cultura de seu tempo e de seu povo.

É a partir dessa expressão de existência de um tempo diferente e igual ao nosso, com pessoas diferentes e iguais a nós, que a poesia vem à tona como elemento educativo para seu tempo. Mas, ao representar uma manifestação cultural, deve ser tratada na perspectiva de uma forma expressiva que retrata os costumes do povo que a compôs, seus sentimentos, angústias e ânsias, sem deixar de observar sua língua e linguagem, tal como a complexidade ou simplicidade dos seus vocábulos, a variedade e quantidade do vocabulário desenvolvido, os temas que os envolve e os cria e, por preencher seu cotidiano, preenchem a poesia de sentido. Enfim, é este o cenário que se desenvolvem as relações sociais. Afinal, é na forma de contar e cantar os seus fatos, causos, medos e esperanças que conhecemos as características de um determinado povo.

Dessa forma, apresentamos brevemente os significados mais amplos, mas também mais claros, do que seja *cultura* de acordo com alguns autores que estudaram este termo.

A palavra cultura vem da raiz semântica *colore*, que originou o termo em latim *cultura*, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (Williams, 2007, p 117). Até o século XVI, o termo era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e também para designar o estado de algo que fora cultivado, como uma parcela de terra cultivada. A partir do final do século passado ganha destaque um sentido mais figurado de cultura e, numa metáfora ao cuidado para o desenvolvimento agrícola, a palavra passa a designar também o esforço despendido para o desenvolvimento das faculdades humanas. Em consequência, as obras artísticas e as práticas que sustentam este desenvolvimento das faculdades humanas. Em consequência, as obras artísticas e as práticas que sustentam este desenvolvimento passam a representar a própria cultura. (CANEDO, 2009, p. 1)

Vemos que o conceito de cultura mencionado nos apresenta uma multiplicidade interpretações sobre o uso de um mesmo conceito. Ele já foi e é discutido como se deve tratar essa palavra que abre espaços tão vagos ou profundos para significar algo. A

antropologia se ocupa, fundamentalmente, em definir ou abranger cada vez mais as ideias que permeiam o conceito. As mudanças em seu significado acabaram por ter uma conotação, atualmente, erudita, como explica Canedo (2009), mas há ainda a forma de expressar o sentido econômico na qual estão representadas as obras práticas de arte e entretenimento, e também as práticas de atividades que se nomeiam como socioeducativas.

Há, portanto, perspectivas distintas e, às vezes, até opostas entre si, muitas vezes pelo fato de cada ciência humana ter suas próprias concepções dela. Aqui, procuraremos examinar da perspectiva que considera a cultura em um sentido amplo e abrangente. Temos, então, o seguinte conceito de cultura:

<<Cultura >>, como se sabe, é palavra polissêmica de mais. Todo o humano específico, não biologicamente herdado, cabe nela: ciências, crenças, artes, valores, leis, costumes, tradições, hábitos; expressões e suportes de tudo isso; e ainda processos, ambientes e instituições socializantes. Vasto mundo. Que Peter Worsley (1970, vol. I, p. 29) resumiu nesta frase rigorosa e chocante: <<Os canos de esgoto são tão *culturais* como as sinfonias.>> (SOUZA, 1997, p. 446, grifo do autor).

Nosso objetivo, portanto, neste capítulo do trabalho, é refletir sobre os aspectos que permeavam a formação do rei no sentido da cultura que o influenciou e fez parte da sua educação. Além de apresentarmos algumas das cantigas de amigo, de amor e de mal dizer, para mostrar que, cada uma com seu aspecto estrutural e de conteúdo chegava até as pessoas que o rei queria formar, fosse porque as lessem — apesar de que pouquíssimas pessoas eram alfabetizadas na Idade Média — ou as ouvissem. Daí o motivo por considerarmos importante o Jogral.

3.2 A CULTURA JOGRALESCA EM PORTUGAL – CONSIDERAÇÕES

A leitura das poesias medievais é datada historicamente; mesmo assim, ou justamente por isso, podemos utilizá-la como fonte. Mas, para que compreendamos suas particularidades se fez necessário o apoio de antologistas que nos serviram bem em suas erudições.

Um antologista é um profissional que se dedica a estudar o ramo literário de poesias. Dois dos mais renomados antologistas portugueses são: Feliciano Ramos e

Segismundo Spina, cada um nos foi útil com contribuições na medida em que nos ajudaram a compreender o cenário em que as cantigas se inseriram no período do medievo.

Anteriormente ao reinado dinisiano, a literatura no Ocidente Peninsular sofreu uma decadência e escassez devido às invasões normandas. Quando se retoma o domínio dos territórios, ela volta a circundar mesmo que timidamente.

Os saques e destruições dos Normandos, as guerras e depredações árabes, detiveram por algum tempo esta crescente expansão intelectual e artística na orla ocidental da Península, mas no século XII, o pequeno núcleo populacional de Entre-Douro-e-Minho alcança o domínio livre do seu destino e retoma o fio da velha tradição cultural portuguesa. Todavia, este começo, tão modesto e simples, será o ponto de partida de uma das mais antigas literaturas latinas, a literatura portuguesa, cuja história se vai sumariar (RAMOS, 1967, p. 23).

Segundo Feliciano Ramos, a cultura jogralesca não surge com o reinado Afonsino, nem mesmo com D. Dinis, mas se destaca neste período por renascer com tamanha força na qual o rei impulsionou seu aprimoramento, construção linguística e estrutural.

O surgimento de uma poesia peninsular está datado da Antiguidade, com os povos que antecederam aos portugueses. Essa literatura foi mantida a salvo de extinção por eclesiásticos que consideravam importante preservá-la, possibilitando guardar também uma identidade que, podemos dizer, marcou esta cultura desde a sua formação. E porque um clérigo, um homem de religião e, a princípio, desinteressado da cultura que pudesse até parecer ‘pagã’, foi um dos únicos capazes de salvaguardar o conhecimento literário?

O clérigo era então o homem sabedor por excelência. A criação da primeira universidade portuguesa, em 1290, foi inicialmente um pensamento de sacerdotes categorizados. O prelado Domingo Anes Jardo partiu aos 14 anos para a universidade de Paris, que frequentou durante dez anos (RAMOS, 1967, p.28).

Anteriormente à Universidade, vemos que eram os mosteiros que defendiam a educação porque tinham tempo e sustento necessário para tal, mas também por saberem o quanto era importante para a humanidade este conhecimento.

Por toda a terra Entre-Douro-e- Minho, os monges beneditinos de Cluny edificaram igrejas românicas, onde o santo patrono do templo era objeto de uma festa anual, a que os devotos da região acorriam em romaria. Na poesia dos <<Cancioneiros>> ficou um eco vivo dessas festas religiosas e até do comportamento dos romeiros que então as frequentavam (RAMOS, 1967, p.29).

A cultura ocidental se caracteriza pela intervenção das práticas do cristianismo — não há como separar, na Idade Média, a cultura religiosa da cultura popular. Ainda que houvesse movimentos de parte da Igreja para rejeitar o que considerava profano, o mesmo veículo que relata o cotidiano vulgar retrata também as práticas ligadas à fé. O recurso é a poesia, que transmite palavras que ensinam a boa moral cristã e, ao mesmo tempo, expressam os mais sinceros desejos do corpo e da alma, revelando a característica dos vícios humanos.

Insinuavam-se falsas indulgências, espalhavam-se relíquias apócrifas que eram objeto de culto, inventavam-se milagres. As biografias dos santos, sem qualquer espécie de rigor histórico, andam recheadas de lendas. Essas <<lendas hagiográficas>> eram compostas, em geral, por gente ilustrada, que muitas vezes se limitava a registrar o que publicamente constava. Afonso o Sábio, por exemplo, relatou nas suas cantigas vários milagres que leu e ouviu contar. Nunca se lembrou de que alguns podiam ser falsos. A nossa Crónica da Ordem dos Frades Menores, obra talvez da primeira metade do século XIV, atribui a Santo António milagres que o grande Santo certamente não fez (RAMOS, 1967, p. 29).

A literatura das cantigas servia, portanto, como uma forma de crônica dos fatos e dos pensamentos dos homens medievais. Inclinação em relatar o pensamento, a cantiga mostrava como e quanto o homem considerava-se em seu meio. Ao atribuir milagres aos homens e, por meio da poesia, divulgá-los, alguma intenção se tinha. Poderíamos pensar na formação do homem virtuoso, que tem fé num modelo ideal de comportamento, e se dedica às boas ações, que sempre se revertem ao próximo. Sem deixar de notar que assim também se promove a vaidade, pois a valorização que recebe a pessoa, autora dos milagres, a deixa incólume de maus julgamentos.

A educação seguia seu curso e mesmo os homens mais sábios eram influenciados pelas lendas, histórias e cantigas que cantassem algo que pertencesse ao lugar, ao povo a que se identificavam. A religião é só mais um dos aspectos que compõem essa cultura de identidade. Os monges, padres, mestres seculares, cada um a seu modo, educavam a população, os que iam para o mosteiro, por meio de leitura, os

que paravam para ouvi-los, pelo ensinamento oral e, sumariamente, pelo comportamento, ensinavam aquilo que acreditavam ser o ideal a ser vivido naquele momento e naquela sociedade, e a cantiga poderia ser mais um meio de educar os homens do medievo, já que a música se aprende ouvindo e se propaga cantando mesmo sem intenção de aprendê-la.

É a partir dessa rede de formação que os homens sempre estão empenhados em criar, mesmo quando só pretendem repassar o que sabem pelo prazer de fazê-lo, que a universidade trouxe conhecimentos mais fundamentais e processuais, como o conhecimento das leis, a leitura e produção de documentos, a própria teologia, a filosofia nos assuntos e decisões políticas, como por exemplo, discutir os preceitos religiosos (morais e imorais) que guiavam essas decisões.

Desde os princípios da primeira dinastia, os monarcas portugueses começaram a dar bom acolhimento aos valores espirituais, reclamando o concurso de estrangeiros eruditos, enviando estudantes para universidades francesas e protegendo o ensino e os homens de letras. A Corte, em alguns reinados, incitou a produção literária e apresentou-se, com os conventos, como uma força a serviço da arte. Ao lado da literatura religiosa, surge uma arte literária crescentemente atenta à vida profana. O mecenatismo real, que foi esporádico durante a primeira dinastia, tornou-se quase sistemático a partir do rei D. João I, o qual, como D. Dinis, foi estadista, homem de letras e defensor de uma política do espírito (RAMOS, 1967, p.30).

Essa política do espírito, podemos intuir, deveria ser extremamente necessária. Imagine-se um ambiente árido, repleto de competições e condições de pouco conforto em amplos aspectos. A vida sempre ameaçada de morte, pestes, inimigos e, ainda por cima, um futuro que a Deus pertencia após a morte, da qual a Igreja fazia questão de anunciar como algo que poderia não ser nada bom, na maioria dos casos. Uma política de espírito, na qual se busca educação, arte, poesia (na maioria com versos doces ou alegorias amorosas) e, além disso, musicadas, isso deveria revigorar, acalantar e alegrar a mente dos homens, inclusive do próprio rei, que carregava sobre si todas as decisões.

A poesia popular, aliada a música, existiu desde tempos imemoriais no Noroeste da Península. Estrabão, geógrafo do tempo de Augusto, informa-nos de que os povos da Galícia, durante os banquetes, dançavam e cantavam ao som de flautas. Os soldados do Noroeste peninsular, que formaram no exército de Aníbal, entoavam canções da terra natal, conforme testemunho de Sílio Itálico, no poema de *Bello Punico*. O próprio S. Martinho de Braga, no opúsculo *De Correctione*

Rusticorum, ao execrar as práticas e as crenças pagãs, alude a <<diabólicas incantaciones et carmina>>. Ainda hoje as populações desta região peninsular mantêm esse gosto, entoando cantigas religiosas e profanas, não só em dias de festa e romaria, mas mesmo até quando se entregam pesados trabalhos do campo. Algumas esculturas de templos românicos do Além-Douro Litoral atestam concretamente a predileção pelo cântico, pela música e pela dança nos séculos XII e XIII. De facto, alvenéis medievos esculpam jogralesas a dançar e jograis cantando ao som de violas de arco, em baixos-relevos das igrejas de Rio Mau, de S. Martinho de Crasto, de Vilar de Frades e na Sé de Braga, templos românicos de Entre-Douro-e-Minho (RAMOS, 1967, p.31).

Quem recebia a incumbência de cantar e dançar era chamada de soldadeira e andava por terras com os jograis ou a sozinha a cantar e dançar. Três tipos de cânticos basicamente fizeram por ganhar seu espaço no período que caminha entre o século XII e XIII na Idade Média em Portugal. São eles: o canto litúrgico, os profanos e os amorosos. Vejamos algumas características importantes para o tema em que se apresenta este capítulo. E para bem expor, citamos suas breves explicações.

Esta literatura popular manteve-se por largo tempo sob a forma oral. Não é possível reconstituir essa poesia oral ou fazer dela uma ideia exacta. Há, porém, motivos para crer que, nessa lírica primitiva, tinham relevo certos cânticos em que as raparigas manifestavam saudades do noivo ausente, ou davam expressão a alegrias e queixumes de amor (RAMOS, 1967, p.32).

Nesta citação podemos memorar a situação dos contos medievais, que eram contados oralmente e, assim, poderiam ser conhecidas várias versões sobre uma mesma história. Mesmo que nunca cheguemos a conhecer exactamente como eram as primeiras cantigas e quem as escreveu, o autor chama a atenção para o fato de termos versões bastante aproximadas de como seriam.

O que acontece é que por se tratar de cantos populares e a maior parte da população medieval ser analfabeta, a forma mais evidente e possível de transmitir um determinado costume é via oral.

Ramos aponta que há a possibilidade de que essas cantigas tivessem uma origem indígena e, ao passo que foram sendo recebidas em cortes e castelos, a mistura entre o popular e o provençal era realizada pelos próprios trovadores.

Foram os trovadores do Noroeste peninsular que, a partir do século XII, deram projecção literária à poesia indígena primitiva. As bailadeiras e cantoras, que, algumas vezes, acompanhavam

os jograis, ajudaram a dar grande publicidade a essas cantigas populares. Estas, arquivadas nos <<cancioneiros trovadorescos>>, são as *cantigas* de amigo, especialmente designadas por *paralelísticas*, sobrevivência de uma poesia popular antiquíssima, bem conhecida das gentes que habitavam o Condado Portucalense. São as paralelísticas genuinamente nacionais, e <<têm resistido a todas as tentativas de as inculcar como de imitação estrangeira>> (RAMOS, 1967, p 33).

Apesar de haver inúmeras possibilidades de influências dessas cantigas, pois se tratava de uma cultura ‘andante’, têm-se percebido que a literatura as determinou bem com relação às suas especificidades e características. É o que veremos a seguir.

Partindo do pressuposto de que as cantigas são poemas cantados, como o nome sugere, temos pelo menos quatro subdivisões do ramo de cantiga; são elas: as cantigas de amigo, as de amor, as cantigas de escárnio e de mal dizer.

Iremos apresentar as cantigas que o rei escreveu e foram conservadas a partir dos Cancioneiros que foram escritos na era Medieval. São vários os documentos e se estendem a versões que foram analisadas por muitos antologistas. Como não é nosso foco, não iremos discutir suas origens. O que determinamos como fator imprescindível de ser mencionado é que as cantigas analisadas aqui foram encontradas e reeditadas por meio do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, que abarca vários poemas da época medieval.

Há a possibilidade que o Cancioneiro tenha sido escrito por um dos filhos bastardos de D. Dinis. O rei, apesar de ter tido muitos filhos fora do casamento, reconheceu e ajudou-os a terem um cargo que os ajudasse a sustentar-se. Parecia, de fato, que o rei se apaixonava ou ao menos se afeiçoava às mulheres com que se relacionava fora de seu casamento. Talvez tenha sido esse um dos motivos inspiradores de sua poesia de amor. E daí a característica marcante da coita sofrida pelo trovador pela sua senhor.

A Arte de trovar anônima e fragmentária, que se encontra aposta ao atual *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* de Lisboa, antigo *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, é o único documento dessa natureza de que dispõe a lírica galego-portuguesa dos séculos XIII e XIV. Segundo o seu último editor, não é improvável que tenha sido redigido pelo Conde Barcelos, filho de D. Dinis, ou por um dos dois trovadores que devem ter colaborado com ele na organização do cancioneiro: João de Gaia e Estêvão da Guarda (TAVANI, 1999, p. 30- apud VIEIRA, 2005, p. 4).

Lênia Márcia Mongelli faz a seguinte reflexão sobre o rei

A vida amorosa esteve sempre em ebulição ... rei incansável fabricante de bastardos (gerou nove, dos quais os prediletos foram Afonso Sanches e D. Pedro, Conde de Barcelos) e namorador incorrigível (dizem que D. Aldonça Rodrigues Telha e D. Grácia Froes, mães dos dois famosos bastardos, eram suas concubinas favoritas) (MONGELLI, 1995, p.10).

D. Dinis foi acusado de faltar realismo em suas poesias, e por consequência a falta de uma notação histórica. Porém, ao ver de Mongelli, suas poesias expressavam um distanciamento da tradição e amarras da ‘produção’ literária medieval da época que eram próprias de um novo modo de o homem olhar a si mesmo. Não diz-se novo no sentido de uma inovação, mais correto é considerar uma retomada de uma valorização dos sentimentos do homem...

Para gáudio nosso, já foi corrigida a imperdoável distorção: fala-se em “realismo psicológico” como timbre singularizante da produção literária dionisiaca. Acertaram na mosca, pois seus poemas revelam o esforço de surpreender, na prática, em homens e mulheres, aquelas reações que desde Platão vinham sendo catalogadas como próprias dos que muito amam, de certa maneira ridicularizadas por Ovídio e às quais André Capelão, no século XII, de status palaciano (MONGELLI, 1995, p. 12)

O que vemos na realidade é uma postura de distinção que o rei D. Dinis aposta para que nessas poesias estejam presentes os sentimentos dos homens e mulheres retratados nas histórias de amor, de amores impossíveis e de denúncias, que é o caso das poesias de mal dizer.

Apesar destas críticas quanto a ‘falta de realismo do rei’ Mongelli aponta que foi vista outra intencionalidade que não àquela cujo rei fora recriminado, mas sim, que era possível neste período que se tratassem dos aspectos mais profundos das relações entre os homens, àqueles que aparentemente os punha em situações ridículas e de duvidosa virilidade.

Ele será um dos poucos a revelar, até então, verdadeira consciência linguística, no sentido da relação intrínseca forma/ conteúdo, geradora de um discurso que busca ser “natural” sob o espartilho das preceptivas medievais. “Sinceridade” é a primeira palavra que ocorre para designar esse esforço; e havemos de convir que “ser sincero” no universo do amor cortês é coisa de poeta “eleito”. 13

Relembrando o que nos diz Mongelli sobre suas experiências extraconjugais e os amores variados vividos pelo rei, apontamos a seguinte reflexão da autora:

Terá sido porque D. Dinis, à maneira de Camões, amou demais e soube criar poesia a partir de “um saber só de experiência feito”? Pode

ser; isso ajudaria a explicar a arguta percepção de delicadas reações do espírito, como o orgulho ferido do macho, tão mais rebelde porquanto incapaz de desamar quem não o quer, ou o desalento da moça, desprezada e solitária, desabafando: “ca mais mi valrria de non seer nada” (cantiga de amigo nº 36). Em meio as variadíssimas situações tecidas para surpreender o ou a amante desavisada, a tônica incide sempre sobre os efeitos antes que sobre as causas- numa espécie de antecipação das análises impiedosamente certeiras de Camilo Castelo Branco (MONGELLI, 1995, p. 13)

Algumas curiosidades não são apenas curiosidades se observadas no âmbito da totalidade da essência humana como, por exemplo: a traição ao casamento era algo muito comum, por uma série de motivos. Um deles, o poder que o rei representava, que o possibilitava não apenas conquistar outras mulheres, como decidir tê-las como suas parceiras extra conjugais, além das condições que o próprio casamento fornecia de intimidade, sempre ligado a religião e ao comportamento pudico em excesso, as mulheres se privavam de prazeres o que provavelmente interferia na relação amorosa do casal.

Portanto, autores como Vieira (2005) e Mongelli (1995) apostaram na ideia de que o rei não tenha simplesmente criado suas poesias a um mero capricho de seu gosto, e porque não dizer que além da intenção de difundir a língua portuguesa, o rei ao viver suas paixões, ele próprio pode ter se inspirado para escrever as poesias de amigo, de amor?

Não abordamos este assunto como parte de sua biografia por não considerarmos algo relevante sobre sua personalidade, mas ao abordarmos a questão cultural, como um aspecto que condensa e suporta todas as características e crenças, não podemos deixar de ao menos mencionar que este aspecto, da boemia, da romantização, que é próprio da humanidade e que alimenta suas ações tal como sua racionalidade.

Fica a cargo do leitor um estudo mais profundo, pois não sendo nosso principal objeto não podemos nos aprofundar, mas olhar para este aspecto nos faz perceber que este rei, por mais vangloriado e glorificado por seu povo que contou sua história, teve sim seus percalços, suas desobediências com relação ao seu tempo, por assim dizer, mas que mesmo isso, ou justamente isso, o fez ser quem fora, e se reflete em uma parte de sua formação, a formação literária, que com certeza, carrega uma afetividade, muito de desejos, e de sentimentos não desvendados pelo homem, porém sentidos. E isso, seria resumir e exemplificar em nosso trabalho, o sentido de cultura.

3.2.1 Poesias de Amigo

As poesias de amigo eram aqueles cantos em que o autor referenciou como de ‘queixumes de amor’. As mais famosas, caracterizadas não só pela grande semelhança com as paralelísticas, como também por seu tema: geralmente, retratar o cotidiano da mulher camponesa que chorava pela falta do homem amado. Ao mesmo tempo, apareciam também neste cantar de amigo, o clima constante de guerra, o ambiente bucólico, a referência à natureza, e o cenário religioso, representado pelas romarias, as igrejas, e isso definia, por excelência, o caráter próprio daquele território, não apenas pelo conteúdo, mas pela estrutura que era criada a poesia, comumente considerada paralelística.

As cantigas de amigo, onde fala a mulher, saem da pena dos homens e estão ligadas à vida militar e religiosa dos séculos XII e XIII. A cruzada da Reconquista e o eco das romarias deixaram vestígios nas paralelísticas. As contingências militares do momento compeliavam os homens novos a afastar-se dos seus, da sua terra, para irem combater os Mouros. Seguiam no <<fossado de el-rei>>, formavam na <<hoste>>, que se organizava para aniquilar o domínio árabe. A ausência era, por vezes, prolongada e a namorada sentia-se inquieta e triste. Na cantiga de amigo de D. Dinis, <<Ai flores, do verde pinho>>, ela pergunta pelo namorado às flores, e obtém a resposta de que ele está são e salvo, e não demorará. (RAMOS, 1967, p 33).

Essa é a poesia mais conhecida do Rei D. Dinis, foi uma das cantigas que se conheceu, inclusive, a partitura²¹. As estrofes são divididas como se fossem diálogos, pois a moça pergunta a uma flor, o pinho, (que pode ser referência aos pinheiros plantados pelo rei) se a árvore sabe se o amado está vivo e se vai voltar a vê-lo e o pinheiro responde.

Ai flores do verde pino
 -Ai flores, ai flores do verde pio,
 se sabedes novas do meu amigo?
 ai, Deus e u é?

²¹ . Existe em sites específicos e à disposição no site de músicas comumente conhecido como Youtube e também no site sobre Cantigas Galego Portuguesas.

Ai, flores, do verde ramo,
se sabedes novas do meu amado?
ai, Deus, e u é?

Se sabedes nova do meu amigo,
aquele que mentiu do que pôs comigo?
ai, Deus, e u é?

Se sabedes novas do meu amado
aquele que mentiu do que mi á jurado?
Ai, Deus, e u é?

_Vós me perguntades polo voss' amigo?
E eu bem vos digo que é sã' e vivo:
ai, Deus e u é ?

Vós me perguntades polo voss' amado?
E eu bem vos digo que é viv' e são:
ai, Deus e u é?

E eu bem vos digo que é sã' e vivo
e será vosc' ant' o prazo saído:
ai, Deus, e u é?

E eu bem vos digo que é viv' e são
e será vosc' ant' prazo passado:
ai, Deus, e u é?

(D. Dinis. Ai flores, ai, flores do verde pio. *Do Cancioneiro de D. Dinis*. São Paulo: 1995, p. 97).

Ao lermos a poesia algumas frases são incomuns para nossa compreensão, pois se trata de uma língua que já foi modificada, mesmo tendo palavras e termos próximos da nossa língua. Um exemplo disso é o verso <<ai Deus, e u é?>> essa letra 'u' significa 'onde'- o que traduzindo a frase ficaria <<ai Deus, onde ele está?>>. Outra frase que se não está tão transparente o sentido da mensagem é o penúltimo verso da

poesia <<e será vosc' ant' prazo passado>> que foi traduzido pelos antologistas << e estará convosco antes de acabar o prazo? >>.

O poema repete em todas as estrofes que a amada pede pela volta do namorado que, provavelmente, foi à guerra e não voltou. A repetição é característica deste tipo de poema e aparece com o intuito de exprimir a angústia que a mulher sente ao não saber o paradeiro de seu namorado. A sensação de que o acontecimento é algo vago e sem sentido é para representar a loucura que a mulher chega ao perguntar para a flor sobre o destino daquele que prometera voltar e nunca chega. E a flor a responde com os mesmos termos que a mulher a perguntou, <<se perguntas pelo seu amigo, se perguntas pelo seu amado>> a rima vem ao encontro para afirmar que está são e salvo que está vivo, que virá antes do prazo dito, antes do prazo ter passado.

Na análise feita por antologistas das *Cantigas Medievais Galego Portuguesas*, vemos que:

[...] a cantiga pode dividir-se em dois momentos exatamente simétricos: a fala da donzela e a resposta das "flores do verde pino"- o diálogo da donzela com estas (inusitadas) "flores" é exemplo único (na Lírica Galego-Portuguesa) de personificação da Natureza (apenas na "[Pastorela do Papagaio](#)" (também de D. Dinis, encontramos um caso semelhante, mas aí de uma ave a falar).- o cenário (idílico mas isolado) onde a donzela se encontra decorre implicitamente deste diálogo (como implícito é o motivo da sua presença ali: decerto à espera do amigo)- a técnica do paralelismo implica aqui, não uma repetição e amplificação do que é dito nas estrofes iniciais (como acontece frequentemente neste género de cantigas), mas uma verdadeira intensificação narrativa: o tempo passa, o seu amigo não vem, a donzela inquieta-se. Na sua fala inicial, por exemplo, ela passa rapidamente do simples pedido de notícias à hipótese de ele a ter enganado (o mentiroso!).- na sua resposta, as flores sossegam-na. Note-se, no entanto, que esta resposta, no seu segmento inicial (o seu amigo está vivo e de saúde) não incide nas perguntas explícitas da donzela, mas antes na pergunta que ela não ousa formular: teria o seu amigo morrido?- finalmente, no segmento final da resposta (ele virá antes de passar a hora combinada), percebemos que essa hora ainda não passou, ou seja, que a donzela chegou muito antes e que toda a sua inquietação não passa disso mesmo: inquietação de uma jovem apaixonada, sozinha num pinhal e insegura (e note-se como o refrão, inalterado, para isso contribui).(Cantigas Medievais Galego Portuguesas²²).

²² Site de cantigas comentadas: Cantigas Medievais Galego Portuguesas – disponível em << <http://www.cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=592&pv=sim>>> Acesso em Ago. 2015.

A ideia de apresentar a lúdica conversa entre uma mulher e um pinheiro pode estar associada ao interesse em cultivar o apreço pelo espaço em que se vive e valorizar as ações do rei ao bem comum daquele povo. Quando consideramos que o pinho pode ser referência aos pinhais plantados para serem usados futuramente em construções de barcos para navegações, estamos vendo a possibilidade, mais uma vez, de se perceber uma intencionalidade em criar um apreço pelo próprio território, quase que uma ligação entre homem e natureza que faria deste homem português, mais tardiamente, um verdadeiro herói desbravador. E encontramos essa confirmação em Ramos.

O caráter nacional e popular de semelhante poesia denota-se ainda alusões ao campo e aos costumes campesinos. Encontram-se referências às árvores, às flores, às aves, às fontes e aos cervos, bem vulgares na fauna portuguesa de então (RAMOS, 1967, p 34).

Apresentamos em seguida mais outras duas cantigas de amigo, vejamos suas semelhanças, com relação ao que já foi dito sobre este gênero:

Poesia nº 1 página 79 : ~Ua pastor se queixava

Ua pastor se queixava
muit' estando noutro dia,
e sigo medês falava
e chorava e dizia
com amor que a forçava :
“par Deus, vi-t'em grave dia,
ai amor!”

Ela s' estava queixando ,
come molher com gram coita
e que a pesar, des quando
nacera, non fôra doita,
por en dezia chorando!
“Tu non és se non mia coita,
ai amor!”

Coitas lhi davam amores,
que non lh' eran se non morte,
e deitou-s' antr' ~uas flores
e disse con coita forte:
“Mal ti venha per u fores,
Ca non és se non mia morte,
ai amor!”

Na poesia de amigo, diferentemente da poesia de amor, encontramos a mulher que se queixa do amor não correspondido, o amor que não é possível.

Nesta poesia da coita da mulher que sofre de amor, é contado por um homem, o trovador o sofrimento desta mulher, que apesar de não ser ensinada, poderíamos supor que não era alfabetizada, não poderia se queixar trovando, mas dizer e chorar podia, e dizia que a ela, de tão grande dor sofrida, entre as flores deitada dizia, que só lhe restava a morte.

Poesia de Amigo nº24 , página103 : Dizede, por Deus, amigo:

_ Dizede, por Deus, amigo:
tamanho, bem me queredes,
como vós a mi dizedes?

_Si, senhor, e mais vos digo:
non cuido que oj' ome quer
tam gram ben no mund' a molher.

_ Non creio que tamanho bem
mi vós podessedes querer
camanh'a mi ides dizer.

_Si, senhor, e mais direi en:
non cuido que oj' ome quer
tam gram ben no mund' a molher.

_ Amigu', eu non vos creerei,
fé que dev' a Nostro Senhor,
que m' avedes tam grand' amor.

_Si, senhor, e mais vos direi:
non cuido que oj' ome quer
tam gram ben no mund' a molher.

Nesta poesia o amor da mulher que sofre é respondido pelo homem, essa poesia aparece em formato de diálogo entre os dois. Porém, o grande conflito é que ela não acredita com a mesma fé em Deus, que o homem a queira bem, a ame verdadeiramente... e assim segue um lamentar repetitivo, que os faz sofrer um amor desconfiado e penoso, ao qual a mulher comenta: *_Amigu', eu non vos creerei, fé que dev' a Nostro Senhor, que m' avedes tam grand' amor.* E o homem por sua vez a responde insistentemente, afirmando que não só a ama, como é não a outro homem a lhe querer mior bem: *_Si, senhor, e mais vos direi: non cuido que oj' ome quer tam gram ben no mund' a molher.*

De autoria do rei D. Dinis não encontramos nenhuma poesia que se referisse ao mar ou às aventuras marítimas, mas há referências que outros a tenham feito. Talvez por se tratar de um assunto que o rei incentivara, criara condições para fomentar, mas não quisera arriscar-se em expectativas. Ou possa outro e qualquer motivo que não sabemos bem qual. O certo é que o tema da presença do mar era recorrente e até hoje se conhece canções na qual os portugueses buscam valorizar o mar que os entorna. Fernando Pessoa fez uma poesia sobre o Tejo dentre outras com as quais homenageou a nação portuguesa.

A vizinhança do mar contribui também para a presença de elementos marítimos nestas composições, em algumas, nas chamadas *barcarolas*, fala-se de embarcações, do mar e de regiões costeiras. Algumas de Martin Codax trazem referências ao <<mar de Vigo>> e à <<igreja de Vigo>>. Outras de João Zorro, aludem a Lisboa, a <<el-rei de Portugal>> e à Estremadura. Também o almirante de Afonso o Sábio, Gomes Charinho, deixou ficar em várias líricas as preocupações de marinheiro. Estas alusões à orla marítima não deixam de individualizar as *cantigas de amigo* e de lhe dar feição declaradamente galaico- portuguesa (RAMOS, 1967, p 34).

O que vemos com mais frequência são as cantigas de amigo que retratam no ambiente campesino, a saudade e loucura de amor que sofre a amada pelo homem que não vem, ou o homem que sofre o desdém da pessoa querida, desejada e impossível. É da poesia de amor, dessa poesia que se tira a cantiga do amor platônico, impossível porque separados pela condição social que não pode se confundir. A amada, na maioria das vezes, nem mesmo imagina que o homem a deseja. Mas este, no seu cantar, se coloca como seu escravo e deseja viver das migalhas se isso for viver com ela.

3.2.2 As cantigas de Amor

Uma diferença essencial há na poesia de amigo para a de amor para que se identifique na leitura delas, vejamos o que o *Cancioneiro* apresenta:

<<E, porque alguas cantigas hy en que falam eles e elas outros, por en he bem de entenderdes se som d'amor, d'amigo: porque sabede que, se eles falam na prima cobra e elas na outra [he cantiga d'] amor, porque se move a rrazom d'ele, como vos ante dissemos; se elas falam na primeira cobra, he outros d'amigo; e se ambos falam em huma cobra, outros he segundo qual d'eles fala na cobra primeiro>>.

A mia senhor, que eu por mal de mi. Dom Dinis. Cancioneiro da Biblioteca Nacional
523, Cancioneiro da Vaticana 106 (1995, p. 40,)

A mia senhor que eu por mal de mi,
vi, e por mal daquestes olhos meus,
e por que muitas vezes maldezi
mi e o mund'e muitas vezes Deus,
des que a nom vi nom er vi pesar
d'al, ca nunca me d'al pudi nembrar.

A que mi faz querer mal mi medês
e quantos amigos soía_haver,
e desasperar de Deus, que mi pês,
pero mi tod'este mal faz sofrer,
des que a nom vi nom er vi pesar
d'al, ca nunca me d'al pudi nembrar.

A por que mi quer este coração
sair de seu lugar, e por que já
moir'e perdi o sem e a razom,
pero m'este mal fez e mais fará,
des que a nom vi nom er vi pesar
d'al, ca nunca me d'al pudi nembrar.

A voz do trovador, no caso desta poesia, portanto, é a de um homem. <<Mia senhor>> é, na verdade, minha senhora. Ele queixa-se do mal do amor que sofre pela mulher amada, que muitas vezes maldisse a Deus em nome desse sofrimento e da impossibilidade deste amor. É tão grande essa dor sofrida que chega a se esquecer de qualquer outra coisa que tenha vivido. E que a mulher é dona da razão e dos sentimentos dele.

É também muito comum aspectos da vida religiosa na qual se mostram as práticas do homem medieval, o camponês que se diverte nas romarias, a mulher que usa deste evento para se encontrar com o namorado.

As cantigas de amigo fixam ainda aspectos da vida religiosa da jovem namorada, que frequenta também as romarias em honra de certos santos. Ali reza pelo amigo distante, procura divertir-se bailando e cantando, ou então vai encontrar-se com o noivo que a espera junto ao templo, uma dessas capelas românicas que enxameavam pelo Alémdouro Litoral. (RAMOS, 1967, p 34).

Segundo Segismundo Spina (1985, p. 5), a literatura não se aprende por meio das leituras dos livros de história de literatura. Esse aprendizado tem de ser construído individualmente por meio da análise e da leitura das obras, como poesias, prosas, etc. que compõem o patrimônio artístico e espiritual de um povo. E, de fato, esse processo de aprendizagem acontece na medida em que se sensibiliza e se aproxima do mundo da literatura.

A leitura da poesia tem um quê de ouvir um ritmo conforme se lê. Não é que exista um mistério grandioso que tenhamos descoberto para aprendermos a ler uma poesia, mas é necessário que se imagine a sua declamação. Assim se chega mais próximo do que o autor pode ter pensado em expressar, a poesia, resumidamente, não pode ser lida como um texto científico ou uma prosa, ainda que possa ser uma de nossas fontes primárias, representa um gênero literário que merece o devido trato.

Não queremos com isso qualificar a poesia como uma leitura sem conteúdo, ou condições estruturais fundamentadas e de mero sentimentalismo. Pelo contrário, conhecer um gênero literário que se aproxima tanto das paixões humanas, sentimentos e da condição psíquica até nos permite imaginar como o homem tenta ao máximo dominar suas potencialidades e fazer da sua condição humana uma elaboração de conhecimento a ser transmitido.

Ao imaginar como os homens poderiam compreender seus próprios desejos, pensamentos, sentimentos, os quais eram tão reprimidos na Idade Média, pela filosofia religiosa, o homem busca uma forma de fazê-la formalmente. Talvez seja essa a função da arte. Provavelmente, a poesia renasce no final do século XIII e início do século XIV por se tratar de um tempo que estava propagando a ideia tomasiana de que o homem é capaz de aprender sobre si e dominar suas ações.

É o tempo de o homem se identificar como agente na sociedade naquilo que é seu dever. A poesia vem também expressar isso. Nesse sentido, o rei é responsável em divulgar, amar e cuidar da cultura que mais se aproxima de todos os estratos sociais desse seu território.

Podemos intuir que o rei possa ter sido alfabetizado por meio da poesia, não estamos a provar este fato, pois não há evidências, mas ao ter como avô Afonso X, D. Dinis ainda príncipe pode tê-lo visto como inspiração, pois Afonso era considerado sábio, era poeta, criava leis, sabia ler e escrever, algo que era raro até mesmo aos reis no medievo.

Em uma passagem, Matias nos conta uma situação em que o infante visita seu avô e parece comovê-lo ao recitar um pedido das terras do Algarve.

Neto de Afonso X, o Sábio, poeta inspirado das Cantigas de Santa Maria, herdeiro de D. Afonso III, o infante a quem a condição de filho segundo propiciara a saída do País e o contacto com a apurada cultura francesa, discípulo de mestres insignes, nada do que era necessário para a gestação de um grande rei mingou em D. Dinis. Até a precocidade...
Olhemo-lo em Sevilha, pouco mais alto que uma espada goda, com 7 anos de idade, a recitar a seu avô o recado em que se falava do Algarve (MATIAS, ano, p. 23)

Mais do que ler ou escrever uma poesia, é necessário ouvir, se encantar, entender e querer expressar mesmo que de forma jocosa, divertida, os cânticos que os adultos contam e apreciam. No seu caso, seu avô escreveu e também foi mecenas — algo haveria de familiar, de exemplo em querer se dedicar em ser um trovador.

Ser um rei erudito foi consequência de um mundo ao seu redor que o cercou de possibilidades de viver seu próprio tempo.

Nesse aspecto, tentamos nos aproximar ao máximo de uma leitura que pode não ser caracterizada como uma leitura linguística, mas é literária na medida em que percebe essas nuances de uma produção característica de um tempo específico, condicionado a percepção humana, educativa e artística.

Vamos discorrer sobre as análises que foram possíveis de serem feitas diante disso, portanto.

Spina nos aponta para o fato de que há antologias excelentes; elas são obras que explicam e analisam os trabalhos literários, muitas vezes sob o aspecto histórico e sociológico. Porém, e segundo esse mesmo antologista, elas não acessíveis facilmente. No *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, antologia está definida como: *Tratado das flores; Coleção de trechos em prosa ou em verso ou em prosa e verso (sinôn.: analecto, florilégio, seleta, crestomatia, espicilégio)*²³.

²³ Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 11ª Ed, p. 88.

A literatura portuguesa é dividida em duas partes “a 1ª, em que o instrumento linguístico é o galego- português, decorre de fins do século XIII”.

[...] e a 2ª, a partir desta data até Sá de Miranda, em 1527, quando chega da Itália com vasta bagagem de novidades estéticas aprendidas com os autores renascentistas italianos e impregnado, acima de tudo, da idéia de Beleza Absoluta (SPINA, 1985, p. 12).

Segundo este autor, a poesia d’amor pode ter surgido da poesia d’amigo, sendo que a primeira é uma forma muito semelhante à segunda, porém se apropria de uma linguagem e estruturas mais aprimoradas, enquanto que na poesia de amigo a linguagem e tema são de cunho popular, chega a ser considerada muitas vezes como profana.

Spina nos apresenta uma reflexão bastante pertinente para caracterizarmos a cultura portuguesa. Comenta que alguns autores que se dedicaram a estudar a poesia portuguesa e a origem dos movimentos literários afirmam que Portugal foi formado em uma base sólida poética, já que, desde a antiguidade, os povos que ocuparam aquela região demonstraram sempre uma expressão literária, não só na escrita, com a poesia, mas também na música e a dança.

As origens do movimento lírico que se define na Galiza e no norte de Portugal e tem Santiago de Compostela como seu cetro produtor de e irradiação, explicam-se pela influência simultânea destes jardins poéticos espalhados pela Europa. A poesia de Entre- Douro – e- Minho, se se desenvolve sob o estímulo interior e as suas sugestões formais da poesia lírica da Provença, não nasceu sob esta inspiração, pois as virtudes poéticas e musicais destas populações do noroeste da Península Ibérica são de uma ancianidade anterior a todos esses movimentos poéticos da época do feudalismo. Estas qualidades inatas dos galegos e dos lusitanos do Norte vêm acusadas pelos conhecedores da região: desde antes de Cristo, com Diodoro Sículo; Estrabão, Sílio Itálico, S. Jerônimo, S. Martinho Dumense, o primeiro Santo Agostinho, referem-se às virtudes artísticas destes povos, especialmente para a dança e a poesia. O próprio comentador de Camões, Manual de Faria e Souza, no seu Egitome de las Historias Portuguesas, diz que cada fonte de Portugal e cada monte são Hipocrenes e Parnasos (SPINA, 1985, p.13).

Como pode ser observado nesta citação, Portugal já trazia na formação dos povos que ali habitavam a cultura das cantigas e poesias. Já foi mencionado, mas é válido ressaltar que a cultura poética retoma sua força no reinado de D. Dinis, em maior parte pelo ambiente de paz estabelecido pelo rei. As leis funcionam, as guerras são substituídas por acordos, na costa e no mar há pessoas preparadas para defender o

território das invasões mouras e o comércio e a universidade abrem caminhos para a circulação das novidades.

Qual seria a diferença dessa influência do rei na divulgação das poesias e em fomentar a vida dos trovadores, ser seu mecenas? Nesse período em que se trata de um projeto específico de nacionalidade — unidade do território —, duas intenções estão em jogo: apropriar-se da língua portuguesa e atender culturalmente aos nobres e camponeses, o primeiro pela cantiga de amor, seu ambiente provençal e de corte; o segundo com o ambiente bucólico e os temas de amor e sofrimento.

É importante perceber as características que diferem as categorias de poesia de amor das poesias de amigo; quando o autor nos apresenta uma explicação sobre a separação dos estilos explicita-se que havia na poesia uma atividade de livre expressão- que poderíamos chamar artística- qual era a poesia de amigo; e surge a poesia de amor como meio de padronizar uma forma de expressão da linguagem, que proporciona, em última instância, a oficialização da arte como trabalho, o trovador.

Ora a penetração e o conhecimento da poesia provençal nestas plagas só têm o condão de disciplinar a vocação poética dos galego-portuguêses, transmitindo-lhes a sugestão de um mecanismo oficial, um paradigma de vida galante propício para o florescimento da poesia e um conjunto de normas para elaboração poética (SPINA, 1985, p.14).

Nessas cantigas, nos cantares d'amigo, as mulheres que são a voz da poesia ausência reclamam a ausência do amigo (namorado) que foi à guerra lutar contra os mouros. Isso representa uma forma de dizer também quem não é bem vindo ao território português. Isso expressa igualmente uma das características de construção de nação. É uma questão de definir quem é e pode ser considerado português.

Algumas das características que vemos presentes na cultura portuguesa, podemos dizer, derivam de uma construção iniciada no culto da poesia, o culto dos temas, das terras, amores, e do retrato da vida social [...] *Um suave saudosismo, com aquelas notas psicológicas que caracterizam a saudade gelego-portuguêsa, impregna os cantares d'amigo de calor humano, confirmando-lhe uma autenticidade que nos cantares d'amor é menos evidente.*

A cantiga de amor é considerada um pouco monótona e melancólica, já que se refere quase sempre a um homem reclamando o amor de uma mulher que não o corresponde ou que não é possível. Trata-se de amor platônico na maioria dos casos.

A classificação de uma cantiga é possível de ser feita por meio da verificação do assunto que ela trata, tal como sua forma na composição. Como não temos a pretensão de nos lançarmos na análise literária em termos da língua e estrutura, nos ateremos em observar o assunto das cantigas e nos pautamos na classificação que delas já foi feita.

Pelo assunto, poderemos classificar os cantares d'amigo em cantares d'amigo exclusivamente amorosos, em que a donzela nos narra a separação do amigo e as circunstâncias que envolvem a partida; cantares de romaria, em que a donzela convida companheiras, a irmã ou mesmo a mãe, para encontros e bailados; pastorelas (que alguns preferem incluir entre os cantares d'amor porque fala primeiro o namorado, e é assim que preceitua a Arte de Trovar), nas quais o ambiente é rústico, não palaciano como o cantar d'amor (e as peripécias sentimentais, bem como a diversidade da expressão linguística, colocam em diametral oposição duas classes sociais diferentes: a do cavaleiro e a da pastora); bailadas, que versam o tema da dança e os incidentes sentimentais que ela suscita; marinhas ou barcarolas, cujo temário é extraído da vida marítima. Criações nacionais, sem correspondentes em outras literaturas, as barcarolas exprimem com todo o encanto a experiência de um povo criado à beira-mar (SPINA, 1985, p.15).

Nesse parágrafo em que Spina explicita as diferenças nos temas que a cantiga de amigo pode apresentar, vemos uma variedade de idiossincrasias que definem uma parcela da cultura portuguesa. Uma cantiga de amigo poderia servir para os trovadores medievais como uma forma de contar ao mundo, aos seus descendentes, as coisas que os identificam, as atividades prazerosas como a dança, o sofrimento humano por amor correspondido ou impossível, as crenças e profissões de fé e a forma de encontro que era possível nessas ocasiões de proporcionar vida social.

Os cantares d'amor, de procedência provençal, refletem um estilo de vida diferente: constituem um retrato da vida feudal da corte, portanto expressão de um meio culto, refinado, comprometido pelo convencionalismo da vida palaciana e com evidentes influxos da cultura clássica. O tema constante desses cantares – e por isso monótono – é a coita, a paixão vivida pelo homem que está a serviço de uma dama. O trovador se compraz, então, em viver de um amor insatisfeito, ocasionado pela incorrespondência da mulher, e em analisar nos seus pormenores de causa e efeito o seu drama passional. A mulher torna-se, assim, a dame sans merci, a dona impiedosa, obstinadamente inacessível às solicitações do trovador amante. Se os cantares d'amigo se caracterizam por um doce realismo, os cantares d'amor aparecem dominados por um halo de idealismo, em que a mulher muitas vezes atinge a abstração. Isto não impede, todavia, que em muitas composições deste gênero sintamos uma pulsação subiacente de concupiscência (SPINA, 1985, p.16).

Esta forma de poesia se contrapõe ao realismo da cantiga de amigo - nos dois tipos há declaração de amor e sofrimento, porém, enquanto na primeira a mulher chora a ausência do homem que foi para a guerra e sofre pela incerteza de voltar com vida, nesta cantiga de amor homem se compraz de sofrimento por um ideal de mulher, já que cultiva um amor que hoje diríamos platônico e, na impossibilidade de ter a amada, divaga em pensamentos e elogios à referida dama.

Os cantares d' amor, não obstante a sensação de monotonia que oferecem pelo tratamento do tema, são, do ponto de vista estéticos, superiores aos cantares d'amigo: nestes a vida entra em cheio, com todo o seu realismo, suprimindo desta forma o papel da arte na sua elaboração; naqueles, se a sinceridade é menos evidente, a análise do drama amoroso é mais profunda e o requinte artístico procurado. Ambos, porém, nos deixam um retrato completo da vida sentimental portuguesa da Baixa Idade Média. (SPINA, 1985, p.18).

Vemos a seguir, duas poesias de amor que D.Dinis escreveu:

Se eu podess' ora meu coração poesia 19 página 37

Se eu podess' ora meu coração,
 Senhor, forçar e poder-vos dizer
 Quanta coyta mi fazedes sofrer
 Por vós, cuyd' eu, assy Deus mi perdon,
 Que averiades doo de mi.

Ca, Senhor, pero me fazedes mal,
 E mi nunca quisestes fazer bem,
 Se soubessedes quanto mal mi vem
 Por vós, cuyd' eu par, Deus, que pod' e val,
 Que averiades doo de mi

E, pero mh-avedes gram desamor,
 Se soubessedes quanto mal levey
 E quanta coyta, des que vos amey,
 Por vós, cuyd' eu per bõa fê, senhor ,
 Que averiades doo de mi.

E mal seria, se non foss' assy.

Na poesia o homem se queixa de sentir tanto o sofrimento de amar a mulher que se ela soubesse o quanto ele sofre ela teria pena dele.

Na segunda estrofe do poema o trovador relata que esta mulher o faz mal e nunca o fizera bem, por este amor sofrido que sente a ela e se queixa que se ela soubesse que de bõa fé, ou seja, de verdade, ele o ama, ela teria pena dele.

No primeiro verso da última estrofe chega a dizer que ela sente grande desamor por ele, mas que se ela soubesse desse grande amor que ele sente pela dama e o quanto a quer bem, ela certamente teria pena, dó de seu sofrimento.

Finaliza o poema dizendo que mal seria se não fosse assim, ou seja, apesar da dor, é esse sofrimento que o faz trovar.

Poesia de amor 36 página 54

Quer' eu em maneyra de provençal

Quer' eu em maneyra de provençal
 fazer agora hun cantar d'amor
 e querrey muyt' i loar mha senhor,
 a que prez nen fremusura non fal,
 nen bondade, e mays vos direy en:
 tanto a fez a Deus comprida de ben
 que mays que todas las do mundo val

Ca mha senhor quiso Deus fazer tal
 quando a fez, que a fez sabedor
 de todo ben e de mui gran valor
 e con tod[o] est' é mui comunal,
 aly hu deve; er deu-lhi bom sem
 e des y non lhi fez pouco de ben,
 quando non quis que lh'outra foss' igual.

Ca em mha senhor nunca Deus pôs mal,
 mays pôs hi prez e beldad' e loor
 e falar mui bem e riir melhor
 que outra molher; des y é leal
 muyt', e por esto non sey oj' eu quen
 possa compridamente no seu ben
 falar, ca non á, tra-lo seu ben, al

Na primeira estrofe o trovador diz que irá louvar a amada, pois que Deus a fez tão linda e que nada lhe falta, vale mais do que todas do mundo, ou seja, que é a melhor de todas as mulheres.

Na segunda estrofe o trovador fala que Deus a fez tão sábia, inteligente que de tão bem feita e boa que não há mais nenhuma outra como ela no mundo.

Na última estrofe conta que Deus não pôs nela mal algum, que ela é tão bela e merece tanto louvor, no seu jeito de falar e de sorrir, que ele nem mesmo pode se delongar em elogios, pois não deve existir outra mulher com tantas qualidades como essa, ou seja, tão perfeita como ela, a sua senhor.

Poderíamos até inferir que quando o trovador elogia a mulher em seu jeito de se expressar, exalta talvez sua cultura e polidez, já que se trata de cortejar a mulher nobre e em sua maioria, eram bem instruídas.

Vemos que em todas as poesias há um louvor e exaltação tanto na beleza física, quanto em aspectos gerais da mulher. É possível imaginar seus trejeitos, seus encantos que provocavam ao homem trovador a lisonja de cortejá-la, mesmo que secretamente.

Porém há uma menção ao fato de que as mulheres eram cortejadas também por motivos políticos e sociais. Um aspecto interessante sobre a poesia trovadoresca e que sempre é observado, a partir da leitura de Clarice Zamorano encontra-se explicação. Os poemas que eram de amores impossíveis não eram endereçados as mulheres solteiras e sim a mulheres casadas por uma intencionalidade de influência política.

Os trovadores não endereçavam o seu grande amor às mulheres solteiras, pois estas estavam sob os cuidados paternos e possuíam insignificância jurídica, assim “o louvor do trovador era destinado às mulheres casadas por possuírem influência, como se pode observar o servilismo real à dona, é um pedido de favor que revestida de poesia mostra a condição econômica dos trovadores.” (LAPA, 1973, p. 12- apud- CORTEZ E OLIVEIRA, s(d, p. 9).

CORTEZ e OLIVEIRA, sobre isso apontam que...

Segundo Ferreira, o lirismo provençal é constituído pela expressão sutil e depurada do sentimento amoroso, “na medida em que o amor se identifica com a ascese moral, isto é, o amor pressupõe a perfeição moral dos apaixonados.” O conceito de amor que não aspira à realização humana: é o amor cortês, criação dos poetas provençais, que é um “sentimento convencional e platônico, que consiste fundamentalmente no culto da mulher, considerada modelo de beleza e virtude, e que impõe ao perfeito apaixonado um código em que dominam duas leis: cortesia e mesura.” Para ser cortês, o apaixonado deve “amar desinteressadamente, numa atitude de timidez amorosa, pois o amor tem em si a sua própria finalidade: o aperfeiçoamento moral do apaixonado.” Correspondendo desta forma, ao conceito de mesura este deveria “colocar acima de tudo a dignidade da *senhor* e nunca a comprometer. Daí o uso de um pseudônimo, pois a *senhor* não podia ser nomeada, para não a identificarem.” Desta maneira, o apaixonado apresenta apenas um retrato idealizado da

dona. (FERREIRA, s/d, p. 11 – apud- apud- CORTEZ E OLIVEIRA, s/d, p. 9).

3.2. 3. Cantigas de Mal – dizer ou de Escárnio

Existem, por fim, mais dois gêneros poéticos das cantigas que são presentes na Idade Média como meio de expressão e, porque não, relato de uma convivência social. As de escárnio e maldizer eram poesias para fazer críticas a uma pessoa ou a uma situação a que o trovador quisesse se pronunciar.

Esta poesia de Entre- Douro –e- Minho, que aparece compilada no Cancioneiro da Ajuda, no da Vaticana e no de Collocci- Brancuti (hoje Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa), não se reduz à poesia lírica exclusivamente: outra modalidade poética, que percorre êstes cancioneiros, é a que traz o nome de cantigas d’escárnio e maldizer, de intenção satírica, cuja denominação se explica pelo fato de o trovador invocar ou não o nome da pessoa escarnejada. De fato estas cantigas representam, do ponto de vista sociológico, não estético, um interesse maior que o das outras formas da poesia lírica, em virtude do seu conteúdo informativo- histórico e social. Dado o caráter escatológico da maioria destas composições, durante muito tempo a crítica não voltou os olhos para interpretação desta outra face do gênio poético galego – português (SPINA, 1985, p.17).

Uma poesia de mal dizer e de escárnio tinham por finalidade denunciar um mau comportamento, uma situação de desagrado aos homens e o rei fez poucas poesias desse gênero, comparadas as com que escreveu de amor e de amigo. Vejamos um exemplo de cantiga de escárnio.

Tant’ é Melion pecador
 e tant’ é fazedor de mal
 e tant’ é um ome infernal,
 que eu soo ben sabedor,
 quanto o mais posso seer,
 que nunca poderá veer
 a face de Nostro Senhor.

Tantos son os pecados seus

e tan muit' é de mal talán, (desejo)²⁴
 que eu soo certo, de pran, (verdade)
 quant' aquest' é, amigos meus,
 que, por quanto mal em el á,
 que já mais nunca veerá
 en neum temp' a face de Deus.

El fez sempre mal e cuidou
 e já mais nunca fezo ben;
 [e] eu soo certo poren
 del que sempr'en mal andou;
 que nunca já, pois assi é,
 pode veer, per boa fé,
 a face do que nos comprou.

(D. Dinis. Tant' é Melion pecador. Do Cancioneiro de D. Dinis. São Paulo: 1995, p. 125).

Nesta cantiga, o trovador diz com expressiva raiva que deseja o mal ao homem que fez mal e diz ter certeza que ele sempre fora mau, que, por este motivo, por ser tão pecador e nunca ter feito o bem, jamais verá a face de Deus.

Mais outras duas poesias demonstram a raiva do trovador que escreve ao maldito homem que se pôs em seu caminho a lhe falar besteiras e este, por sua vez, tendo perdido a chance de trovar ridicularizando, parece o fazer logo depois, em outra poesia, da qual poderíamos considerar sequência uma da outra.

Poesia 4 , página 128 :Poesia de mal- dizer (considerado pela Mongelli de escárnio)

U noutro dia Don Foan
 disse ~ua cousa que eu sei,
 andand' aqui em cas del- Rei,
 bõa razon mi deu de pran
 per que lhi trobasse. Non quis,
 e fiz mal por que o non fiz.

Falou migo o que quis falar

²⁴ Grifo e parágrafo nosso.

e con outros mui sen razon;
 e do que nos i diss' enton
 bõa razon mi par foi dar
 per que lhi trobasse. Non quis,
 e fiz mal por que o non fiz.

Ali u comigo falou
 do casamento seu e d' al,
 en que mi falou muit' e mal,
 que de razões i mostrou
 per que lhi trobasse! Non quis,
 e fiz mal por que o non fiz.

E sempre m' eu mal acharei
 por que lh' eu enton non trobei;

ca, se lh' enton trobara ali,
 vingara-me do que lh' oi.

Poesia 5, página 129

U noutro dia seve Don Foan,
 a mi começou gran noj' a crecer
 de muitas cousas que lh' oi dizer.
 Diss' el: - Ir- m' - ei, ca já se deitar an.
 E dix' eu: Boa ventura ajades,
 por que vos ides e me leixades.

E muit' enfadado de seu parlar,
 sêvi gran peça, se mi valha Deus,
 e tosquiavam estes olhos meus.
 E quand' el disse: -Ir- me quer' eu deitar,
 e dix' eu: -Bõa ventura ajades,
 por que vos ides e me leixades.

El seve muit' e diss' e parfiou,
 e a min creceu gran nojo poren,
 e non soub' el se x' era mal, se bem.
 E quand' el disse: - Já m' eu deitar vou,
 Dixi-lh eu: - Bõa ventura ajades,
 por que vos ides e me leixades.

Poderia ver nesta expressiva poesia a cultura religiosa dirigente do pensamento na Idade Média, mas também lembrada pelo rei. O mal era pago com o mal. E na visão do rei não poderia ser diferente. A um homem que jamais fizera o bem só lhe restava o inferno.

Uma ideia que Spina defende ao explicitar a origem das cantigas é o fato de que o passado está presente quando se tem nele base para novas criações. Ele diz isso, pois, ao referenciar Camões, mostra este escritor como fruto da poesia medieval. Spina defende que Camões busca na poesia de amor a inspiração e forma lírica que são como que modelos para a sua poesia. Falta quase a afirmação que essa forma poética que Camões apresenta no século XV não era original.

A poesia subjetiva de temática amorosa, em Camões, não é criação do seu tempo: é a própria poesia medieval, enriquecida nos seus processos de sondagem do drama amoroso. Muitos dos caracteres formais e psicológicos esboçados na lírica trovadoresca encontram-se alargados e modificados na poesia lírica do século XVI: o amor inabordável (e a conseqüente incorrespondência da mulher), a vassalagem amorosa, a sensação de que amor é uma prisão, de que o objeto amado é uma fortaleza que deve ser assediada para rendição, de que o drama sentimental tem causa e conseqüências mediatas e imediatas, um conjunto de fórmulas estilísticas e outros aspectos da concepção amorosa (SPINA, 1985, p.17).

Parece-nos que o antologista quer, de fato, confirmar que há uma falta de originalidade quanto ao gênero apresentado por Camões. Apesar deste empenho que tem em afirmar isso, não queremos abordar o assunto desta maneira. Não seria possível em uma dissertação com caminho traçado e de rota objetiva tratar deste assunto da maneira como ele merece. Porém, é possível pensar na ideia que Spina nos indica ao afirmar que não há grandes novidades quanto se trata do ser humano na história. De uma forma ou de outra, carregamos na nossa essência as características que nos identificam. Quando expomos nosso pensamento, de alguma forma aparecem também resquícios daquilo que nos influencia.

Acreditamos que essa ideia também permeia nossa metodologia e pode ser observada nas palavras do autor.

Voltemos ao nosso objeto, pois, não queremos analisar as poesias de Camões. Estamos, de fato, observando os efeitos que a poesia de um Rei que é o primeiro a escrever diretamente para o povo teve no Medievo Português.

Existem estudos sobre a complexidade da obra literária de D. Dinis, em que se determina por meio de cálculos e uma metodologia específica, quanto fora importante essa produção para o aprimoramento da língua portuguesa. As repetições das palavras

acabavam por demonstrar, muitas vezes, maneiras novas de expressar um mesmo termo, significado, porém escrito de forma diferente.

O que podemos depreender deste estudo é a quantidade de vocábulos utilizados nas cantigas como um todo, já que sua análise se refere ao Cancioneiro.

A massa vocabular do Cancioneiro é composta, como já foi anotado, por 16.304 formas e expressões lexicais. Nesse total, 669 vocábulos são hapax, isto é, só aparecem uma única vez no conjunto dos quatro gêneros de cantigas. Da totalidade dos hapax 164 vocábulos pertencem às Cantigas de Escárnio e 44 fazem parte das Pastorelas. Na massa lexical das Pastorelas, 44 vocábulos são estatisticamente relevantes, pois demonstram um valor algébrico de desvio reduzido de 6,89. Nas Cantigas de Escárnio, 164 são ainda mais significativos, pois apresentam o valor algébrico mais elevado da tabela de desvios reduzidos (15, 69).

O que podemos ainda acrescentar é a análise que é possível ser feita da vida de D. Dinis como um todo, que fecha nossa apresentação do Rei. Como todos os poetas ou escritores que referenciam D. Dinis não é possível fazê-lo sem deixar de citar o poeta tão admirado Fernando Pessoa.

O poema escrito por Pessoa, no livro *Mensagem*, faz uma homenagem a Portugal apresentando uma imagem nacionalista do seu país. Trata-se de uma poesia dedicada ao rei na qual o anuncia como um rei, de fato, precursor de um nacionalismo esperançoso.

D. Dinis

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo

O plantador de naus a haver,

E ouve um silêncio múrmuro consigo:

É o rumor dos pinhais que, como um trigo

De império, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar, jovem e puro,

Busca o oceano por achar,

E a fala dos pinhais, marulho obscuro,

É o som presente desse mar futuro,

É a voz da terra ansiando pelo mar

(Fernando Pessoa. Mensagem, 2010, p. 28)

Nessa poesia de extrema sensibilidade de um dos poetas mais amados em Portugal e no Brasil, vê-se o reinado todo do monarca. A primeira estrofe apresenta seu ofício de trovador e já anuncia um de seus gêneros prediletos, dos amores sofridos, dos olhares do campo. O segundo verso, diz ser o plantador de naus, isso quer lembrar os pinhais plantados para serem usados na fabricação de navios. O rei não vê os navios no mar ainda, mas os cultiva com tal zelo como o trigo na esperança de tê-los no futuro.

Na segunda estrofe diz-se sobre o que virá acontecer, as navegações que em seu tempo começa, jovem, mas que a terra anseia pelo mesmo desejo do rei, conquistar impérios.

Dessa forma explica-se a vida do rei. Isso é uma das formas mais de educar pela leitura que atinge vários sentidos da formação humana. E, com certeza, essa forma de escrita (a poesia) só pode ser compreendida como um elemento complexo da linguagem humana que só foi possível de ser desenvolvido graças ao nível de civilização que as sociedades alcançaram ao longo da história.

Conforme se desenvolvem as relações e amplia-se o mundo a ser conhecido, as técnicas que os homens criam, a humanidade aflora e é possível a poesia como forma de expressão e registro histórico.

A leitura que fazemos desse gênero como um caminho para educar a sociedade é algo que passa pela consideração das condições históricas. Temos que pensar que nesse período o que era muito comum na Idade Média era o mundo de guerras e disputas entre os homens que tornou, por um longo período, a violência natural.

A poesia é a expressão de duas condições raramente fomentadas – incentivadas na Idade Média, uma a condição de paz, a trégua das guerras e das pestes, e a outras a condição de expressão dos sentimentos, tão reprimidos e moldados a moral cristã.

Matias conclui sobre o rei que a sua herança não o intimidou e que, apesar de não ter sido o rei mais sábio, foi o rei mais rei.

Nem a herança que, de certo modo, lhe poderia pesar sobre os ombros e sobre o destino – a herança do <<Sábio>> de Castela – lhe perturbou a <<presença>> diante da história. É que não terá sido, não foi com certeza, tão culto como o avô; nem tão letrado; nem tão protegido das Musas. Em contrapartida, o nosso Rei, que muito estudou e muito eternicamente conviveu com a

Poesia, sobrelevou, em número incontável de côvados, o de Castela, pelo que soube e exprimiu sobre o ofício de reinar. Quer dizer, foi incomparavelmente menos sábio; mas, também, incomparavelmente mais rei (MATIAS, ano, p.12)

E os poetas choraram sua morte, celebrando o rei com trovas e lamentando como a coita da mulher sofrida o quão perderam ao perder tal rei.

Joham de Leon, jogral inspirado, exprimiu o reconhecimento dos poetas contemporâneos no conhecido planh à morte de D. Dinis:

<< Os namorados que trobam d'amor
 Todos deviam gram doo fazer,
 et non tomar em si nenhum prazer
 porque perderon tam boo senhor
 com' el-rey D. Denis de Portugal...

nunca o esqueceu o bom povo; encheu-se do suave perfume das suas afeições a terra de Leiria; choraram-no poetas e cortesãos. Cumpria-se um grande destino (MATIAS, ano, p. 26)

D. Dinis claramente quis criar uma identidade única por meio da língua do seu território. E o fez com empenho. Primeiro, com a Universidade; depois, com as traduções e sempre pela poesia, instrumento este que chegava a todos os homens daquele espaço, por meio das trovas, festas e cultos, da qual, além de tudo acabava por retratar cada esfera daquela sociedade.

D. Dinis, sensível e culto lido em poetas e romances, tinha matéria para cantar; e sabia cantar. Por isso, cantou. E cantou nessa língua portuguesa, com cheiro e sabor silvestre, servindo-a, como servira, ao ordenar que nela se escrevessem os processos judiciais, em vez de se utilizar o latim. Como a servira, que na língua é um dos mais poderosos instrumentos de cultura, quando, em 1 de Março de 1290, se fundara a Universidade de Lisboa, a que dera os mestres mais insignes e os privilégios mais invejados. Como se servira, no momento em que mandara traduzir para o nosso ainda pobre léxico as mais importantes obras do tempo (MATIAS, ano, p. 34)

Com isto finalizamos nossa análise e consideramos que foi a partir de um princípio educativo que o rei cresceu que fundamentou as suas ações enquanto governante e que as orientaram sempre para o bem comum. Salvo sua condição

humana, que não o isenta de errar, sem pensarmos que o rei era herói ou santo, podemos verificar sua ação como correspondente a sua função.

Um governante enquanto tal reflete seu caráter e de sua nação conforme considera as suas prioridades. Se a poesia e a cantiga (o fado como exemplo) é ainda hoje algo consideravelmente apreciado e cultivado pelos portugueses, se o rei é conhecido pelas crianças em sua educação no ensino fundamental das escolas, é porque o país o considera como parte do que hoje se constitui uma memória que os identifica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal não é colocado neste trabalho como exemplo a ser seguido, nem foi pretensão referenciar o país que nos colonizou com o fim de exaltá-lo. Porém, é passível de questionamento a diferença que temos ao tratamento de nossa história com relação não apenas a Portugal, mas à Europa como um todo.

Qual será nossa dificuldade em preservar uma memória, retratar nossa identidade? Sempre quando se refere ao brasileiro o destaque é para seu caráter de se sair bem em situações que precisa cumprir ordens e não deseja fazê-lo, no linguajar popular temos o nosso ‘jeitinho brasileiro’.

A questão apresentada neste trabalho requeria mostrar a educação de um governante que mudou os rumos do país e que fez da sua condição de dirigente nascer um ideal de nação e, de fato, se construiu.

O surgimento da Universidade, mesmo com toda precariedade que se deveria enfrentar, era sinal de que uma parcela da população portuguesa iria se beneficiar de um privilégio que era de muito menos pessoas. Assim, a nação se refazia em prol de uma participação e inserção em um mundo que visava progredir.

As poesias foram desde o início o alicerce da formação do rei português, aprendeu a gostar da cultura dos jograis desde a infância e pode-se dizer que qualquer criança gostaria de aprender a ler cantando. A infância não é retratada como algo que se possa admirar na Idade Média, havia problemas candentes e pouca diferença de tratamento de uma criança para um adulto, a ‘adulterez’ e maturidade se aproximavam cedo e era preciso não perder tempo para as habilidades que o defenderiam dos perigos ao redor, sendo rei a responsabilidade com a formação era algo bem peculiar.

Além disso, a cultura dos cânticos, da dança e do culto ao que era belo e ao mesmo tempo profano se misturavam em um ambiente que poucas vezes se podia comemorar a vida e as alegrias de viver. As letras retratavam a vida, o cotidiano e os sentimentos dos homens e sempre aprendemos com nossos sentimentos e reações.

Nesse sentido, a cultura dos jograis apresenta-se como uma consequência da vida social e da capacidade de os homens compartilharem conhecimentos.

No decorrer de todo o texto são ressaltados a postura e o comportamento do rei, também como aspecto educativo. Os autores que discorreram sobre a necessidade e importância de um governante, todos os que apresentamos aqui, seja na figura da igreja em um determinado momento, do rei em outro e do professor, em última instância, concordam que a educação se faz em muitos aspectos, mas sempre revisitando determinados princípios. Os aspectos que aparecem nesse texto com relação ao governante D. Dinis fazem dele um direcionador de seu momento e espaço na história de Portugal, seja por meio da busca no aprimoramento do território, seja na instituição de uma universidade ou no investimento e divulgação de uma nova língua.

Mesmo que algumas ideias do Kant já estivessem presentes em outros autores, suas formulações ainda formam a base das instituições educacionais. No entanto, muitas delas estão sendo perdidas. Esse *fundo permanente* das ideias em comum que a humanidade cultivou no sentido mais próximo de cultura, é o que nos faz conseguir interpretar o mundo de uma maneira que dá sentido às relações humanas e à necessidade da educação institucional, ainda que esta esteja sempre em crise.

A crise não está na educação e sim na falta de compromisso das gerações que desprezam seu poder de instrução e de formação intelectual, cultural e moral.

Foi com reflexões como essas que permearam as ideias do nosso trabalho, algumas delas desde a formação pessoal, mesmo não as compreendendo como tal, outras formulações ocorreram conforme a experiência do conhecimento científico, da qual a universidade nos proporciona; e outras ainda provenientes da nossa educação cultural, que permeada de valores nos direcionam para o bem ou para o mal.

Sabemos que este trabalho não revoluciona ou soluciona os problemas educacionais, pois isso nem seria possível devido à complexidade do mundo atual. Nossa análise apresenta, em suma, uma possibilidade de pensar a educação com base nos seus estudiosos precursores apoiando-se numa teia de formações filosóficas e institucionais que pode nos direcionar a caminhos mais assertivos no que diz respeito aos homens.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

ACENHEIRO, Christovão Rodrigues. **Chronicas dos senhores reis de Portugal**. In: *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*. Lisboa: Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1824, tomo V.

BRANDÃO, Frei Francisco. *Monarchia Lusytana*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1650, tomo V.

Cantigas de D. Dinis. In: **Cantigas medievais galego-portuguesas**. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/autor.asp?cdaut=25&pv=sim> (Acessado em:16 mai. 2015).

Crônica de D. Dinis. Texto inédito do Código de Cadaval 965, Coimbra: Ed. Carlos da Silva Tavoura, 1947.

D. Dinis. **Do Cancioneiro de D. Dinis**. São Paulo: 1995..

Fontes medievais da história de Portugal. Selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

LIÃO, Duarte Nunes do. *Chronicas dos reis de Portugal*. Primeira parte. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600.

MARIZ, Pedro de. *Diálogo de varia história*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1806, tomo I.

PINA, Ruy de (1440-1522). **Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rey de Portugal** (1729).

PIMENTA, Alfredo (Ed.). *Fontes medievais da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1948. Volume I. Anais e Crónicas.

2. ESTUDOS

ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**. Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1922, 2 vs. Tomo I. Desde os tempos prèhistóricos até à aclamação de D. João I (1385).

AMEAL, João. **História de Portugal**: das origens até 1940. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, O ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Cadernos 07. **Terras Quentes**. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”. Disponível em << www.terrasquentes.com.pt>> 2010.

CORRÊA, F. A. **História Económica de Portugal**. Vol. 1. Lisboa, 1929.

COSTA, Mário Alberto Nunes. **Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1991.

CANEDO, Daniele. “**CULTURA É O QUÊ?**” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V ENECULT. 2009. Disponível em << <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>> Acesso em Jul. 2015.

DUARTE, Teresinha Maria. Os Franciscanos e o ensino da Teologia na Universidade, em Portugal, ao tempo de D. Dinis. Sem data, pgs 2553 a 2562.

FERNANDES, F. **Comentários à Legislação Medieval Portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juará, 2000.

FERRO, Maria José Pimenta. **Catálogo de moedas portuguesas do Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1978, v. I. 1185-1383.

FRATESCHI, Y. **Comentário**. REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, a. 1, n. 1, 2005.

GIMENEZ, José Carlos. **A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336**. Curitiba, 2005. 211f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

GUIZOT, François. **História da Civilização na Europa**. Por Marquez de Souza Holstein (trad). 2ª Ed. Lisboa, 1907.

GUEDES, Maria Helena. **Os Grandes Descobrimentos**. Ed: Clube dos autores, 2015. Ebook, disponível em: <<<https://play.google.com/store/books/details?id=XVCvCQAAQBAJ&source=ge-web-app>>> acesso em: 12 jun. 2015.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade**. São Paulo: Edusp, 1992.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. De Francisco Fontanella. 2ª Ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

MARTINS, J. P. O. **Historia de Portugal: Tomo I**. Disponível em: <<<http://www.gutenberg.org/files/34387/34387-h/34387-h.htm>>> Acesso em 21 jun. 2015.

MARTINS, A. **Sete estudos sobre o Estudo**. In: A Universidade Medieval de Lisboa, séculos XIII- XVI. Lisboa: Tinta da China, 2013.

MATTOSO, J e SOUZA. **História de Portugal**. A Monarquia Feudal (1096-1480). Ed: Estampa, 1997.

MATTOSO, J. **Ricos –Homens, Infâncias e Cavaleiros** –A nobreza Medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Ed: Guimarães Editores, 1985.

MONGELI, L. M. **O Plantador de naus a ver**. In: Do Cancioneiro de D. Dinis. São Paulo: FDT, 1995.

NÔVOA, A. **A Universidade Medieval em Lisboa**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

OLIVEIRA, T. **As Universidades na Idade Média (séc. XIII)**. São Paulo, Porto: Mandruvá, Univ. do Porto, 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. **Memória e História na Educação Medieval: uma análise da Autentica Habita e do Estatuto da Sorbone**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 683-698, nov. 2009.

OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e Memória das Universidades Medievais: a preservação de uma instituição educacional**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007.

OLIVEIRA, Terezinha. **Guizot e a Idade Média: Civilização e Lutas Políticas**. 1997. Tese (Doutorado em História e Instituições) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Assis, São Paulo, 1997.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. 2010.

RIBEIRO, L. **Estudos de Crônicas Medievais, a crônica de Afonso X, o sábio**. Relatório de Pesquisa apresentado em 30 de outubro de 2014.

SARAIVA, Antônio José. **História da Cultura de Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, v. I.

SOARES, Fernando José Gautier Luso. **A Universidade de Portugal. Brevíssima resenha histórica acerca da sua gênese**. Professor auxiliar convidado, Docente na Academia Militar da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. Sem data e sem Pg.

VERGER, J. **As Universidades na Idade Média**. Trad. Fúlvia M. L. Moretto — São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.